

Contratação de Consultoria Especializada para Desenvolvimento e Elaboração de Termos de Referências para Contratações de Projetos Hidroambientais na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Ato Convocatório nº. 001/2016 Contrato nº. 005/2016

P1 Produto 1 – Plano de Trabalho

Julho, 2016



cobrape

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIAS PARA CONTRATAÇÕES DE PROJETOS HIDROAMBIENTAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO







01	26/07/2016	Documento Final	COB	ASC	ASC e EMR	RDA
00	22/07/2016	Minuta de Entrega	COB	ASC	ASC e EMR	RDA
Revisão	Data	Descrição Breve	Por	Verif.	Aprov.	Autoriz.

Contratação de consultoria especializada para desenvolvimento e elaboração de termos de referências para contratações de projetos hidroambientais na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

PRODUTO 1: PLANO DE TRABALHO

Elaborado por: Supervisionado e aprovado por: Equipe Técnica COBRAPE Adriana Sales Cardoso e Eliana Marzullo Ribeiro

Revisão Finalidade Data Autorizado por: Jul/2016 Rafael Decina Arantes 01

Legenda Finalidade: [1] Para Informação [2] Para Comentário [3] Para Aprovação



COBRAPE - UNIDADE BELO HORIZONTE

Rua Alvarenga Peixoto, 295 – 3º andar CEP 30180-120 Tel (31) 3546-1950 www.cobrape.com.br

Execução:







Elaboração e Execução

COBRAPE - Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos

Responsável Técnico pela Empresa

Carlos Alberto Amaral de Oliveira Pereira

Coordenação Geral do Projeto

Eliana Marzullo Ribeiro

Coordenação Executiva

Rafael Decina Arantes

Coordenação Técnica

Adriana Sales Cardoso

Equipe Técnica

Bruno de Lima e Silva Soares Teixeira

Carlos Eduardo Curi Gallego

Christian Taschelmayer

Cíntia Ivelise Gomes

Fabiana de Cerqueira Martins

Harlley Cavalcante Rodrigues Moreira

Luiza Nunes Rocha

Maiana Bahia Antunes

Marcelo Martins Pinto

Nathalia Basílio Barbosa

Sthefany Ayumy Tiengo Yamamoto

Thaís Cristina Pereira da Silva







AGB Peixe Vivo

Célia Maria Brandão Fróes - Diretora Geral

Alberto Simon Schvartzman - Diretor Técnico

Ana Cristina da Silveira - Diretora de Integração

Berenice Coutinho Malheiros dos Santos – Diretora de Administração e Finanças

Jacqueline Evangelista Fonseca – Assessora Técnica

Patrícia Sena Coelho - Assessora Técnica

Thiago Batista Campos – Assessor Técnico

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Marcus Vínicius Polignano - Presidente

Ênio Resende de Souza - Vice-presidente

Renato Constâncio - Secretário







APRESENTAÇÃO

A Contratação de consultoria especializada para desenvolvimento e elaboração de termos de referências para contratações de projetos hidroambientais na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, objeto do contrato nº. 005/2016 firmado entre a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (AGB Peixe Vivo) e a COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos –, visa à elaboração de Termos de Referência que possibilitem a aquisição de serviços e consultorias referentes a 06 (seis) projetos priorizados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) e pela AGB Peixe Vivo para a revitalização da bacia.

O contrato em questão foi firmado no dia 22/06/2016, na sede da AGB Peixe Vivo, e tem prazo de 07 (sete) meses, sendo 05 (cinco) meses para execução dos serviços, com vigência a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

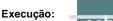
De acordo com o Ato Convocatório nº. 001/2016 e a Proposta Técnica da COBRAPE serão entregues 03 (três) produtos, a saber: Produto 1 – Plano de Trabalho, Produto 2 e Produto 3, sendo que os dois últimos contemplam 03 (três) Termos de Referência (TDR) cada, a serem elaborados conforme as demandas dos Subcomitês Nascentes, Águas da Moeda, Carste, Rio Itabirito, Ribeirão Onça e Ribeirão Arrudas.

Este documento – **P1: Plano de Trabalho** – contém a descrição do planejamento geral das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do referido contrato, assim como uma contextualização das demandas dos projetos hidroambientais selecionados para serem contemplados nos Termos de Referência, com detalhamento das estratégias logísticas e gerenciais a serem seguidas.

Por meio do Plano de Trabalho, busca-se definir as diretrizes para a execução dos serviços, incorporando, desde o início, sugestões e orientações, criando condições para que os produtos sejam elaborados em estreito entendimento com a Contratante e com os demandantes dos projetos.

O objetivo da elaboração do Plano de Trabalho é, portanto, criar um instrumento que auxilie o desenvolvimento das atividades previstas, evitando-se o consumo de recursos de maneira ineficiente e programando-se a sua alocação de modo a melhor atender às demandas previstas no edital de contratação. Ele contém a metodologia a ser empregada para execução dos trabalhos, bem como o planejamento estratégico de cada atividade a ser desenvolvida e cada produto a ser entregue, pontuando as bases para a realização dos mesmos.

Nele são indicados as informações e os dados necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, suas respectivas fontes, tanto primárias quanto secundárias, os prazos estimados para a sua execução, os recursos físicos e financeiros necessários, a identificação dos atores envolvidos no processo, bem como suas responsabilidades.









SUMÁRIO

LI	ISTA	DE FI	GURAS	iii
LI	ISTA	DE T	ABELAS	iv
LI	ISTA	DE SI	GLAS	v
1	D	ADOS	S GERAIS DA CONTRATAÇÃO	1
2	IN	NTRO	DUÇÃO	2
3	С	ONTE	XTUALIZAÇÃO	4
	3.1	CAR	ACTERÍSTICAS GERAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS	4
	3.2	CON	IDIÇÕES AMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS	8
	3.3	ASP	ECTOS INSTITUCIONAIS E DE GESTÃO	9
	3.	.3.1	A Política Nacional de Recursos Hídricos	9
	3.	.3.2	O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas	10
		.3.3	UTEs/Subcomitês da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e suas respectivas áreas	
	a	tuação	O	11
	-		A Associação Executiva de Apoio à Gestão e Bacias Hidrográficas Peixe Vivo	
4	D		NDAS DE PROJETOS	
	4.1	UTE	NASCENTES	33
			RIO ITABIRITO	
			ÁGUAS DA MOEDA	
			RIBEIRÃO ARRUDAS	
	4.5		RIBEIRÃO ONÇA	
			CARSTE	
5			DERAÇÕES SOBRE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL	
			APEL INDUTOR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL	
			DLVIMENTO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	
			ODOS/TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E DE MELHO	
			UÇÃO DE ÁGUA EM BACIAS	
		.2.1	Práticas vegetativas ou vegetacionais	
		.2.2	Práticas Edáficas	
_		.2.3	Práticas Mecânicas	
6			RIÇÃO DAS ATIVIDADES, METODOLOGIA, CRONOGRAMA E EQUIPE	
	6.1		RUTURAÇÃO METODOLÓGICA GERAL	
		.1.1	Planejamento das ações	
		.1.2	Atividades de mobilização e comunicação social	
		.1.3	Atividades de reconhecimento in loco	
		.1.4	Elaboração dos Termos de Referência	
		.1.5	Apresentação dos Termos de Referência e última coleta de sugestões	
	6.	.1.6	Entrega da versão final dos Termos de Referência	/4





	6.2	PRODUTOS E SERVIÇOS ESPERADOS E PRAZOS DE EXECUÇÃO7	4
	6.3	CRONOGRAMA FÍSICO DE ATIVIDADES7	6
	6.4	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO7	7
	6.5	EQUIPE TÉCNICA	8
7	R	EFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS7	9
8	Α	PÊNDICES8	3
	8.1	APÊNDICE I – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO COBRAPE-CBH RIO DAS VELHAS	3,
	DIA	28 DE JUNHO DE 20168	3
	8.2	APÊNDICE II – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO SCBH NASCENTES, DIA 01 DI	Ε
	JULI	HO DE 20168	8
	8.3	APÊNDICE III – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO SCBH RIO ITABIRITO, DIA 06 DI	Ε
	JULI	HO DE 20169	2
	8.4	APÊNDICE IV – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO SCBH ÁGUAS DA MOEDA, DIA 1	2
	DE .	JULHO DE 2016	6
	8.5	APÊNDICE V – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO SCBH RIBEIRÃO DO ONÇA, DIA	Α
	30 D	DE JUNHO DE 201610	0
	8.6	APÊNDICE VI – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO SCBH CARSTE, DIA 04 DI	Ε
	JULI	HO DE 201610	6





LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 – Localização da bacia hidrográfica do rio das Velhas	5
Figura 3.2 – Subdivisões da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas	6
Figura 3.3 – Divisão da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas em Unidades Territoriais Estratégica	as 13
Figura 3.4 – Mapa do território da UTE Nascentes	16
Figura 3.5 – Mapa do território da UTE Rio Itabirito	19
Figura 3.6 – Mapa do território da UTE Águas da Moeda	22
Figura 3.7 – Mapa do território da UTE Ribeirão Arrudas	25
Figura 3.8 – Mapa do território da UTE Ribeirão Onça	27
Figura 3.9 – Mapa do território da UTE Carste	29
Figura 4.1 – UTEs a serem contempladas com projetos hidroambientais – Contrato nº. 005/2016	32
Figura 4.2 – Registro fotográfico da reunião do SCBH Nascente	33
Figura 4.3 – Atividades erosivas e estrada vicinal mal conservada	34
Figura 4.4 – Trechos de estradas vicinais em mau estado de conservação	34
Figura 4.5 – Desvio de curso d'água para propriedade particular e área de pastagem a	ser
contemplada	35
Figura 4.6 – Problemas identificados na área da Bacia do Córrego São Bartolomeu	35
Figura 4.7 – Registro fotográfico da reunião do SCBH Rio Itabirito	37
Figura 4.8 – Registro fotográfico da reunião junto ao SCBH Águas da Moeda	39
Figura 4.9 – Registro Fotográfico da reunião do SCBH Ribeirão Onça	42
Figura 4.10 – Registro Fotográfico da reunião do SCBH Carste	44
Figura 4.11 – Visita de campo na Lagoa do Fluminense, em Matozinhos-MG	44
Figura 4.12 – Área de pastagem para realização de terraceamento	45
Figura 4.13 – Via de acesso à Lagoa do Fluminense e propriedade privada no entorno	45
Figura 4.14 – Estradas vicinais a montante da Lagoa do Fluminense	46
Figura 5.1 – Regeneração natural	49
Figura 5.2 – Técnica de Semeadura Direta	51
Figura 5.3 – Construção de poleiros em áreas degradadas	52
Figura 5.4 – Calagem	54
Figura 5.5 – Técnica de Subsolagem	55
Figura 5.6 – Terraceamento	56
Figura 6.1 – Fluxograma Metodológico de Desenvolvimento das Atividades	58
Figura 6.2 – 1º Boletim Informativo (Página 1)	63
Figura 6.3 – 1º Boletim Informativo (Página 2)	64
Figura 6.4 – 1º Boletim Informativo (Página 3)	65
Figura 6.5 – Modelo de Convite	66





LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Principais características das regiões da Bacia do Rio das Velhas	7
Tabela 3.2 – Fragilidades ambientais nas UTEs objeto do presente trabalho	9
Tabela 3.3 - Os Subcomitês da bacia hidrográfica do Rio das Velhas, com as respectivas da	itas de
instituição e municípios componentes	12
Tabela 4.1 – Projetos selecionados	31
Tabela 4.2 – Projeto Hidroambiental UTE Nascentes	36
Tabela 4.3 – Projeto Hidroambiental UTE Rio Itabirito	38
Tabela 4.4 – Projeto Hidroambiental UTE Águas da Moeda	40
Tabela 4.5 – Projeto Hidroambiental UTE Ribeirão Arrudas	41
Tabela 4.6 – Projeto Hidroambiental UTE Ribeirão Onça	43
Tabela 4.7 – Projeto Hidroambiental UTE Carste	46
Tabela 6.1 – Cronograma de reuniões junto aos SCBH	59
Tabela 6.2 - Referências bibliográficas para a elaboração dos Termos de Referência	60
Tabela 6.3 – Distâncias entre Belo Horizonte e os municípios onde serão desenvolvidos os proje	etos 68
Tabela 6.4 – Principais características dos municípios contemplados pelos projetos hidroambier	ntais69
Tabela 6.5 – Conteúdo mínimo dos Termos de Referência para contratação de servi	iços e
consultorias demandados pelos projetos selecionados na bacia do Rio das Velhas	72
Tabela 6.6 – Produtos e prazos de execução do objeto do Ato Convocatório nº 001/2016	75





LISTA DE SIGLAS

ADAO - Associação Comunitária de Desenvolvimento, Artes e Ofícios

AGB Peixe Vivo - Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

ANA - Agência Nacional de Águas

APP - Área de Preservação Permanente

ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento

CAC - Centro de Atividades Culturais

CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica

CBH Rio das Velhas - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

CBHSF - Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

CERH - Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

COBRAPE – Companhia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos

COPAM - Conselho de Política Ambiental

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CTPC - Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle

DN - Deliberação Normativa

ETA - Estação de Tratamento de Água

ETE - Estação de Tratamento de Esgotos

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

GED – Guia para Elaboração de Documentos

GT – Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

MG - Minas Gerais

ONG - Organização Não Governamental

PDRH - Plano Diretor de Recursos Hídricos

PIB - Produto Interno Bruto







PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos

PPA - Plano Plurianual de Aplicação

PROPAM - Programa de Desenvolvimento e Recuperação da Bacia da Pampulha

PSA - Pagamento por Serviços Ambientais

PT - Plano de Trabalho

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SCBH - Subcomitê de Bacia Hidrográfica

SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SUPRAM - Superintendência Regional de Meio Ambiente de Minas Gerais

TDR - Termos de Referência

UC - Unidade de Conservação

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UPGRH - Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos

UTE - Unidade Territorial Estratégica

UTR - Unidade de Tratamento dos Resíduos







1 DADOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratante: Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo

Contrato: Nº. 005/2016

Assinatura do Contrato: 22 de junho de 2016

Assinatura da Ordem de Serviço: 22 de junho de 2016

Escopo: Desenvolvimento e Elaboração de Termos de Referências para Contratações de Projetos Hidroambientais na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Prazo de Execução: 5 meses, a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

Cronograma: conforme Cronograma Físico de Desenvolvimento das Atividades apresentado no item 6.3 deste relatório.

Valor global do contrato: R\$ 300.612,15 (trezentos mil, seiscentos e doze reais e quinze centavos)

Documentos de Referência:

- Ato Convocatório nº. 001/2016;
- Proposta Técnica da COBRAPE;
- Demandas Espontâneas de Propostas de Projetos.







2 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de projetos hidroambientais na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas está previsto na Deliberação Normativa (DN) do CBH Rio das Velhas nº. 010, de 15 de dezembro de 2014, que aprovou o Plano Plurianual de Aplicação (PPA) dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, referente aos exercícios de 2015 a 2017. O PPA foi organizado em três grupos, a saber: I – Programas e Ações de Gestão; II – Programas e Ações de Planejamento; e III – Programas e Ações Estruturais de Revitalização.

Os *Programas e Ações de Gestão* englobam: (*I.1*) *Programa de Fortalecimento Institucional*: Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas; Comunicação e divulgação; Treinamento na bacia hidrográfica do Rio das Velhas; Apoio ao desenvolvimento de projetos de demanda espontânea; (*I.2*) *Instrumentos de Gestão*: Estudos e pesquisas; Atualização do plano de bacia hidrográfica do Rio das Velhas; Implementação do sistema de informações do CHB Rio das Velhas; e Estudos especiais, totalizando R\$ 15.940.000,00, o que representa 30,6% do investimento previsto no PPA.

Os Programas e Ações de Planejamento – Apoio às Metas do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, por sua vez, são compostos por: (II.1) Agenda Marrom – Saneamento: Projetos de sistemas de saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem); Planos Municipais de Saneamento Básico; Revitalização de bacias urbanas; (II.2) Agendas Verde e Azul – Recuperação, Conservação e Revitalização: Estudos e projetos das metas do Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH); (II.3) Agenda Laranja – Nascentes e Aquíferos: Programa de Conservação de Mananciais e Recarga de Aquíferos; (II.4) Estudos e Projetos: Apoio a Projetos de instituições de pesquisa e de instituições de ensino; e Projetos especiais. Para a implementação dessas ações estão previstos R\$ 11.000.000,00, o que corresponde a 21,1% do investimento previsto no PPA.

Os *Programas* e *Ações Estruturais* contemplam: (*III.1*) *Agenda Marrom* – *Saneamento*: Implantação de sistemas simplificados de saneamento básico; (*III.2*) *Agendas Verde e Azul* – *Recuperação, Conservação e Revitalização*: Implantação de projetos estruturadores e hidroambientais de demanda espontânea; (*III.3*) *Agenda Laranja* – *Nascentes e Aquíferos*: Programa de conservação de mananciais e Recarga de Aquíferos (Implantação); (*III.4*) *Execução de Serviços e Obras Especiais*: Serviços e obras de caráter excepcional; totalizando R\$ 25.200.000,00, o que representa 48,3% do investimento previsto no PPA. É importante ressaltar que 34,5% do investimento total do PPA são destinados à implantação de **projetos estruturadores e hidroambientais** de demanda espontânea, o que evidencia a preocupação do Comitê com questões ligadas a projetos de melhoria da qualidade e quantidade das águas na Bacia do Rio das Velhas.

Em consonância com a Agenda Verde e Azul dos Programas e Ações Estruturais, a Deliberação Normativa nº. 01, de 11 de fevereiro de 2015, vem dispor sobre os mecanismos para a seleção de demandas espontâneas de estudos, projetos e obras que poderão ser beneficiados com os recursos







da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, no âmbito do CBH Rio das Velhas, detalhados no Plano Plurianual de Aplicação, para execução em 2015 a 2017.

Em atendimento ao disposto na referida DN, o Ofício Circular nº. 097/2015 do CBH Rio das Velhas realiza chamamento público convidando instituições ambientais, subcomitês de bacia vinculados ao CBH Rio das Velhas e prefeituras dos municípios inseridos na bacia a apresentarem demandas para a elaboração de projetos e ações hidroambientais nas Unidades Territoriais Estratégicas (UTEs) da Bacia do Rio das Velhas. O objetivo principal dessas demandas é promover a racionalização do uso e a melhoria dos recursos hídricos no tocante à quantidade e qualidade, em consonância com o Plano Diretor de Recursos Hídricos aprovado em 25 de março de 2015. No tocante às linhas de atuação e proponentes elegíveis, merecem destaque, no âmbito das demandas hidroambientais, a *Implantação de Projetos Estruturadores Hidroambientais e de Produção de Água* e a *Elaboração de Estudos e Projetos de Revitalização da Bacia em Área Urbana (Fundo de Vale)*.

No total, foram apresentadas ao CBH Rio das Velhas 42 (quarenta e duas) demandas espontâneas, uma vez que 21 (vinte e uma) UTEs receberam uma ou mais propostas. Todas elas foram consideradas conformes de acordo com o Parecer Técnico nº. AT/187/2015 da AGB Peixe Vivo. Dando prosseguimento ao processo, o parecer da Agência foi encaminhado à Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle (CTPC) do CBH Rio das Velhas, à qual coube a responsabilidade de priorizar as demandas apresentadas. Após exposição oral das demandas espontâneas pelos proponentes, em reunião ordinária da CTPC, as mesmas foram discutidas e avaliadas pelos conselheiros da Câmara, com o apoio da Diretoria Técnica da AGB Peixe Vivo, tendo sido aprovadas e hierarquizadas 38 (trinta e oito) demandas. Dessas, foram sugeridas 26 (vinte e seis) para contratação imediata, das quais 17 (dezessete) foram classificadas como projetos hidroambientais e 9 (nove) como projetos de saneamento básico.

Após o encerramento dessas análises e da definição dos encaminhamentos, a AGB Peixe Vivo lançou três Atos Convocatórios voltados para a contratação de projetos hidroambientais, sendo a COBRAPE vencedora de um deles (AC nº. 001/2016), o qual resultou na assinatura do contrato nº. 005/2016 anteriormente mencionado.

Cabe ressaltar que, ao longo da última década, foram desenvolvidos diversos projetos hidroambientais na Bacia do Rio das Velhas, a saber: Valorização dos cursos d'água em áreas rurais da Bacia Hidrográfica do Ribeirão da Mata; Recomposição de matas ciliares degradadas e manutenção florestal na Bacia Hidrográfica do Rio Taquaraçu; Diagnóstico das Pressões Ambientais na Bacia do Rio Itabirito; Monitoramento qualitativo de águas superficiais na área da Sub-Bacia do Rio Caeté/Sabará; Valorização das nascentes urbanas nas Bacias Hidrográficas dos Ribeirões Arrudas e Onça, entre outros. Nesse cenário, os projetos a serem contemplados nos Termos de Referência objeto da presente contratação seguem em continuidade às ações de cunho hidroambiental já iniciadas pelo CBH Velhas e pela AGB Peixe Vivo.







3 CONTEXTUALIZAÇÃO

Este capítulo busca contextualizar o trabalho objeto deste contrato dentro do cenário físico/ambiental e de gestão/institucional da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. São também comentadas as demandas de projetos hidroambientais a serem contempladas nos Termos de Referência para futuras contratações de serviços e obras. Na sequência, são comentados alguns métodos/técnicas usualmente adotados para a recuperação de áreas degradadas e para a melhoria da produção de água em bacias, temas transversais e comuns a todos os TDR. Em seguida, discute-se a importância da educação ambiental e da mobilização social no processo de implantação e monitoramento dos projetos, visando à maximização dos resultados positivos esperados.

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

Localizada na região central do Estado de Minas Gerais, situada entre as latitudes 17°15′ S e 20°25′ S e longitudes 43°25′ W e 44°50′ W, a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas compreende uma área total de 27.850 km², equivalente a quase 60% do território da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e a 4,05% da Bacia do São Francisco (CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL, 2015). A bacia apresenta forma alongada e inclinada predominantemente na direção norte-sul (Figura 3.1) e corresponde à Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) SF5 (São Francisco 5).

O Rio das Velhas tem sua nascente principal na cachoeira das Andorinhas, localizada no município de Ouro Preto, em uma altitude de aproximadamente 1.500 metros, e a sua foz no Rio São Francisco, mais precisamente em Barra do Guaicuí, Distrito de Várzea da Palma, em Minas Gerais. O Rio das Velhas, ao longo de seus 806,84 km de extensão, é alimentado por diversos cursos d'água, com destaque para os seus principais afluentes: Rio Bicudo, Ribeirão Jequitibá, Ribeirão da Mata, Ribeirão Arrudas, Ribeirão do Onça e Rio Itabirito (pela margem esquerda); e Rio Curimataí, Rio Pardo, Rio Paraúna/Cipó, Rio Taquaraçu e Ribeirão Caeté /Sabará (pela margem direita) (CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL, 2015).

Durante o seu percurso, o Rio das Velhas e seus afluentes drenam áreas de 51 municípios, dos quais 44 têm suas sedes urbanas inseridas na bacia e 20 fazem parte da RMBH. A população efetivamente residente dentro dos limites da bacia é de, aproximadamente, 4,4 milhões de habitantes, estimada com base nos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). No contexto regional, a participação do conjunto desses municípios é significativa, pois corresponde a 24,7% da população de Minas Gerais, principalmente em termos de população urbana (28,1%) (CBH RIO DAS VELHAS, 2016).

A divisão histórica da bacia (Alto, Médio e Baixo Rio das Velhas) foi ajustada a partir da atualização do seu Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH Rio das Velhas), aprovado no ano de 2015, conforme os limites das suas 23 Unidades Territoriais Estratégicas (UTEs). Sendo assim, cada região foi constituída a partir de um agrupamento de UTEs com características semelhantes, tendo sido







definidas quatro regiões de planejamento: Alto, compreendendo 7 (sete) UTEs; Médio Alto, com 6 (seis) UTEs; Médio Baixo, com 7 (sete) UTEs e Baixo, com 3 (três) UTEs. A região intermediária, denominada Médio Rio das Velhas, foi subdividida em razão da sua grande extensão e diversidade (CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL, 2013) (Figura 3.2). Na Tabela 3.1 são relacionadas as principais características de cada uma das regiões anteriormente citadas, com destaque para os municípios e UTEs a serem contemplados com Termos de Referência para contratação de projetos hidroambientais no âmbito do Contrato nº. 005/2016.

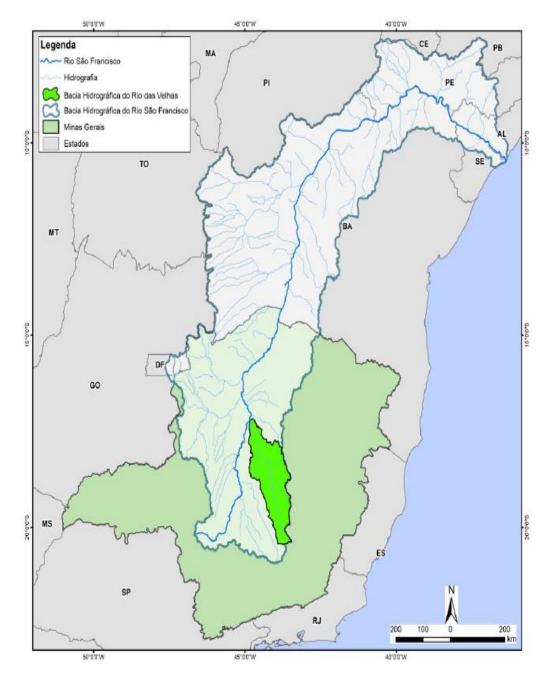


Figura 3.1 – Localização da bacia hidrográfica do rio das Velhas

Fonte: CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL (2015)

Execução:







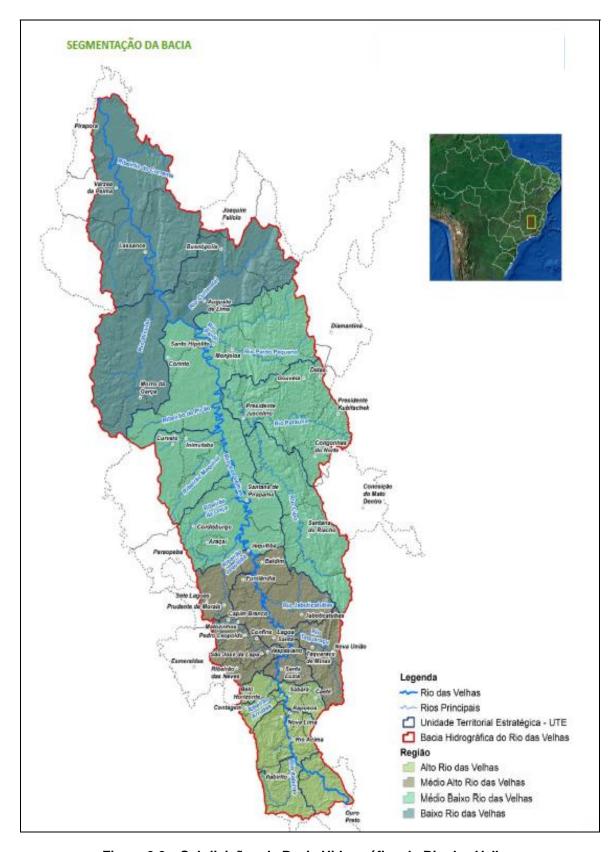


Figura 3.2 – Subdivisões da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Fonte: CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL (2015)

Execução:







Tabela 3.1 – Principais características das regiões da Bacia do Rio das Velhas

Região	Características
Alto Rio das Velhas	A região do Alto Rio das Velhas compreende toda a área denominada Quadrilátero Ferrífero, tendo o município de Ouro Preto como limite sul dessa região e os municípios de Belo Horizonte, Contagem e Sabará como limite norte. A região é composta por dez municípios, constituindo 9,8% do total da bacia do Rio das Velhas, correspondendo a uma área de 2.739,74 km². As unidades territoriais estratégicas (UTEs) que compõem a região do Alto Rio das Velhas são: UTE Nascentes, UTE Rio Itabirito, UTE Águas do Gandarela, UTE Águas da Moeda, UTE Ribeirão Caeté/Sabará, UTE Ribeirão Arrudas e UTE Ribeirão Onça. Os municípios que estão totalmente inseridos na região são: Belo Horizonte, Itabirito, Nova Lima, Raposos e Rio Acima. Enquanto que Caeté (42%), Contagem (42%), Ouro Preto (50%), Sabará (63%) e Santa Luzia (4%) estão inseridos parcialmente na região. O Alto Rio das Velhas apresenta o maior contingente populacional da bacia, com uma expressiva atividade econômica, concentrada, principalmente, na RMBH. Nessa região encontra-se o sistema de abastecimento de água integrado Rio das Velhas, com captação no Rio das Velhas. Devido ao grande contingente populacional e ao desenvolvimento econômico da região, os principais agentes poluidores são os esgotos industriais e domésticos não tratados e os efluentes gerados pelas atividades minerárias.
Médio Alto Rio das Velhas	A região do Médio Alto Rio das Velhas possui características diferenciadas em relação ao uso e ocupação do solo do Alto rio das Velhas, apresentando uma menor concentração populacional, com o predomínio das atividades agrícolas e pecuárias. A região do Médio Alto Rio das Velhas tem participação de 15,4% da área da bacia, correspondendo a 4.276,01 km², e abrangendo, total ou parcialmente, 20 municípios. Dentre estes, Capim Branco, Confins, Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos , Nova União, Pedro Leopoldo, Prudente de Morais, Ribeirão das Neves, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas e Vespasiano estão totalmente inseridos na bacia, enquanto que Baldim (60%), Caeté (58%), Esmeraldas (7%), Jaboticatubas (68%), Jequitibá (24%), Sabará (37%), Santa Luzia (96%) e Sete Lagoas (66%) têm seu território parcialmente inserido na bacia. As UTEs que compõem a região são: UTE Poderoso Vermelho, UTE Ribeirão da Mata, UTE Rio Taquaraçu, UTE Carste , UTE Jabó/Baldim e UTE Ribeirão Jequitibá.
Médio Baixo Rio das Velhas	A região do Médio Baixo Rio das Velhas representa a maior porção dentro da bacia do Rio das Velhas, com 12.204,16 km², correspondendo a 43,8% da área da bacia, na qual 23 municípios inserem-se total ou parcialmente. Dentre os que possuem a totalidade de seu território inserido na bacia estão: Araçaí, Cordisburgo, Gouveia, Inimutaba, Monjolos, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Santana de Pirapama, Santana do Riacho e Santo Hipólito. Os municípios que, por sua vez, estão parcialmente inseridos na região são: Augusto de Lima (29%), Baldim (40%), Buenópolis (2%), Conceição do Mato Dentro (23%), Congonhas do Norte (90%), Corinto (13%), Curvelo (63%), Datas (63%), Diamantina (26%), Jaboticatubas (32%), Jequitibá (76%), Morro da Garça (39%) e Paraopeba (13%). A região compreende a UTE Peixe Bravo, UTE Ribeirões Tabocas e Onça, UTE Santo Antônio/Maquiné, UTE Rio Cipó, UTE Rio Paraúna, UTE Ribeirão Picão e UTE Rio Pardo.
Baixo Rio das Velhas	Assim como a região Médio Rio das Velhas, esta região também é caracterizada pela baixa concentração populacional, onde predominam as atividades agrícolas e pecuárias. A região do Baixo Rio das Velhas é composta por oito municípios, sendo que nenhum deles está totalmente inserido dentro dos limites da bacia, e representa a segunda maior região, correspondendo a uma área de 8.630,07 km² (31%). Os municípios que fazem parte dessa região são: Augusto de Lima (71%), Buenópolis (80%), Corinto (87%), Joaquim Felício (7%), Lassance (67%), Morro da Garça (61%), Pirapora (38%) e Várzea da Palma (73%). Fazem parte da região a UTE Rio Curimataí, a UTE Rio Bicudo e a UTE Guaicuí.

Fonte: CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL (2013)







3.2 CONDIÇÕES AMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

A Bacia do Rio das Velhas apresenta diversos problemas socioambientais envolvendo questões sociais, ecológicas e econômicas. Muitos desses problemas estão relacionados aos sérios conflitos entre os usuários da água, ao uso irracional e indevido dos recursos naturais e à ausência de integração e efetividade na implantação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e à sustentabilidade da bacia (CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL, 2015).

De acordo com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL, 2015), a bacia tem em seu histórico de ocupação uma intensa exploração de seus recursos naturais, desencadeando em um intenso processo de degradação. Além da mineração, outros fatores como a atividade agropecuária e a intensa urbanização, principalmente no alto trecho do rio, geraram grande contribuição para a alteração das características qualitativas e quantitativas das águas do Rio das Velhas.

A partir das análises realizadas pelo Projeto Águas de Minas (IGAM, 2014), pode-se constatar que o uso e a ocupação do solo na Bacia do Rio das Velhas exercem grandes interferências nos recursos hídricos. Algumas estações de amostragem na região do Quadrilátero Ferrífero demonstram concentração de metais (cobre, manganês e níquel) e de sólidos em suspensão nos cursos d'água. Essas informações levam a crer que a principal atividade econômica naquela região – a mineração – influencia diretamente a qualidade das águas.

Ao atravessar a RMBH, o Rio das Velhas recebe uma significativa quantidade de efluentes domésticos, decorrente da grande urbanização, e industriais, além de resíduos sólidos, que muitas vezes são descartados nas redes de drenagem urbana ou até mesmo diretamente nos cursos d'água. A jusante da RMBH, além do somatório de todos os efluentes lançados no curso d'água, são também adicionados efluentes oriundos da atividade agropecuária, segmento econômico mais representativo nas áreas a jusante. Ressalta-se, ainda, que além da RMBH, outras regiões também representam interferência direta nos resultados de qualidade das águas do Rio das Velhas.

Outro problema ambiental recorrente na bacia consiste na grande supressão da vegetação, tanto em topos de morros quanto em encostas, vales dos rios e matas ciliares, objetivando a expansão das atividades agrícolas e da urbanização. A retirada da vegetação deixa o solo exposto, aumentando a ocorrência de processos erosivos e desencadeando o carreamento de sedimentos para os cursos d'água próximos, assoreando-os. Outro problema advindo do desmatamento é a fragmentação de *habitats*, que pode vir a prejudicar ou até mesmo levar à extinção de espécies endêmicas vegetais e animais.

Na elaboração do PDRH da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas foi realizado um levantamento das áreas de fragilidade ambiental de todas as UTEs da bacia. Na Tabela 3.2 estão relacionadas aquelas referentes às UTEs para as quais serão elaborados Termos de Referência para futura contratação de projetos hidroambientais, com base no PDRH Rio das Velhas (CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL,

Execução: cobrape





2013). A análise de fragilidades foi baseada em estudos geomorfológicos (CETEC, 1999), pedológicos e geológicos, além da avaliação do uso e da ocupação do solo.

Tabela 3.2 – Fragilidades ambientais nas UTEs objeto do presente trabalho

Unidade territorial estratégica	Município(s)	Distribuição das áreas de fragilidade em cada UTE
Nascentes (UTE 01)	Ouro Preto	Baixa 1,99% (1.075,10 ha), Média 32,34% (17.513,58 ha),
Nascentes (OTE 01)		Alta 64,37% (34.863,19 ha) e Muito Alta 1,3% (705,65 ha).
Itabirito (UTE 02)	Itabirito	Baixa 1,45% (798,17 ha), Média 30,29% (16.625,95 ha), Alta
Trabilito (OTE 02)		66,57% (36.539,27 ha) e Muito Alta 1,69% (925,29 ha).
Águas da Moeda (UTE 04)	Nova Lima	Baixa 1,26 % (684,56 ha), Média 28,79 % (15.671,13 ha), Alta
Aguas da Moeda (OTE 04)		68,16 % (37.102,55 ha) e Muito Alta 1,79 % (973,64 ha).
Armidas (LITE OS)	Belo Horizonte	Baixa 0,08 % (18,27 ha), Média 18,52 % (4.229,48 ha), Alta
Arrudas (UTE 06)		80,97 % (18.491,31 ha) e Muito Alta 0,43 % (97,83 ha).
	Belo Horizonte	Baixa 0,75 % (165,24 ha), Média 43,38 % (9.603,24 ha), Alta
Onça (UTE 07)	е	55,79 % (12.349,99 ha) e Muito Alta 0,09 % (19,20 ha).
	Contagem	55,75 % (12.545,95 Ha) e Multo Alta 0,05 % (15,20 Ha).
Carcta (LITE 11)	Matozinhos	Baixa 2,04 % (1.279,63 ha), Média 28,76 % (18.030,68 ha),
Carste (UTE 11)		Alta 68,77 % (43.121,49 ha) e Muito Alta 0,43 % (269,88 ha).

Fonte: CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL (2013)

3.3 ASPECTOS INSTITUCIONAIS E DE GESTÃO

3.3.1 A Política Nacional de Recursos Hídricos

A Lei Federal nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), baseada em seis principais fundamentos, dentre os quais se destacam (BRASIL, 1997):

- A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Dentre os seus objetivos, deve ser assegurada a necessária disponibilidade de água à população, em padrões de qualidade adequados aos seus usos múltiplos. Para tanto, um dos instrumentos da PNRH é a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, por meio da qual é possível obter recursos financeiros para o financiamento de programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas.

Segundo a Lei nº. 9.433/1997, os valores arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos serão aplicados, prioritariamente, na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras, bem como no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH, do qual fazem parte:

Execução:







- O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH);
- A Agência Nacional de Águas (ANA);
- Os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados (CERH) e do Distrito Federal;
- Os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;
- Os Comitês de Bacia Hidrográfica;
- As Agências de Água.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) têm como área de atuação a totalidade de uma bacia hidrográfica, um grupo de bacias ou sub-bacias contíguas ou a sub-bacia de tributários do curso d'água principal. Podem ser de âmbito Estadual ou Federal, dependendo da sua área de abrangência: uma bacia hidrográfica é de domínio estadual quando toda sua extensão se localiza dentro de um único Estado da Federação; e é de domínio da União quando engloba mais de um Estado da Federação ou se localiza na fronteira com outro país. Entre as competências do Comitê está o estabelecimento dos mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a sugestão dos valores a serem cobrados em sua área de atuação.

De acordo com a PNRH, a função de Secretaria Executiva dos CBH cabe às Agências de Bacia, sendo a sua área de atuação a mesma de um ou mais Comitês. A sua criação é fruto de solicitação dos Comitês e posterior autorização do CNRH e/ou CERH, sendo uma de suas competências o acompanhamento da administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e a proposição, ao Comitê de Bacia, do plano de aplicação desses recursos.

3.3.2 O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Os Comitês de Bacia Hidrográfica são órgãos colegiados instituídos por lei, com composição paritária de representação do Poder Público, usuários das águas¹ e organizações da sociedade civil. Têm como objetivo a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos em cada região hidrográfica, por meio da implementação dos instrumentos técnicos de gestão, de negociação de conflitos e de promoção dos usos múltiplos da água. A criação dos CBHs é fundamentada na Lei das Águas – Lei Federal nº. 9.433/1997, a qual trouxe fundamentos inovadores para a gestão do território, como: bacia hidrográfica como base do espaço territorial de gestão; política de gestão compartilhada e participativa; Plano Diretor de Recursos Hídricos como documento legal de planejamento e gestão; enquadramento dos corpos d'água com base na qualidade de suas águas; outorga, cobrança pelo uso da água e banco de informações georreferenciadas. Estes fundamentos são a base para a gestão das águas.

Realização:



ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE ASSOCI



¹ Os usuários dos recursos hídricos são aqueles que possuem autorização para fazer alguma forma de uso das águas. Normalmente são irrigantes, serviços de abastecimento público, indústrias, mineração e outras atividades econômicas.

Os Comitês de bacia definem e organizam suas práticas e estruturas em acordo com a política nacional e estadual de recursos hídricos, assim como pelo decreto de criação e o seu próprio regimento interno. Considerando esses aspectos normativos e legais, em 1998, o Decreto Estadual nº. 39.692 instituiu o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), atualmente composto por 28 membros titulares e 28 suplentes, apresentando estruturação paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de Recursos Hídricos e Sociedade Civil Organizada.

De acordo com o referido Decreto, o CBH Rio das Velhas tem como finalidade "promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programa de investimento e consolidação da política de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentado da Bacia".

A estrutura organizacional do CBH Rio das Velhas é formada por: Plenária, Diretoria e Diretoria Ampliada, Câmaras Técnicas e Subcomitês de bacia hidrográfica. A soma de todas as suas partes é que compõe o Comitê do Rio das Velhas. É importante, no entanto, lembrar que todas as partes são compostas por pessoas, com seus valores, ideologias e diferentes formas de ver o mundo, portanto, é papel de todos os conselheiros se dedicarem a fomentar um espaço de diálogo e respeito que tenha como finalidade principal a construção de uma bacia hidrográfica melhor para todos.

Desde sua instituição, destacam-se como atribuições do Comitê, dentre outras, o apoio e a atuação direta no processo de enquadramento dos cursos de água do Rio das Velhas. O apoio dado à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), entre os anos de 1993 e 1998, foi oficializado por deliberação do Conselho de Política Ambiental (COPAM), e a atuação direta iniciada após a publicação da Lei Estadual nº. 13.199/1999, que estabeleceu como uma das competências dos Comitês o enquadramento dos cursos de água.

3.3.3 UTEs/Subcomitês da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e suas respectivas áreas de atuação

A Deliberação Normativa CBH Rio das Velhas nº. 02, de 31 de agosto de 2004, alterada pela Deliberação Normativa nº. 01, de 20 de março de 2009, estabeleceu as diretrizes para criação e funcionamento dos subcomitês de bacia hidrográfica (SCBH) vinculados ao CBH Rio das Velhas, no intuito de auxiliar o planejamento e a gestão da bacia. Os subcomitês são órgãos colegiados, consultivos, propositivos e com atuação na área territorial compreendida pela sub-bacia hidrográfica. A proposta foi adotada com o objetivo de facilitar os processos de articulação e comunicação entre os membros e aproximar e articular a representatividade das diversas regiões da bacia junto à plenária do Comitê, à Diretoria e às Câmaras Técnicas. Atualmente existem 18 (dezoito) Subcomitês estabelecidos, conforme apresentado na Tabela 3.3, o que significa um grande avanço na representatividade e articulação da sociedade organizada na descentralização da gestão das águas.







Tabela 3.3 – Os Subcomitês da bacia hidrográfica do Rio das Velhas, com as respectivas datas de instituição e municípios componentes

	Subcomitê	Instituição	Municípios	
1	SCBH Ribeirão Onça	10 de fevereiro de 2006	Contagem e Belo Horizonte	
2	SCBH Rio Itabirito	12 de maio de 2006	Itabirito e Ouro Preto	
3	SCBH Ribeirão Jequitibá	12 de maio de 2006	Capim Branco, Funilândia, Jequitibá, Prudente de Morais e Sete Lagoas	
4	SCBH Rio Curimataí	12 de maio de 2006	Augusto de Lima, Buenópolis e Joaquim Felício	
5	SCBH Ribeirão Arrudas	25 de agosto de 2006	Belo Horizonte, Contagem e Sabará	
6	SCBH Ribeirões Caeté-Sabará	6 de outubro de 2006	Caeté e Sabará	
7	SCBH Ribeirão da Mata	Fundado em 6 de novembro de 2006 e instituído em 28 de maio de 2007	Santa Luzia, Vespasiano, Lagoa Santa, Confins, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Capim Branco, Ribeirão das Neves, Esmeraldas e São José da Lapa	
8	SCBH Rio Taquaraçu	25 de agosto de 2008	Caeté, Nova União, Taquaraçu de Minas, Santa Luzia e Jaboticatubas	
9	SCBH Rio Paraúna	25 de agosto de 2008	Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Gouveia, Datas, Monjolos, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Santana de Pirapama e Santo Hipólito	
10	SCBH Rio Bicudo	30 de março de 2011	Morro da Garça e Corinto	
11	SCBH Águas da Moeda ²	13 de setembro de 2011	Itabirito , Rio Acima, Nova Lima, Raposos e Sabará	
12	SCBH Rio Cipó	9 de fevereiro de 2012	Baldim, Congonhas do Norte, Jaboticatubas, Presidente Juscelino, Santana de Pirapama e Santana do Riacho	
13	SCBH Carste	14 de agosto de 2013	Lagoa Santa, Confins, Pedro Leopoldo, Matozinhos , Funilândia, Vespasiano e Prudente de Morais	
14	SCBH Nascentes	22 de agosto de 2014	Ouro Preto e Itabirito	
15	SCBH Guaicuí	22 de agosto de 2014	Corinto, Lassance, Pirapora e Várzea da Palma	
16	SCBH Poderoso Vermelho	13 de maio de 2015	Sabará, Santa Luzia e Taquaraçu de Minas	
17	SCBH Santo Antônio-Maquiné	28 de agosto de 2015	Curvelo e Inimutaba	
18	SCBH Águas do Gandarela	09 de dezembro de 2015	Caeté, Itabirito, Nova Lima, Raposos e Rio Acima	

Fonte: Adaptado de CBH RIO DAS VELHAS (2016)

Ainda no intuito de auxiliar o planejamento e a gestão da Bacia do Rio das Velhas, a fim de proporcionar o planejamento territorial integrado, o CBH Rio das Velhas, por meio da Deliberação Normativa nº. 01, de 09 de fevereiro de 2012, definiu 23 (vinte e três) unidades territoriais estratégicas (UTEs), que são grupos de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas (Figura 3.3). O PDRH Rio

Execução:







² O SCBH Águas da Moeda foi inicialmente criado com o nome de SCBH Rib. Cardoso/Cristais-Macacos-Peixes, em 13 de setembro de 2011, sendo posteriormente substituído por SCBH Águas da Moeda.

das Velhas adota as UTEs como unidade de estudo e planejamento das metas e ações para gestão dos recursos hídricos da Bacia do Rio das Velhas.

Marcos Metodológicos

Informação e Resultados por UTE (SCBH)

Região		UTE/SCBH	Área (km²)
	1	UTE Nascentes	541,58
	2	SCBH Rio Itabirito	548,89
	3	UTE Águas do Gandarela	323,66
Alto	4	SCBH Águas da Moeda	544,32
	5	SCBH Ribeirão Caeté/Sabará	331,56
	6	SCBH Ribeirão Arrudas	228,37
	7	SCBH Ribeirão Onça	221,38
	8	UTE Poderoso Vermelho	360,48
	9	SCBH Ribeirão da Mata	786,84
Médio Alto	10	SCBH Rio Taquaraçu	795,50
Medio Alto	11	SCBH Carste	627,02
	12	SCBH Jabo/Baldim	1.082,10
	13	SCBH Ribeirão Jequitibá	624,08
	14	UTE Peixe Bravo	1.169,89
	15	UTE Ribeirões Tabocas e Onça	1.223,26
	16	UTE Santo Antônio/Maquiné	1.336,82
Médio Baixo	17	SCBH Rio Cipó	2.184,86
	18	SCBH Rio Paraúna	2.337,61
	19	UTE Ribeirão Picão	1.716,59
	20	UTE Rio Pardo	2.235,13
	21	SCBH Rio Curimataí	2.218,66
Baixo	22	SCBH Rio Bicudo	2.274,48
	23	UTE Guaicuí	4.136,93
Bacia do rio das Velhas			27.850,00

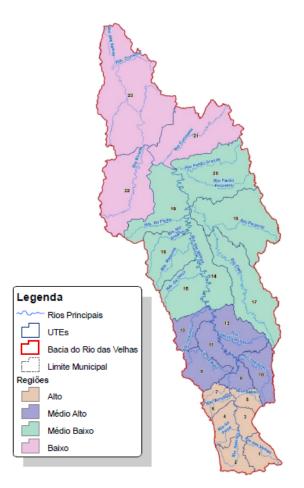


Figura 3.3 – Divisão da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas em Unidades Territoriais Estratégicas

Fonte: CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL (2016)

A seguir, são detalhadas informações a respeito de cada uma das UTEs a serem contempladas no presente trabalho, tendo as mesmas sido obtidas principalmente nas cartilhas de cada UTE, elaboradas pelo CBH Rio das Velhas com dados e informações retirados do PDRH Rio das Velhas de 2015.

3.3.3.1 UTEs/Subcomitês da Região do Alto Rio das Velhas

A Região do Alto Rio das Velhas é composta pelas seguintes UTEs/Subcomitês de Bacia Hidrográfica: Nascentes, Rio Itabirito, Águas da Moeda, Águas do Gandarela, Ribeirão Caeté-Sabará, Ribeirão Arrudas e Ribeirão Onça.

As UTEs e respectivos subcomitês desta região a serem contemplados com projetos hidroambientais neste contrato são descritos a seguir.

Execução:







a) UTE/Subcomitê da Bacia Hidrográfica Nascentes (SCBH Nascentes)

O Subcomitê da Bacia Hidrográfica (SCBH) Nascentes foi criado em 22 de agosto de 2014, pela Deliberação Normativa nº. 08/2014 do CBH Rio das Velhas, e representa o início da Bacia do Rio das Velhas, pois abriga a nascente do rio, no Parque Cachoeira das Andorinhas, em Ouro Preto.

A Unidade Territorial Estratégica Nascentes possui uma área de 541,58 km², integrada pelos municípios de Itabirito e Ouro Preto. Nesta UTE, o Rio das Velhas tem 55,17 km de comprimento, de suas nascentes no Parque Natural Municipal Cachoeira das Andorinhas, em Ouro Preto, até a barragem de Rio das Pedras, em Acuruí, distrito de Itabirito. Sua área urbana com maior representatividade é Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto, e seus principais afluentes são: Rio Maracujá, Ribeirão do Funil, Córrego Olaria e Córrego do Andaime.

A UTE Nascentes teve, entre 2000 e 2010, uma taxa de crescimento de 1,3% ao ano, superior à verificada para o conjunto dos municípios da Bacia neste mesmo período (1,0% a.a.). Os dados populacionais foram calculados considerando a proporção de cada município na UTE. A mesma apresenta concentração populacional em áreas urbanas, sendo que 86,9% dos habitantes residem na zona urbana enquanto os 13,1% restantes vivem na zona rural.

Quanto ao uso e ocupação do solo desta região, 82% são representados por cobertura natural e 3,32% por agricultura. A totalidade da área está inserida no Quadrilátero Ferrífero e 64% de seu território apresentam forte fragilidade à erosão e 32% média fragilidade.

Os distritos que compõem a UTE Nascentes possuem canalização parcial de esgoto, mas esses efluentes não são tratados, a não ser no caso do Distrito de São Bartolomeu. Quanto aos resíduos sólidos, ocorre a coleta de resíduos e a disposição final em aterro controlado, localizado próximo à sede de Ouro Preto.

Quanto à qualidade das águas, a UTE Nascentes apresenta em sua área de drenagem cursos d'água classificados como Classe Especial, Classe 1 e Classe 2. O monitoramento da qualidade das águas é realizado com o auxílio de cinco estações de amostragem, operadas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), das quais três estão instaladas no Rio das Velhas, uma no Ribeirão Funil e uma no Rio Maracujá. Além dessas, existem seis estações de amostragem referentes ao automonitoramento realizado pelas indústrias presentes na região. As principais interferências identificadas na qualidade das águas na UTE Nascentes são frutos das seguintes formas de uso e ocupação do solo: atividade minerária – minerais metálicos e extração de pedras preciosas; carga difusa; esgoto doméstico; suscetibilidade à erosão; supressão de vegetação e assoreamento.

Em relação às demandas e balanços hídricos, na UTE Nascentes a situação é confortável no que diz respeito à disponibilidade e demanda de água. A vazão total retirada na UTE é de 0,1574 m³/s, sendo a mineração (0,0550 m³/s) e a irrigação (0,0584 m³/s) os principais setores responsáveis pela demanda de água.

Execução:





A UTE Nascentes, atualmente, possui 7 (sete) Unidades de Conservação (UC) inseridas parcialmente em seu território, somando aproximadamente 31.200 ha de áreas protegidas (57,64% da área total da UTE). Quanto à administração dessas áreas, são três unidades estaduais, três municipais e uma federal. A totalidade da área da UTE Nascentes é considerada, quanto à sua prioridade, Especial para conservação.

Em relação às atividades econômicas, a UTE é fortemente marcada pela atividade industrial, que concentrou, em 2010, um Produto Interno Bruto (PIB) superior a R\$ 1,6 bilhões. No segundo plano aparece o setor de serviços, com PIB de R\$ 481,587 milhões.

Na Figura 3.4 é apresentada a delimitação da UTE Nascentes.







TERRITÓRIO UTE NASCENTES --- Rodovias Sedes municipais Bacia do Rio das Velhas - Rio das Velhas Distritos Drenagem principal Localidades Drenagem completa **MUNICÍPIOS** Lagoas e represas

Figura 3.4 – Mapa do território da UTE Nascentes

Itabirito

Ouro Preto

Realização:

Fonte: CBH RIO DAS VELHAS (2011)

Execução: cobrape

Bacia Rio das Velhas

Mancha urbana
UTE Nascentes





b) UTE/Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itabirito (SCBH Rio Itabirito)

O Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itabirito foi instituído pelo CBH Rio das Velhas no dia 12 de maio de 2006 e tem atuação na bacia hidrográfica do Rio Itabirito, que integra grande parte do território do município de Itabirito e parte de Ouro Preto e Rio Acima.

A Unidade Territorial Estratégica Rio Itabirito possui uma área de 548,89 km² e uma população de aproximadamente 32 mil habitantes. O município de maior porte populacional é Itabirito, que concentra 90,1% do total de habitantes. Os rios principais são o Rio Itabirito, Ribeirão Mata Porcos e Ribeirão do Silva, com extensão de 73 km dentro da área delimitada para a Unidade territorial.

A UTE Rio Itabirito teve, entre 2000 e 2010, uma taxa de crescimento de 1,7% ao ano no conjunto de seus três municípios, superior à verificada para o conjunto dos municípios da Bacia neste mesmo período (1,0% a.a.). A maior concentração populacional se encontra em áreas urbanas, sendo que 93,7% dos habitantes residem na zona urbana enquanto os 6,3% restantes vivem na zona rural.

Na UTE Rio Itabirito, a cobertura natural representa 79,2% da superfície, sendo representada por áreas de cerrado (54,76%) e formações florestais (22,8%). Quanto à susceptibilidade à erosão, a UTE apresenta 66,57% de seu território com forte fragilidade e 30,29% com média fragilidade.

Nesta UTE ocorre captação de água para o abastecimento do município de Itabirito. De acordo com informações do seu Plano Municipal de Saneamento Básico (DRZ GESTÃO AMBIENTAL, 2013), Itabirito possui duas estações de tratamento de água, uma na sede do município e outra no Distrito de Acuruí. Os distritos de São Gonçalo do Bação e São Gonçalo do Monte são atendidos por captação subterrânea e tratamento com desinfecção.

Segundo informações do *site* da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE, no dia 19 de junho de 2016 foi inaugurada a ETE de Itabirito, denominada de ETE Marzagão, cujas obras iniciaram em setembro de 2008. A estação tem capacidade para receber todos os esgotos da sede de Itabirito. Contudo, a princípio, a estação não receberá a totalidade, devido à necessidade de execução de redes complementares de coleta de esgotos e de redes coletoras secundárias interligadas aos interceptores.

O município de Itabirito possui 100% de taxa de cobertura de coleta de resíduos sólidos, tendo como destinação final o aterro sanitário. Existe, ainda, coleta diferenciada de resíduos sólidos de serviço de saúde, sendo os mesmos encaminhados para o município de Santa Luzia/MG.

Quanto à qualidade das águas, a UTE Rio Itabirito apresenta em sua área de drenagem cursos d'água enquadrados nas Classes 1 e 2. Os principais agentes de degradação das águas superficiais associam-se, sobretudo, aos lançamentos de esgotos domésticos *in natura* e aos efluentes industriais com elevadas cargas de poluentes.

Na UTE Itabirito a situação é confortável em relação à disponibilidade e demanda de água quando analisada a disponibilidade média anual. Entretanto, quando as demandas são comparadas às

Execução: cobrape





vazões mínimas (Q_{7,10}), a situação é crítica. As vazões máxima e média de retirada na UTE são, respectivamente, 3,64 m³/s e 2,02 m³/s. O abastecimento urbano, a mineração e o abastecimento industrial são os principais setores responsáveis pela demanda de água nessa unidade.

A UTE Rio Itabirito possui o total de 4 (quatro) Unidades de Conservação, todas com administração estadual, inseridas parcialmente em seu território, somando aproximadamente 9.586,49 ha de áreas protegidas (17,47% da área total da UTE). A totalidade da área está inserida no Quadrilátero Ferrífero, o que a qualifica como área prioritária para conservação.

Em relação às atividades econômicas, a UTE é fortemente marcada pela atividade industrial, que concentrou, em 2010, um PIB superior a R\$ 1,42 bilhões. No segundo plano aparece o setor de serviços, com PIB de R\$ 492,872 milhões.

Na Figura 3.5 é apresentada a delimitação da UTE Rio Itabirito.







TERRITÓRIO DO SUBCOMITÊ DO RIO ITABIRITO 7752000 7744000 0 0,9 1,8 2,7 Km --- Rodovias Localidades Bacia do Rio das Velhas Rio das Velhas Distritos Drenagem principal Sedes municipais Drenagem completa **MUNICÍPIOS** Lagoas e represas CBH Rio das Velhas Itabirito Bacia Rio das Velhas Ouro Preto Subbacias Rio das Velhas Rio Acima Mancha urbana oMinas,1997 Adaptado; Projeto Manuelzão, 1999 - 2010. Execução: CBH-Velhas Elaboração: Daniel Nascimento Rodrígues Belo Horizonte, MG - Setembro/11 SCBH Rio Itabirito

Figura 3.5 - Mapa do território da UTE Rio Itabirito

Fonte: CBH RIO DAS VELHAS (2011)

Execução: cobrape





c) UTE/Subcomitê da Bacia Hidrográfica de Águas da Moeda (SCBH Águas da Moeda)

O Subcomitê Águas da Moeda foi instituído em 13 de setembro de 2011, inicialmente com o nome de SCBH Rib. Cardoso/Cristais-Macacos-Peixes, sendo composto pelos municípios de Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Sabará.

A Unidade Territorial Estratégica Águas da Moeda possui uma área de 544,32 km² e sua população chega a 89,5 mil habitantes. Os rios principais da UTE Águas da Moeda são: Rio do Peixe, Ribeirão dos Marinhos, Ribeirão Congonhas, Córrego Padre Domingos e Córrego Água Limpa, com extensão de 42,36 km dentro da área delimitada para a Unidade Territorial.

A UTE Águas da Moeda teve, entre 2000 e 2010, uma taxa de crescimento de 2,2% ao ano e sua taxa de urbanização é de 93,7%.

Nesta UTE, a cobertura natural representa 88,3% da superfície, sendo representada por áreas de cerrado (54,3%) e formações florestais (27,1%). Quanto à susceptibilidade à erosão, a UTE apresenta 68,16% de seu território com forte fragilidade e 28,79% com média fragilidade.

É importante ressaltar que na UTE Águas da Moeda ocorre captação de água nos córregos Fechos e Mutuca para abastecimento de Nova Lima (4,0%) e Belo Horizonte (2,0%). O complemento do abastecimento de Nova Lima é feito pelo sistema de produção Rio das Velhas, operado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). A UTE Águas da Moeda apresenta o segundo maior consumo *per capita* na Bacia do Rio das Velhas, atrás somente da UTE Ribeirão Jequitibá. Em relação ao esgotamento sanitário, o município de Nova Lima possui apenas 6,0% do esgoto coletado e tratado. Quanto aos resíduos sólidos do município, a destinação final é o aterro sanitário.

Em relação ao enquadramento dos principais afluentes do trecho do Rio das Velhas inserido na UTE Águas da Moeda, os mesmos estão na Classe especial, Classe 1 e Classe 2. A área de abrangência da UTE Águas da Moeda compreende 12 (doze) estações de amostragem de qualidade das águas operadas pelo IGAM. As principais interferências identificadas na qualidade das suas águas são fruto das seguintes formas de uso e ocupação do solo: atividade minerária – minerais metálicos e extração de pedras preciosas; carga difusa; esgoto doméstico; suscetibilidade à erosão; efluente industrial; densidade viária e expansão urbana.

Em relação à disponibilidade e demanda de água superficial na UTE Águas da Moeda, a situação é de alerta. Quanto às águas subterrâneas, a situação é crítica devido aos volumes outorgados serem maiores do que a disponibilidade. A UTE possui vazões média de retirada e mínima de 1,803 m³/s e 3,36 m³/s, respectivamente.

Esta UTE possui 7 (sete) Unidades de Conservação inseridas parcial e integralmente em seu território, representando 88,2% da área total da Unidade Territorial. A totalidade da área desta UTE é considerada, quanto à sua prioridade, Especial para conservação.

Execução: Coprope





Em relação às atividades econômicas, a UTE é fortemente marcada pela atividade industrial, que concentrou, em 2010, um PIB superior a R\$ 2,6 bilhões. No segundo plano aparece o setor de serviços, com PIB de R\$ 1,4 bilhões.

Na Figura 3.6 é apresentada a delimitação da UTE Águas da Moeda.







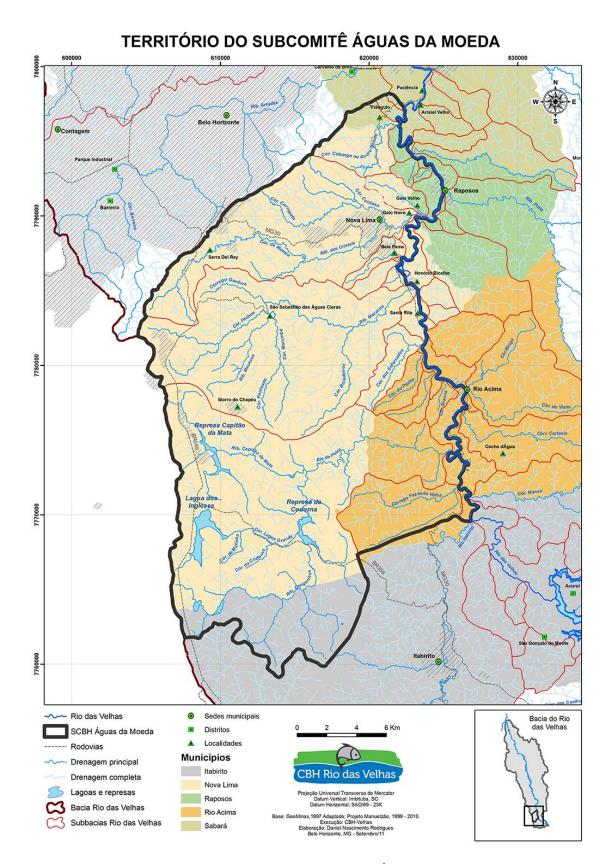


Figura 3.6 - Mapa do território da UTE Águas da Moeda

Fonte: CBH RIO DAS VELHAS (2011)

Execução: cobrape





d) UTE/Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Arrudas (SCBH Ribeirão Arrudas)

O Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Arrudas foi instituído em 25 de agosto de 2006, pela Deliberação Normativa nº. 06/06 do CBH Rio das Velhas, sendo composto pelos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Sabará.

A Unidade Territorial Estratégica Ribeirão Arrudas possui uma área de 228,37 km² e sua população chega a quase 1,2 milhões de habitantes. Os principais cursos d'água desta UTE são o Ribeirão Arrudas, Córrego do Barreiro, Córrego do Jatobá e Córrego Ferrugem. É importante ressaltar que

A UTE Ribeirão Arrudas teve, entre 2000 e 2010, uma taxa de crescimento de 0,6% ao ano. Da população dos municípios da UTE, 99,9% residem na área urbana. O município de Belo Horizonte concentra 93,7% da população da UTE.

O uso do solo nesta UTE é representado por 75,7% de área urbana e 16,5% de vegetação arbustiva. A área urbana apresenta regiões de uso intensivo, com edificações e sistema viário, predominando as superfícies artificiais não agrícolas. Quanto à susceptibilidade erosiva, a UTE apresenta 80,97% de seu território com forte fragilidade à erosão e 18,52% com média fragilidade.

O abastecimento de água na UTE ocorre, em sua maioria, a partir de captações de água fora da própria UTE, proveniente de outros sistemas. No território da UTE Ribeirão Arrudas a captação é feita nos sistemas Integrado Morro Redondo e Isolado Barreiro, para o abastecimento urbano de Belo Horizonte (5,0%) e Nova Lima (2,0%). A unidade apresenta o quinto maior consumo *per capita* na Bacia do Rio das Velhas e a sétima maior perda de faturamento e na distribuição. O setor industrial é o principal responsável pela demanda de água nessa UTE (53%), seguido do abastecimento urbano (32%) e da mineração (10,87%).

No que se refere aos efluentes, a UTE possui 3 (três) ETEs em operação, entre elas a ETE Arrudas, operada pela COPASA. Entretanto, há geração de significativa carga poluidora devido ao volume de esgoto produzido em Belo Horizonte.

Quanto aos resíduos sólidos, os municípios de Belo Horizonte e Contagem têm como destinação final o aterro sanitário, o qual é caracterizado por adequada disposição do lixo no solo, sob controle técnico e operacional permanente. Nesses municípios há coleta diferenciada de resíduos de serviço de saúde.

A área de abrangência da UTE Ribeirão arrudas compreende 3 (três) estações de amostragem de qualidade da água operados pelo IGAM, localizadas no Rio das Velhas, Ribeirão Arrudas e Córrego Barreiro. Os dois primeiros cursos d'água são enquadrados na Classe 3 enquanto o último enquadrase na Classe Especial. Os principais agentes de degradação das águas superficiais na UTE Ribeirão Arrudas devem-se, sobretudo, aos lançamentos de esgotos domésticos e aos efluentes industriais.







A UTE Ribeirão Arrudas é marcada pela atividade de serviços, que concentrou, em 2010, um PIB superior a R\$ 19,2 bilhões. No segundo plano aparece a participação dos impostos (R\$ 4,6 bilhões) e do setor industrial (R\$ 4,5 bilhões).

Na Figura 3.7 é apresentada a delimitação da UTE Ribeirão Arrudas.







TERRITÓRIO DO SUBCOMITÊ DO RIBEIRÃO ARRUDAS Belo Horizonte Serra Del Rey Rio das Velhas Sedes municipais Bacia do Rio das Velhas Localidades Drenagem principal Municípios Drenagem completa Belo Horizonte Lagoas e represas Contagem Bacia Rio das Velhas CBH Rio das Velhas Sabará Projeção Universal Transversa de Mercator Datum Vertical: Imbituba, SC Datum Horizontal: SAD/69 - 23K Sub-bacias do ribeirão Arrudas Subbacias Rio das Velhas Base: GeoMinas, 1997 Adaptado; Projeto Manuelzão, 1999 - 2010. Execução: CBH-Velhas Elaboração: Daniel Nascimento Rodrigues Belo Horizonte, MG - Janeiro/12 Proposta SCBH Ribeirão Arrudas

Figura 3.7 - Mapa do território da UTE Ribeirão Arrudas

Fonte: CBH RIO DAS VELHAS (2011)

Execução: cobrape



e) UTE/Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça (SCBH Ribeirão Onça)

O Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça foi instituído em 10 de fevereiro de 2006, pela Deliberação Normativa nº. 04/06 do CBH Rio das Velhas, integrando os municípios de Belo Horizonte e Contagem.

A Unidade Territorial Estratégica Ribeirão Onça possui uma área de 221,38 km² e uma população de aproximadamente 1,3 milhões de habitantes. Os principais cursos d'água da UTE são o Ribeirão do Onça, Ribeirão da Pampulha, Córrego da Ressaca, Ribeirão do Cabral, Córrego São João e Córrego Isidoro.

Quanto ao uso e ocupação do solo, a UTE tem a área urbana representada por 86,6% da superfície e 9,6% de vegetação arbustiva. A área urbana apresenta regiões de uso intensivo, com edificações e sistema viário, predominando as superfícies artificiais não agrícolas. Os restantes 3,8% da área da UTE são ocupados por 25 (vinte e cinco) Unidades de Conservação inseridas total ou parcialmente em seu território.

Em relação à susceptibilidade erosiva, a UTE apresenta 55,79% de seu território com forte fragilidade à erosão e 43,38% com média fragilidade. A compactação do solo, a declividade acentuada e a ocupação desordenada aceleram os processos erosivos.

Na UTE Ribeirão Onça não há captação de água para abastecimento dos seus municípios, sendo os mesmos abastecidos por águas das UTES Águas da Moeda e Ribeirão Arrudas. No que se refere aos efluentes, a UTE possui 3 (três) ETEs em operação, com índice de tratamento superior à média da Bacia, entre elas a ETE Onça, operada pela COPASA. Entretanto, há geração de significativa carga poluidora devido ao volume de esgoto produzido. Como esclarecido no item anterior, os resíduos sólidos provenientes dos municípios de Belo Horizonte e Contagem têm como destinação final o aterro sanitário e há coleta diferenciada de resíduos de serviço de saúde.

A área de abrangência da UTE Ribeirão Onça compreende 4 (quatro) estações de amostragem de qualidade das águas operadas pelo IGAM, localizadas no Rio das Velhas, Ribeirão Isidoro e Ribeirão Onça (uma antes e outra depois da ETE Onça), todos enquadrados na Classe 3. Estudos realizados na bacia mostram que os principais agentes de degradação das águas superficiais na UTE Ribeirão Onça devem-se, sobretudo, aos lançamentos de esgotos domésticos e aos efluentes industriais.

Na UTE Ribeirão Onça a situação é confortável em relação à disponibilidade e demanda de água. O setor industrial é o principal responsável pela demanda de água nessa Unidade (91,5%), seguido pela irrigação (6,0%).

A UTE Ribeirão Onça é marcada pela atividade de serviços, que concentrou, em 2010, um PIB superior a R\$ 25 bilhões. No segundo plano aparece o setor industrial, com R\$ 5,2 bilhões.

Na Figura 3.8 é apresentada a delimitação da UTE Ribeirão Onça.







TERRITÓRIO DO SUBCOMITÊ DO RIBEIRÃO ONÇA

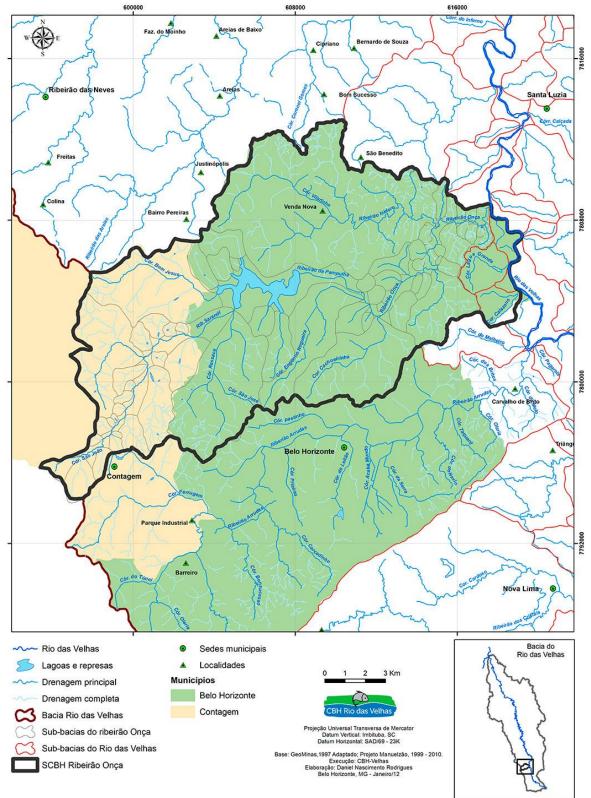


Figura 3.8 - Mapa do território da UTE Ribeirão Onça

Fonte: CBH RIO DAS VELHAS (2011)

Execução: cobrape





3.3.3.2 UTEs/Subcomitês da Região do Médio Alto Rio das Velhas

A Região do Médio Alto Rio das Velhas é composta pelas seguintes UTEs/Subcomitês de Bacia Hidrográfica: Poderoso Vermelho, Ribeirão da Mata, Rio Taquaraçu, Carste, Jabó-Baldim e Ribeirão Jequitibá.

A UTE e respectivo subcomitê desta região a ser contemplado com projetos hidroambientais neste contrato é descrito a seguir.

a) UTE/Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Carste (SCBH Carste)

A Unidade Territorial Estratégica Carste é composta pelos municípios de Confins, Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo e Prudente de Morais, ocupando uma área de 627,02 km² e abrangendo uma população de 91.990 habitantes. O Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Carste foi instituído em 14 de agosto de 2013.

Os principais cursos d'água desta Unidade são os córregos do Jaque e Bebedouro, Córrego Samambaia e Córrego da Jaguara. Ainda, a UTE Carste possui 9 (nove) Unidades de Conservação inseridas em seu território, ocupando 55,78% da sua área total. Quanto à prioridade, 88% da área da UTE são considerados prioritários para conservação, sendo divididos entre as áreas "Peter Lund" (35%) e "Província Cárstica de Lagoa Santa" (53%).

Na UTE Carste, 50,7% do uso do solo são representados pela agropecuária, 22% cerrado e outros 13,2% por vegetação arbórea. Quanto à fragilidade ambiental, a UTE apresenta 68,77% de seu território com forte suscetibilidade ao desenvolvimento de atividades erosivas e 28,76% com média suscetibilidade.

É importante ressaltar que na UTE há captação de água subterrânea para o abastecimento de 100% dos municípios de Funilândia, Lagoa Santa e Matozinhos. O consumo *per capita* da UTE Carste é superior ao da Bacia do Rio das Velhas.

A companhia responsável pelo serviço de esgotamento sanitário nos municípios com sede na UTE Carste é a COPASA. Os municípios de Lagoa Santa, Matozinhos e Funilândia possuem ETEs em funcionamento. Esta Unidade apresenta o sexto maior índice de tratamento de esgoto entre as UTEs da Bacia do Rio das Velhas.

A área de abrangência da UTE Carste compreende quatro estações de amostragem de qualidade das águas operadas pelo IGAM, localizadas no Rio das Velhas. As águas nessas estações são enquadradas na Classe 3.

Na Figura 3.9 é apresentada a delimitação da UTE Carste.







TERRITÓRIO UTE CARSTE

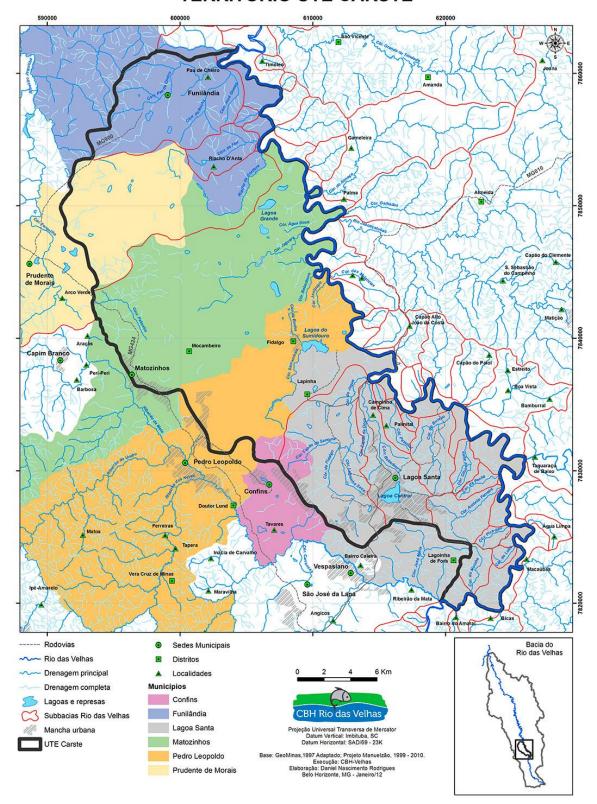


Figura 3.9 - Mapa do território da UTE Carste

Fonte: CBH RIO DAS VELHAS (2011)

Execução: cobrape





3.3.3.3 UTEs/Subcomitês da Região do Médio Baixo Rio das Velhas

A Região do Médio Baixo Rio das Velhas é composta pelas seguintes UTEs/Subcomitês de Bacia Hidrográfica: Peixe Bravo, Ribeirões Tabocas e Onça, Santo Antônio-Maquiné, Rio Cipó, Rio Paraúna, Ribeirão Picão e Rio Pardo.

Dentre estas, as UTEs Peixe Bravo, Santo Antônio e Maquiné, Rio Cipó e Rio Paraúna serão contempladas com projetos hidroambientais previstos no AC nº. 003/2016, enquanto a UTE Ribeirão Picão será contemplada com projetos hidroambientais previstos no AC nº. 002/2016.

3.3.3.4 UTEs/Subcomitês da Região do Baixo Rio das Velhas

A Região do Baixo Rio das Velhas é composto pelas seguintes UTEs/Subcomitês de Bacia Hidrográfica: Rio Curimataí, Rio Bicudo e Rio Guaicuí.

A UTE Rio Guaicuí será objeto de trabalho do AC nº. 002/2016 e as demais UTEs – Rio Curumataí e Rio Bicudo – serão contempladas pelo AC nº. 003/2016.

3.3.4 A Associação Executiva de Apoio à Gestão e Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

A Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (AGB Peixe Vivo) é uma associação civil de direito privado, composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil, tendo como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica a ela integrados. Criada em 2006, a AGB Peixe Vivo tem suas funções equiparadas à Agência de Bacia desde o ano de 2007.

Atualmente, a Agência está legalmente habilitada a exercer as funções de Entidade Equiparada às ações de Agência de Bacia para dois Comitês estaduais mineiros, CBH Rio das Velhas (SF5) e CBH Rio Pará (SF2), além do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF).

Dentre as suas finalidades está a prestação de apoio técnico-operativo à gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas para as quais ela exerce as funções de Agência de Bacia, incluindo as atividades de planejamento, execução e acompanhamento de ações, programas, projetos, pesquisas e quaisquer outros procedimentos aprovados, deliberados e determinados por cada Comitê de Bacia ou pelos Conselhos Estaduais ou Federal de Recursos Hídricos.

4 DEMANDAS DE PROJETOS

Os projetos de recuperação hidroambiental que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas vem implantando em diversos pontos da bacia surgiram de reivindicações comunitárias espontâneas, motivadas por graves problemas de degradação do Rio das Velhas, notadamente a poluição de mananciais e a erosão de terrenos próximos aos mesmos, com reflexos diretos sobre a qualidade e a quantidade de água disponível.

A Deliberação Normativa nº. 01, de 11 de fevereiro de 2015, dispõe sobre os mecanismos a serem adotados na avaliação e seleção de propostas de demanda espontânea para contratação de estudos,

Realização:

Execução:



ASSOCIATE VIND
Associação Executiva de Apoplo à Gestã
de describerante de Apoplo à Gestã
de describerante de Apoplo à Gestã



projetos e obras a partir do financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio das Velhas. Nesse contexto, o CBH Rio das Velhas lançou um ofício circular para chamamento público para que fossem apresentadas demandas ao Comitê com o objetivo de se contratar projetos de melhoria hidroambiental e também de saneamento.

Após o recebimento de todas as demandas, a Presidência do CBH Rio das Velhas as encaminhou para a AGB Peixe Vivo para que fosse avaliado se as mesmas atendiam aos requisitos mínimos especificados no Ofício Circular nº. 097/2015. Em 27 de agosto de 2015, a AGB Peixe Vivo encaminhou ao CBH Rio das Velhas o Parecer Técnico nº. 187/2015, onde foi apresentada a conclusão da sua Diretoria Técnica quanto às demandas espontâneas pleiteadas junto ao CBH Rio das Velhas.

Em suma, as intervenções propostas nas demandas selecionadas visam a proteger nascentes e cursos d'água, tendo como foco micro ou pequenas bacias hidrográficas, conforme apresentado na Tabela 4.1. As principais ações se voltam para projetos de revitalização de microbacias rurais; elaboração de estudo para a implementação de Programa Produtor de Águas; ações de proteção de nascentes; e revitalização de cursos d'água.

Tabela 4.1 - Projetos selecionados

Unidade Territorial Estratégica	Município	Projeto	
Nascentes	Ouro Preto	Revitalização de microbacias rurais no entorno da APA Cachoeira das Andorinhas.	
Itabirito	Itabirito	Elaboração de estudos para implementação do Programa Produtor de Água, na bacia do Rio Itabirito.	
Águas da Moeda	Nova Lima	Implantação de ações de proteção das nascentes dos córregos Fechos, Marumbé e Tamanduá (bacia do Ribeirão Macacos).	
Arrudas	Belo Horizonte	Implantação de ações para preservação de nascente na Rua Planetóides – bairro Santa Lúcia.	
Onça	Belo Horizonte e	Levantamento e diagnóstico geoambiental de nascentes na bacia do	
	Contagem	Ribeirão do Onça.	
Carste	Matozinhos	Projeto de revitalização da Lagoa do Fluminense – distrito de Mocambeiro.	

As UTEs previamente listadas constam da Figura 4.1.







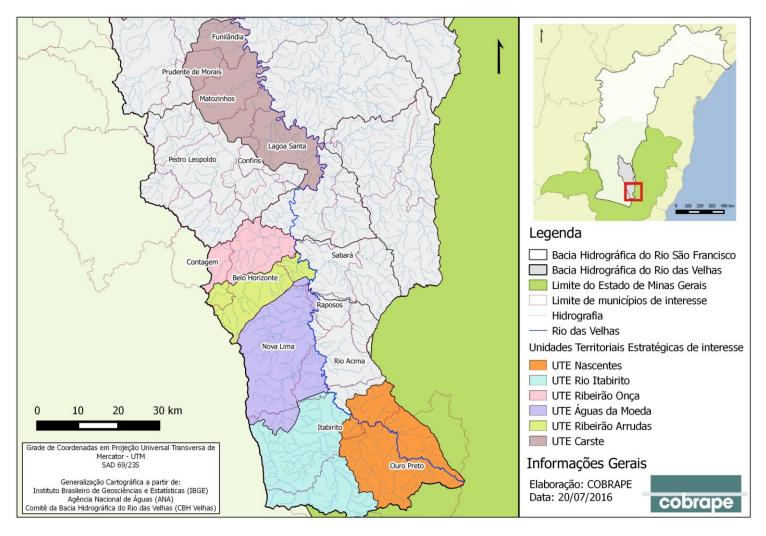


Figura 4.1 – UTEs a serem contempladas com projetos hidroambientais – Contrato nº. 005/2016

Execução: cobrape





A seguir, as demandas selecionadas são descritas sucintamente, a partir dos projetos enviados ao CBH Velhas e das reuniões de partida realizadas junto aos Subcomitês para sua discussão.

4.1 UTE NASCENTES

A reunião do SBCH Nascentes aconteceu na comunidade de Engenho D'água, em Ouro Preto-MG, no dia 01/07/2016, e contou com a participação de 25 (vinte e cinco) pessoas, entre moradores locais, representantes de instituições públicas e privadas, técnicos da COBRAPE e analistas ambientais do CBH Rio das Velhas.

A reunião iniciou-se com uma roda de apresentação e, em seguida, partiu-se para os informes gerais. A COBRAPE se apresentou e fez uma breve contextualização do trabalho a ser realizado. Na reunião, alguns participantes apresentaram algumas dúvidas em relação à elaboração do Termo de Referência e o coordenador do SCBH Nascentes relatou o contexto histórico da demanda de projeto apresentada ao CBH Rio das Velhas. Mais uma vez foi reforçada a importância da participação e interesse de todos, como garantia de um trabalho que realmente corresponda às expectativas da comunidade.

A Ata de Reunião e a Lista de Presença encontram-se no Apêndice II deste documento. O registro fotográfico da reunião do SCBH Nascentes é apresentado na Figura 4.2.





Figura 4.2 - Registro fotográfico da reunião do SCBH Nascente

Após a reunião, os técnicos da COBRAPE, o coordenador do SCBH Nascentes (Sr. Ronald Guerra) e um morador local realizaram visita a campo nas áreas de intervenção previstas. A visita durou aproximadamente 5 (cinco) horas, tendo sido visitadas todas as microbacias contempladas pelo projeto e feita uma análise inicial da região, assim como a discussão das demandas apresentadas e a proposição de soluções/técnicas de intervenção.

A visita iniciou-se na Bacia do Córrego do Andaime, onde primeiramente foi visitada uma área, mais a montante da bacia, na qual existem duas nascentes e trechos de estrada vicinal a serem recuperados. Em seguida, foi visitada a comunidade de Maciel, onde foram observadas atividades

Realização:

cobrape

ASSOCIAÇÃO EXECUTIVO DE ASSOCIAÇÃO EXECUTIVO DE ASSOCIAÇÃO EXECUTIVO DE ASSOCIAÇÃO EXECUTIVO DE ASSOCIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO EXECUTIVO DE ASSOCIAÇÃO DE ASSOCIAÇ



erosivas; o lançamento de esgotos *in natura* no Córrego do Andaime; e a existência de trechos de estradas vicinais em mau estado de conservação (Figura 4.3).



Figura 4.3 - Atividades erosivas e estrada vicinal mal conservada

Em seguida, foi visitada a Bacia do Córrego Jequeti, onde se identificaram dois trechos de estradas vicinais em mau estado de conservação, sendo um deles em área pública e outro em área particular (Figura 4.4). Nestes casos, podem ser implantadas bacias de contenção para o controle do escoamento pluvial.



Figura 4.4 - Trechos de estradas vicinais em mau estado de conservação

Após esta área, a equipe se deslocou para a Bacia do Córrego Afogador, na qual se observou o desvio de cursos d'água para propriedades particulares; uma área de pastagem com pequenos focos erosivos; e trechos de estradas vicinais em mau estado de conservação. É importante ressaltar que na área de pastagem se pretende, com o projeto hidroambiental, a implantação de sulcos em contorno, objetivando difundir as práticas de conservação do solo e da água na região, visto à grande visibilidade desta área de pastagem na bacia (Figura 4.5).









Figura 4.5 - Desvio de curso d'água para propriedade particular e área de pastagem a ser contemplada

Por fim, foi visitada a Bacia do Córrego São Bartolomeu, onde se identificaram áreas com processos de erosão; trecho de estrada vicinal abandonado com presença de ravinas; e uma área com solo exposto, na qual deverá haver o plantio de Brachiaria. As intervenções nas áreas de erosão da bacia são extremamente importantes para a sua recuperação hidroambiental, principalmente considerandose que as mesmas encontram-se nas adjacências da principal captação de água do Distrito de São Bartolomeu (Figura 4.6).



Figura 4.6 - Problemas identificados na área da Bacia do Córrego São Bartolomeu







Em suma, as demandas de projeto apresentadas e discutidas *in loco* com os demandantes são apresentadas na Tabela 4.2.

Tabela 4.2 – Projeto Hidroambiental UTE Nascentes

UTE NASCENTES

Título da proposta

Revitalização de quatro microbacias inseridas na bacia hidrográfica do Rio das Velhas e na APA das Andorinhas – siga este exemplo

Município Ouro Preto/MG

Breve resumo das demandas

Demandas identificadas durante a reunião inicial

- Realização de diagnóstico das microbacias contempladas.
- Instalação de 35 biodigestores e/ou fossas sépticas para os moradores da comunidade de Maciel.
- Georreferenciar e cadastrar 15 nascentes.
- Recuperação de 12 nascentes.
- Construção de 30 bacias de contenção.
- Promover a regularização Ambiental (CAR) e inserir os proprietários das microbacias no programa Bolsa Verde.
- Monitorar mensalmente a vazão e a qualidade da água em 10 pontos específicos.
- Cercar 34.618 m ao longo das margens dos cursos d'água.
- Revegetar 105 hectares com mata ciliar.
- Realização de 10 aulas para a capacitação dos proprietários rurais e promover a divulgação do projeto.
- Divulgar o projeto por meio da instalação de placas de identificação em cada microbacia e da utilização da mídia local como jornal, TV e rádio.

- Construção de bacias de contenção em estradas vicinais.
- Terraceamento de áreas de erosão.
- Reflorestamento.
- Implantação de fossas sépticas/biodigestores.
- Implantação de sulcos para potencializar a infiltração de água no solo.
- Desenvolvimento de atividades de mobilização social e educação ambiental.

4.2 UTE RIO ITABIRITO

A reunião do SCBH Itabirito realizou-se no dia 06/07/2016 em duas etapas, no Parque Ecológico de Itabirito, contando na parte da manhã com a participação de 21 pessoas, entre os técnicos da COBRAPE, analistas do CBH Rio das Velhas, representantes de órgãos públicos, sindicatos, associação de moradores, organizações ambientais e empresas privadas, e na parte da tarde com a presença dos técnicos da COBRAPE e de dois membros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itabirito.

A reunião iniciou-se com a apresentação de informes e a discussão de outros assuntos. Logo em seguida, o Secretário de Meio Ambiente fez uma contextualização do projeto hidroambiental, das suas principais motivações e das expectativas com a sua realização. Ressaltou que o principal objetivo do projeto é a melhoria da qualidade e da quantidade de água, com o auxílio do programa "Produtor de Água", sobre o qual foi feito um breve relato de acordo com o projeto elaborado pela Secretaria.

Execução:







Em seguida, a COBRAPE apresentou o contexto do trabalho a ser realizado para a elaboração do TDR, reforçando a importância da participação de todos na sua construção e da exata compreensão sobre o que de fato foi demandando.

A Ata de Reunião e a Lista de Presença encontram-se no Apêndice III deste documento. O registro fotográfico da reunião do SCBH Itabirito é apresentado na Figura 4.7.





Figura 4.7 – Registro fotográfico da reunião do SCBH Rio Itabirito

Conforme relatado anteriormente, a segunda etapa da reunião aconteceu na parte da tarde, com um número reduzido de participantes, tendo como objetivo esclarecer algumas dúvidas acerca dos projetos hidroambientais e do TDR a ser elaborado. As representantes da Secretaria de Meio Ambiente estavam na dúvida de como seria empregado o recurso disponível para a implementação dos projetos, o que foi esclarecido pela equipe técnica da COBRAPE, que também apontou algumas sugestões de possíveis ações e intervenções a serem empregadas na bacia para um melhor atendimento da demanda proposta pelo SCBH Rio Itabirito (Tabela 4.3).

Complementarmente, as representantes da Secretaria explicaram que o projeto "Produtor de Águas" apresentado na reunião da manhã já havia sido submetido à Agência Nacional de Águas (ANA); porém, a mesma ainda não havia dado resposta acerca do seu financiamento devido à falta de legislação municipal que institui a criação do programa "Produtor de Águas" e do "Pagamento por Serviços Ambientais – PSA", sendo que o recurso para pagamento deveria estar previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do município.

Deve-se ressaltar que há quase 15 anos a ANA desenvolveu o Programa Produtor de Água, visando ao fortalecimento de projetos que atuam no aumento da oferta de água nas bacias hidrográficas do Brasil. Através do apoio técnico e financeiro por meio da política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o programa valoriza iniciativas de preservação do solo e das nascentes em áreas rurais das bacias hidrográficas.

As demandas de projeto apresentadas e discutidas *in loco* com os demandantes são apresentadas na Tabela 4.3.

Execução:







Tabela 4.3 - Projeto Hidroambiental UTE Rio Itabirito

UTE RIO ITABIRITO				
Título da proposta				
"Produtor de Água" de Itabirito				
Município				
Itabirito/MG				
Breve resumo das demandas	Ações/intervenções sugeridas pela equipe			
Dieve resumo das demandas	técnica da COBRAPE durante a reunião inicial			

- Recuperação de 750 Hectares de áreas degradadas.
- Adoção de práticas conservacionistas de solo, com finalidade de abatimento efetivo da erosão e da sedimentação.
- Implantação e manutenção de Área de Preservação Permanente APP.
- Implantação de programa de educação ambiental na sub-bacia do Rio Itabirito.
- Formar parcerias com os setores públicos e privados para a implantação e continuação do programa "Produtor de água".
- Elaboração de diagnóstico detalhado das propriedades rurais localizadas na UTE quanto às suas características e condições de manejo do solo, assim como elaboração de plano de manejo do solo e água.
- Intervenções físicas (terraceamento, bacias de contenção etc.).
- Cadastro de nascentes.

4.3 UTE ÁGUAS DA MOEDA

A reunião do SCBH Águas da Moeda foi realizada no dia 12/07/2016, na parte da manhã, no Centro de Atividades Culturais (CAC) do Jardim Canadá, em Nova Lima-MG, contando com a participação de 16 (dezesseis) pessoas, entre os técnicos da COBRAPE, analistas do CBH Rio das Velhas, representantes de órgãos e instituições públicas, organizações ambientais e empresas privadas.

Inicialmente, todos os presentes se apresentaram e a representante do CBH Rio das Velhas contextualizou a demanda de projeto hidroambiental para a UTE Águas da Moeda. A COBRAPE explicou a contratação da empresa e sua atuação no contrato com a AGB Peixe Vivo. Além disso, levantou alguns questionamentos sobre a demanda da UTE, que foram esclarecidos após explanação do projeto pelos seus autores.

O principal conflito da demanda apresentada é em relação à área de expansão da Estação Ecológica de Fechos, que abrange região de ampliação da Mina de Tamanduá da empresa Vale, cujo processo já está em andamento na Superintendência Regional de Meio Ambiente de Minas Gerais (SUPRAM), conforme relato de representante da mineradora. Porém, este representante colocou-se à disposição para discussões mais detalhadas entre a Vale e o SCBH Águas da Moeda/CBH Rio das Velhas para definição desse impasse, com vistas a evitar desgaste de quaisquer envolvidos. Ainda, informou a existência de diversos estudos técnicos realizados pela empresa que podem vir a contribuir para a compreensão técnica da área e o desenvolvimento dos trabalhos.

Outro ponto importante abordado na reunião foi a questão das atividades de mobilização social e educação ambiental, imprescindíveis para o sucesso de qualquer trabalho. Foi sugerida a elaboração de um Projeto Sociopedagógico de Educação Ambiental Continuada que considere todo o entorno

Realização:

^{ão:} cobrape





das áreas do projeto hidroambiental e que dialogue e inter-relacione com os programas já desenvolvidos na região pela Prefeitura Municipal, Organizações Não Governamentais (ONGs), Unidades de Conservação, Vale e demais entidades atuantes. Para tanto, mencionou-se a previsão de um articulador social na equipe técnica da empresa que executará o serviço a ser contatado, a partir das diretrizes do Termo de Referência da COBRAPE.

Por fim, para orientar melhor a equipe técnica da COBRAPE na elaboração do TDR, foi sugerida a realização de uma visita de campo no dia 19 de julho de 2016, a fim de serem reconhecidas as áreas a serem contempladas e, assim, poder ser avaliada a pertinência da proposição apenas de estudos da área ou de implantação de intervenções físicas em locais de maior degradação ambiental.

A Ata de Reunião e a Lista de Presença encontram-se no Apêndice IV deste documento. O registro fotográfico da reunião do SCBH Nascentes é apresentado na Figura 4.8.





Figura 4.8 – Registro fotográfico da reunião junto ao SCBH Águas da Moeda

Em suma, as demandas de projeto apresentadas e discutidas *in loco* com os demandantes são apresentadas na Tabela 4.4.





Tabela 4.4 – Projeto Hidroambiental UTE Águas da Moeda

UTE ÁGUAS DA MOEDA

Título da proposta

Cadastramento de Nascentes – Campanha pública – Fechos eu Cuido – Pela expansão da Estação Ecológica dos Fechos

Município Nova Lima/MG

Breve resumo das demandas

Demandas identificadas durante a reunião inicial

- Identificação e georreferenciamento das principais nascentes perenes, intermitentes e temporárias nas microbacias dos córregos Fechos e Tamanduá.
- Análise de cada nascente para definir a estratégia de preservação.
- Preservação das nascentes com intervenção física – isolamento com cercamento.
- Promover a intervenção de fluxo e a infiltração de água nas cabeceiras de drenagem das nascentes.
- Potencializar a campanha pública da sociedade civil organizada "Fechos Eu Cuido", pela expansão da Estação Ecológica de Fechos, através da implantação de dois outdoors na BR040 e produção de um audiovisual com entrevistas a deputados sobre o tema do Projeto de Lei nº 3.512/2012.

- Levantamento de dados secundários: estudos da área, projetos e demais documentos pertinentes.
- Cadastramento de nascentes com elaboração de plano de ações com proposição de medidas protetivas de conservação e/ou recuperação.
- Sinalização das nascentes (instalação de marcos).
- Definição de estratégia de preservação das nascentes, por meio da aplicação de protocolos de avaliação rápida (PAR).
- Avaliação in loco das possíveis áreas emergenciais de atuação nas microbacias dos córregos Fechos e Tamanduá.
- Elaboração de um Plano de Mobilização Social, Programa de Educação Ambiental e relatório de possibilidades para formação de parcerias e implantação de medidas protetivas.
- Produção de um vídeo educativo de 10 minutos.

4.4 UTE RIBEIRÃO ARRUDAS

O projeto hidroambiental da UTE Ribeirão Arrudas surgiu a partir da demanda espontânea de apenas um representante da sociedade civil. Este projeto tem como objetivos principais a recuperação da área de preservação permanente de uma nascente, localizada em área urbana, no bairro Santa Lúcia, em Belo Horizonte, bem como a eliminação dos fatores de degradação da mesma e a elaboração de um diagnóstico de toda a cabeceira de drenagem da nascente e de sua influência em termos de vazão hídrica e diluição de poluentes sobre o córrego do Leitão.

No caso desta UTE, não houve participação da COBRAPE na reunião do Subcomitê Arrudas realizada no mês de julho, devido à impossibilidade de participação do demandante do projeto. Por esse motivo, neste primeiro momento, a visita de campo não foi realizada. A mesma ocorrerá levando em consideração a compatibilidade de agenda do demandante, cuja participação será imprescindível na realização do reconhecimento da área e no esclarecimento de dúvidas inicias, além de proporcionar melhor compreensão das suas expectativas em relação ao projeto hidroambiental.

Resumidamente, as demandas de projeto apresentadas pela UTE Arrudas são apresentadas na Tabela 4.5.

Execução:







Tabela 4.5 – Projeto Hidroambiental UTE Ribeirão Arrudas

UTE RIBEIRÃO ARRUDAS

Título da proposta

Preservação da Nascente da Rua Planetoides - Santa Lúcia

Município

Belo Horizonte/MG

Breve resumo das demandas

- Recuperação de área de preservação permanente de nascente situada na Rua Planetoides.
- Recuperação da vegetação e das funções ecológicas da APP da nascente.
- Eliminação dos fatores de degradação da nascente: resíduos, presença de animais domésticos e riscos de incêndio.
- Elaboração de diagnóstico de toda a cabeceira da nascente.

UTE RIBEIRÃO ONÇA 4.5

A reunião junto ao SBCH Ribeirão Onça foi realizada no dia 30/06/2016, pela manhã, na Casa Recriar, instituição social que desenvolve diversas atividades com a comunidade do bairro Jardim Felicidade, região Norte de Belo Horizonte-MG. Estiveram presentes 18 (dezoito) pessoas, entre técnicos da COBRAPE, membros e suplentes do Subcomitê, representantes de movimentos sociais, ambientais e de associações comunitárias, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e analistas ambientais do CBH Rio das Velhas.

Após a leitura da ata da reunião anterior, da apresentação dos informes gerais e da discussão sobre os primeiros temas da pauta do dia, a COBRAPE fez uma contextualização do contrato com a AGB Peixe Vivo, ressaltando a importância da elaboração do Termo de Referência de maneira participativa, com o envolvimento dos demandantes do projeto e daqueles que esperam resultados do mesmo. Assim, a empresa poderá fundamentar o documento com base na realidade local e nos anseios da comunidade.

Membros do SCBH expuseram o histórico dos projetos hidroambientais na região da bacia, desde o ano de 2011, enfatizando a ausência de envolvimento das empresas com os moradores locais. Por isso, preocupam-se tanto com que os novos trabalhos procurem integrar a comunidade na sua participação. Nesse sentido, as principais demandas desta contratação voltam-se para: (i) o cadastramento participativo das nascentes, nos moldes do trabalho realizado pelo Programa de Desenvolvimento e Recuperação da Bacia da Pampulha (PROPAM) na região do Alto Ribeirão Onça; (ii) o desenvolvimento de um Programa de Mobilização Social e Educação Ambiental Continuada que seja integrado entre as sub-bacias e empodere os moradores locais, promovendo momentos de formação de lideranças, como professores, assistentes sociais, profissionais da saúde, da segurança pública, entre outros atores importantes no âmbito da Bacia do Ribeirão Onça; (iii) a elaboração de um Plano de Manejo Comunitário de Nascentes, com indicação de estratégias para sua conservação/recuperação e que orientem os próprios cuidadores a executá-las.







Por fim, foi sugerida a incorporação de um profissional que atue como articulador político e social na equipe chave da empresa que executará o serviço a ser licitado, com o intuito de promover a articulação das instituições e lideranças comunitárias de forma a integrar as demandas e anseios de todos os envolvidos.

A reunião transcorreu com tranquilidade e os técnicos puderam compreender melhor a relação entre o TDR, a demanda do SCBH e a expectativa dos seus membros, que reforçaram muito o cuidado e a atenção com os moradores locais e com os cuidadores de nascentes.

A Ata de Reunião e a Lista de Presença encontram-se no Apêndice V deste documento. Na Figura 4.9 é apresentado o registro fotográfico da reunião realizada junto ao SCBH Ribeirão Onça.





Figura 4.9 - Registro Fotográfico da reunião do SCBH Ribeirão Onça

Na Tabela 4.6 é apresentada uma síntese das demandas do Subcomitê Ribeirão Onça enviadas ao CBH Velhas e alguns comentários a seu respeito, conforme reunião realizada junto aos demandantes.





Tabela 4.6 – Projeto Hidroambiental UTE Ribeirão Onça

UTE RIBEIRÃO ONÇA

Título da proposta

Diagnóstico das nascentes urbanas e áreas de recarga na bacia hidrográfica do Ribeirão Onça

Municípios

Belo Horizonte/MG e Contagem/MG

Breve resumo das demandas

Realização do monitoramento da qualidade das águas em duas campanhas: período seco e Realização do cadastro

- chuvoso.

 Realização de levantamentos e estudos de dados
- Realização de levantamentos e estudos de dados secundários.
- Geração de um sistema de informações georreferenciadas.
- Vetorização de áreas homogêneas.
- Cadastro participativo de nascentes.
- Diagnóstico participativo das nascentes identificadas, destacando as condições e os padrões de preservação das nascentes selecionadas.
- Realização de trabalho de campo participativo em cada nascente.
- Elaboração de mapas com a visualização do local das nascentes e áreas verdes.
- Desenvolvimento de um programa de educação ambiental e mobilização social.
- Elaboração de plano de manejo comunitário de nascentes em ambientes urbanos.
- Capacitação da comunidade local para aplicar o plano de manejo.

 Realização do cadastro de nascentes de forma participativa, com auxílio de informações da população local.

Demandas identificadas durante a reunião

- Desenvolvimento de mobilização social e atividades de educação ambiental, com formação de lideranças locais e atoreschave importantes para a bacia.
- Estabelecimento de contato com os cuidadores de nascentes, a fim de tornar mais eficiente o processo de cadastramento.
- Levantamento/avaliação da situação fundiária na área contemplada pelo projeto.
- Previsão de incorporação de pessoas locais no desenvolvimento do trabalho, até com possiblidade de remuneração.
- Proposição de Circuitos Ambientais na bacia.
- Elaboração de memória do histórico dos trabalhos desenvolvidos na região (tanto por atores locais como de empresas contratadas) e da evolução/involução das condições das nascentes.

4.6 UTE CARSTE

A reunião do SCBH Carste aconteceu na sede da Associação Comunitária de Desenvolvimento, Artes e Ofícios (ADAO) em Mocambeiro, distrito de Matozinhos, no dia 04/07/2016. Estiveram presentes 13 pessoas, entre moradores locais, representantes de órgãos públicos, COPASA, organizações ambientais, associação de moradores, técnicos da COBRAPE e analistas ambientais do CBH Rio das Velhas.

O coordenador do SCBH Carste, Daniel Duarte, iniciou a reunião repassando os principais informes relativos à UTE. Logo em seguida, cedeu espaço para que os demais participantes pudessem repassar outras informações. Encerrado esse momento, a Sra. Francisca Martins, importante liderança local e uma das demandantes do projeto encaminhado e aprovado pelo CBH Rio das Velhas, fez uma breve contextualização do mesmo. Ao final, ela disponibilizou alguns mapas e estudos que poderiam ser utilizados pela COBRAPE para melhor compreensão da área de

Execução:







intervenção. Em seguida, a COBRAPE apresentou o contexto do trabalho a ser realizado para a elaboração do TDR, reforçando novamente a importância da participação de todos. Algumas pessoas fizeram observações e sugestões interessantes, entre elas, a de manter os membros e demais interessados atualizados sobre as atividades a serem realizadas, para que, de fato, o TDR se aproxime o máximo possível das expectativas dos envolvidos e demandantes.

A Ata de Reunião e a Lista de Presença encontram-se no Apêndice VI deste documento. O registro fotográfico da reunião do SCBH Carste é apresentado na Figura 4.10.





Figura 4.10 – Registro Fotográfico da reunião do SCBH Carste

Após a reunião, todos os participantes foram convidados a visitar a Lagoa do Fluminense junto aos técnicos da COBRAPE. A visita foi guiada e coordenada pela Sra. Francisca Martins, membro do subcomitê SCBH Carste e coordenadora da ADAO (Figura 4.11). A visita durou aproximadamente 3 (três) horas, momento em foram discutidas as demandas apresentadas e a proposição de soluções/técnicas de intervenção.





Figura 4.11 - Visita de campo na Lagoa do Fluminense, em Matozinhos-MG

Durante a visita, verificou-se a ocorrência de assoreamento na lagoa. Posteriormente, a equipe da COBRAPE identificou uma área de pastagem à montante da mesma (Figura 4.12), na qual se propôs

Execução:







a realização de terraceamento, objetivando a redução da velocidade do escoamento das águas e evitando o desencadeamento de processos erosivos/assoreamento, assim como potencializando a recarga de água subterrânea. Além desses benefícios, a intervenção visa difundir as práticas de conservação do solo e da água na região, considerando a grande visibilidade desta área na bacia. Vale ressaltar que a área em questão constitui uma propriedade privada, e a Sra. Francisca se dispôs a verificar a possibilidade da realização da intervenção com o proprietário.



Figura 4.12 – Área de pastagem para realização de terraceamento

Em seguida, a equipe se deslocou para fazer um reconhecimento da área nas vias do entorno da lagoa, acompanhada da Sra. Francisca, para verificar o que seria viável de se realizar em termos de intervenções físicas. No entanto, a topografia local aliada ao fato da maioria das áreas serem de propriedade privada inviabilizaria a implantação de bacias de contenção, que haviam sido pensadas como uma boa alternativa para a retenção de sedimentos e para a recarga subterrânea (Figura 4.13).





Figura 4.13 – Via de acesso à Lagoa do Fluminense e propriedade privada no entorno



Por fim, foram visitados os locais a montante da Lagoa do Fluminense, onde foram identificadas estradas vicinais passíveis de implantação de bacias de contenção (Figura 4.14). Ressalta-se que as áreas no entorno de tais estradas também constituem propriedades privadas.





Figura 4.14 – Estradas vicinais a montante da Lagoa do Fluminense

Em suma, as demandas de projeto apresentadas ao CBH Velhas e discutidas in loco com os demandantes são apresentadas na Tabela 4.7.

Tabela 4.7 - Projeto Hidroambiental UTE Carste

UTE CARSTE				
Título da proposta				
Projeto piloto de Revitalização da Lagoa do Fluminense				
Município				
Matozinhos/MG				
Breve resumo das demandas	Demandas identificadas durante a reunião			
breve resultio das definatidas	inicial			
 Implantação de projetos estruturadores hidroambientais. Elaboração de estudos e projetos de revitalização de bacia em área urbana. Propor ações de mitigação necessárias à contenção de impactos, em curto prazo. Propor indicadores de qualidade ambiental. Elaborar um plano de manejo modelo. Implementar projeto de educação ambiental no Distrito de Mocambeiro. 	 Realização de diagnóstico da Lagoa do Fluminense e das demais existentes na região. Implantação de bacias de contenção nas estradas vicinais. Terraceamento de área adjacente à lagoa. 			





5 CONSIDERAÇÕES SOBRE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL

A realização de ações, atividades e intervenções voltadas para a recuperação hidroambiental de áreas degradadas deve considerar não apenas as técnicas ou práticas mais recomendadas para o cenário diagnosticado, mas também a educação ambiental e a mobilização social como elementos essenciais para o sucesso das medidas propostas, conforme comentado a seguir.

5.1 O PAPEL INDUTOR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Em um contexto de degradação ambiental cada vez mais intensa e presente, a educação ambiental apresenta-se como um importante instrumento de sensibilização e conscientização de todos os setores da sociedade no que diz respeito à atuação conjunta e articulada para minimização dos impactos causados pelas atividades humanas.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, e regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, representou grandes avanços legais para o campo da Educação Ambiental, apresentando princípios e diretrizes que definem que a educação ambiental deve ser permanente e continuada, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, dentro e fora da escola.

Nesse sentido, as atividades de educação ambiental visam, sobretudo, a possibilitar uma visão sistêmica das questões socioambientais, a estimular a participação popular, engajada e consciente, no enfrentamento dessas questões e a oportunizar a emancipação dos atores sociais envolvidos e, com isso, despertar o protagonismo popular na condução das transformações esperadas.

O processo de educação ambiental, em sua vertente transformadora, acontece no momento em que a população, ao olhar de forma crítica para os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, reflete sobre os fatores sociais, políticos e econômicos que originaram o atual panorama e busca atuar no seu enfrentamento.

Aliada a essas atividades, a mobilização social se mostra de fundamental importância para despertar nos cidadãos o interesse coletivo de ser atuante, defensores e propositores dos serviços, estudos e projetos que deseja em sua localidade, por meio de canais de comunicação e de diálogo entre a sociedade civil e o poder público.

Fator preponderante para o sucesso de atividades de educação ambiental e mobilização social é a articulação e integração de programas, projetos e ações que tenham temas direta ou indiretamente relacionados às ações socioambientais, como meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano, saneamento, saúde, entre outros.

Diante desse cenário, no contexto dos projetos hidroambientais a serem executados a partir da elaboração dos Termos de Referência objeto desta contratação, é imprescindível a indicação de

Execução:







diretrizes bem estruturadas e fundamentadas, que orientem de forma clara e objetiva a execução de atividades de educação ambiental e mobilização social, as quais serão, sobremaneira, o elemento propulsor do sucesso dos projetos propostos para melhoria das condições ambientais, sociais e econômicas da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Para uma experiência mais completa e produtiva, também se apresenta como fator preponderante a proposição de atividades de capacitação com vistas ao envolvimento dos principais atores envolvidos na idealização, execução e utilização das intervenções a serem implantadas ao longo da bacia do Rio das Velhas. Atividades estas que não pretendem fazer da comunidade meros expectadores e ouvintes, mas agentes propositivos e atuantes que busquem garantir a idoneidade da execução das intervenções pelas empresas a serem contratadas pela AGB Peixe Vivo. Também a apropriação das intervenções pela população é fundamental no sentido de ajudar na sua manutenção e monitoramento da eficiência, permitindo-a usufruir integralmente de seus benefícios. As atividades de capacitação devem privilegiar a troca de experiências, o trabalho com conteúdos correlatos com os temas de meio ambiente, recursos hídricos, saúde, saneamento, trabalho e renda, entre outros, sempre adequados à realidade local.

5.2 MÉTODOS/TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E DE MELHORIA DA PRODUÇÃO DE ÁGUA EM BACIAS

As formações florestais localizadas nas margens de rios, nascentes e demais corpos d'água desempenham importante função ambiental, contribuindo para a manutenção da qualidade e quantidade de água e para a estabilidade dos solos das áreas marginais. Ainda, funcionam como corredores para manutenção da fauna, assim como para dispersão de espécies vegetais.

As matas ciliares, como são denominadas essas formações, vêm ao longo dos anos sendo degradadas por meio de ações antrópicas, principalmente por agricultores, pecuaristas, madeireiros, indústrias e demais empreendedores. Diante dessa situação e de problemas de escassez hídrica, se torna cada vez mais necessária a implantação de projetos de recuperação e preservação de áreas adjacentes aos corpos d'água, bem como daquelas que contribuem para a garantia da qualidade e quantidade de água.

De maneira geral, as principais práticas para preservação e recuperação são provenientes das técnicas de conservação de solo, as quais visam a manter sua integridade física, química e biológica. O princípio geral em ambos os casos é aumentar a "rugosidade" da bacia hidrográfica, dificultando a formação de enxurradas (escoamento superficial) e aumentando a eficiência da infiltração, objetivando a recarga do lençol freático. Em suma, essas técnicas podem ser agrupadas em três categorias, ou seja, vegetacionais, edáficas e mecânicas, conforme detalhado a seguir.

5.2.1 Práticas vegetativas ou vegetacionais

Utilizam a vegetação de forma racional visando à redução do escoamento superficial. Entre os efeitos benéficos da cobertura vegetal, destacam-se a proteção direta contra o impacto das gotas de chuva

Execução:







("efeito Splash"), a interceptação do fluxo de água (evitando o carreamento de partículas de solo) com diminuição da velocidade de escoamento, e a potencialização da retenção de água no solo (pois melhora a estrutura do solo e, consequentemente, favorece a recarga dos lençóis freáticos) pelo maior tempo de infiltração que proporciona. São exemplos de práticas pertencentes a esse grupo: plantio de espécies nativas, nucleação, cobertura morta, rotação de culturas, formação e manejo de pastagem, semeadura direta, quebra-vento e bosque sombreador, cordão vegetativo permanente, manejo do mato, alternância de capinas, etc. A seguir, serão descritas algumas dessas práticas, mais comumente utilizadas.

✓ Condução da regeneração natural

A condução e/ou estímulo à regeneração natural se trata de uma técnica vegetativa utilizada em situações em que o ambiente apresenta capacidade de se recuperar de distúrbios naturais e antrópicos, visando ao restabelecimento da vegetação original. Esta técnica consiste na recuperação da cobertura vegetal sem a intervenção humana, mas sim por meio da germinação natural de sementes e por brotamento espontâneo de tocos e raízes (Figura 5.1). O método de recuperação natural deve ser usado em casos de degradações de baixo nível, provenientes da abertura natural de uma clareira, de um desmatamento ou de um incêndio, por promover a colonização da área afetada e, dessa forma, levar a mesma, através de sucessivos estágios de desenvolvimento vegetal, à sua forma original (PINTO, 2003). A regeneração natural da vegetação é o método mais econômico para restauração de ambientes degradados. Isso porque se usa menos mão de obra e insumos em comparação com outras técnicas de recuperação, podendo, dessa forma, reduzir significativamente o custo na recuperação de áreas perturbadas, principalmente áreas de médio e grande porte (BOTELHO e DAVIDE, 2002). Para que essa técnica tenha sucesso é necessária a ocorrência de algumas condições, tais como: presença de plântulas, brotações, banco de sementes no solo e transporte de sementes de áreas vizinhas. Tais fatores são determinantes na velocidade e direção do processo de regeneração natural (ALVARENGA; BOTELHO; PEREIRA, 2006).



Figura 5.1 - Regeneração natural

Fonte: EMBRAPA (2009)

Execução: cobrape





✓ Plantio de espécies nativas

Esse método consiste no plantio de mudas de espécies nativas (florestais ou não) em áreas degradadas. É indicado para áreas onde a vegetação natural em torno do local a ser recuperado está bastante comprometida ou já não existe, tendo por finalidade a recuperação dos processos ecológicos originais (IGNÁCIO; ATTANASIO; TONIATO, 2007). Para o sucesso desta técnica, devese considerar o tipo de vegetação originalmente existente no ambiente a ser recuperado e o conjunto boas técnicas agronômicas e florestais, necessárias ao correto estabelecimento e desenvolvimento das mudas. A introdução da vegetação tem por objetivo reter água das chuvas, reduzir o impacto das gotas sobre o solo, atuar como uma barreira ao carreamento de sedimentos e promover o aumento da infiltração da água no solo, contribuindo para o abastecimento dos lençóis e o fortalecimento da vazão das nascentes. Vale destacar que a utilização dessa técnica para recuperação de APPs de nascentes deve contemplar alguns cuidados no caso da vegetação original ser uma formação florestal, devendo-se escolher espécies adequadas, que possuam baixo consumo de água, devendo os plantios ser realizados com baixa densidade de indivíduos. Além disso, deverá ser realizado o plantio de espécies pioneiras no primeiro momento da sucessão vegetal, pois essas espécies apresentam maior tolerância às condições apresentadas pelas áreas degradadas ou desflorestadas. A sucessão vegetal se dará pela substituição do grupo de espécies pioneiras por espécies mais frágeis, representadas por espécies secundárias iniciais, seguidas por espécies tolerantes à sombra (REIS; ZAMBONIN; NAKAZONO, 1999).

√ Semeadura direta

A semeadura direta é um método bastante usado em países de clima temperado e apresenta bons resultados ecológicos e econômicos na recuperação de ecossistemas de pequeno e de médio porte, mas ainda é uma técnica pouca empregada nos países tropicais (WINSA & BERGSTEN, 1994). As técnicas mais utilizadas na recuperação de florestas possuem como base o conceito de sucessão secundária, que consiste no plantio de mudas, acompanhado da implantação de diferentes espécies sucessionais. Mas o modelo empregado pela semeadura direta tem se mostrado de grande eficiência nas atividades de recuperação, tanto de áreas degradadas em geral como de matas ciliares, devido ao fato de possuir algumas vantagens, como a sua praticidade, agilidade e por ser considerado de baixo custo econômico (FERREIRA et al., 2007). Segundo MATTEI (1997), a semeadura direta pode ser utilizada em situações onde não pode ocorrer a regeneração natural e nem o plantio de mudas, além de ser um método versátil e barato (Figura 5.2). Apesar das vantagens apresentadas, a técnica de semeadura direta apresenta em contra partida uma germinação irregular e com predominância de poucas espécies, sendo muitas vezes necessário fazer uma reposição das sementes que não germinaram para que se chegue ao resultado esperado (GANDOLFI & RODRIGUES, 1996). Para que se alcance um resultado satisfatório, é necessário que ocorra a proteção das sementes e mudas para que não haja ataque de formigas e pássaros e se evite o soterramento das sementes.









Figura 5.2 - Técnica de Semeadura Direta

Fonte: RIO CONSTRUÇÕES (2015)

Nucleação

Segundo Espíndola e colaboradores (2006), a recuperação de áreas degradadas por meio da técnica de nucleação se caracteriza pela abordagem de vários métodos de nucleação, que juntos sintetizam uma diversidade de fluxos naturais no ambiente degradado. A utilização dessa técnica de recuperação permite a formação de um microhabitat, possibilitando a vinda de várias espécies com suas diferentes formas de vida, que se dispersam por todo o ambiente durante o processo de aceleração da sucessão vegetal. Existem várias técnicas de nucleação, como, por exemplo, a transposição de solo, a criação de poleiros artificiais secos, a nucleação de Anderson e a transposição de galharia. A nucleação do tipo transposição de solo consiste na retirada de solo de uma área bem preservada e posterior inclusão em um ambiente degradado, visando à restauração do solo empobrecido (REIS & TRES, 2009). A porção de solo em que foi feita a transposição geralmente apresenta microrganismos como bactérias, fungos, minhocas etc., além de sementes e propágulos que geram verdadeiros núcleos de recuperação em pleno ambiente degradado (REIS & TRES, 2009). Outra técnica de nucleação consiste na construção de poleiros em áreas degradadas, que nada mais é do que a construção de armações de madeira em forma triangular que estejam dispostas de forma vertical, que sirvam como locais de pouso para pássaros e morcegos (Figura 5.3), que são considerados os animais mais eficientes no processo de transporte e dispersão de sementes, processo esse que dará início aos núcleos de regeneração natural (REIS et al., 2011). A nucleação de Anderson consiste em formação de núcleos de 3, 5 ou 13 mudas que são dispostas com espaçamento de 0,5 metros, podendo ser de forma homogênea ou heterogênea, sendo que este método promove a seleção de espécies com forte poder de nucleação, levando à formação de moitas que inibem o crescimento de gramíneas invasoras, diminuindo o efeito negativo da temperatura e das rajadas de vento excessivas (SOUZA & COSTA, 2010). A transposição de galharia, por sua vez, é a técnica de acúmulo de galhos, resíduos florestais, bagaço de cana e tocos, a fim de criar abrigos para pequenos animais dispersores, como pequenos mamíferos roedores e répteis que se refugiam







nesses pequenos habitats, a fim de se proteger dos efeitos abióticos (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).





Figura 5.3 – Construção de poleiros em áreas degradadas

Fonte: INSTITUTO PRÓ TERRA (2009)

√ Uso de cobertura morta

A cobertura morta é uma prática que consiste em cobrir a superfície do solo com uma camada de material orgânico, geralmente com sobras de culturas como palha ou cascas. A cobertura morta tem efeitos benéficos, tais como: aumento do teor de matéria orgânica; proteção contra a erosão; diminuição do impacto da chuva; e armazenamento da umidade e controle das plantas infestantes, por impedir que o solo fique descoberto e pelo efeito alelopático, propriedade de produzir substâncias que inibem o crescimento de outras plantas (GUIA RURAL, 1991). A cobertura morta pode ser formada a partir de culturas, principalmente gramíneas, consorciadas ou não com leguminosas, com alta capacidade de produção de matéria seca, semeada para este fim na própria área onde se deseja ter a cobertura ou com uso de materiais ou palhadas transportadas de outros locais. A cobertura morta também pode ser formada no local com materiais orgânicos provenientes de outros locais, como cascas, sabugos, palhas, serragem entre outros. É importante salientar que a espessura da camada de cobertura morta deve ser suficiente para formar uma barreira física capaz de impedir a emergência de espécies invasoras (exceto espécies invasoras perenes). Geralmente, isso é possível com camadas de 8 a 10 cm de espessura. Entretanto, vale ressaltar que algumas coberturas podem favorecer a ocorrência de insetos e pragas indesejadas, até mesmo ratos e cobras.

5.2.2 Práticas Edáficas

As práticas edáficas de conservação consistem em modificações no sistema de cultivo objetivando a diminuição das perdas de solo por escoamento superficial. Com técnicas de cultivo apropriadas ao

Execução:







tipo de solo, à sua profundidade, textura e declividade, a infiltração de água será bem maior, pois a estrutura do solo será mantida. São exemplos de práticas pertencentes a esse grupo: cultivo de acordo com a capacidade de uso da terra; controle do fogo; adubação verde; adubação orgânica e química; calagem etc. A seguir, são descritas algumas dessas práticas.

✓ Adubação verde

A técnica de adubação verde consiste no manejo de plantas cultivadas no local ou trazidas de fora e cultivadas com a finalidade de serem incorporadas ao solo para preservar a sua fertilidade (CALEGARI et al., 1993; CHAVES, 2000ab). Dentre os benefícios oriundos da utilização dessa massa vegetal, podem-se mencionar seus efeitos sobre as propriedades químicas, físicas e biológicas do solo, além de efeitos alelopáticos (controle de espécies vegetais infestantes). Assim, a cobertura viva e os adubos verdes proporcionam o aumento do teor de matéria orgânica, da disponibilidade de macro e micronutrientes, do pH e reduzem os efeitos tóxicos do alumínio e do manganês. Além disso, ajudam a trazer para a superfície os nutrientes das camadas mais profundas do solo e a diversificar o sistema, elevando assim a população de insetos polinizadores. É importante ressaltar que a presença de vegetação cobrindo o solo oferece uma proteção contra o impacto das chuvas e, consequentemente, da erosão, além de aumentar a infiltração e a capacidade de retenção de água nos solos, a porosidade e a aeração do solo e a atenuação das oscilações de temperatura e umidade, intensificando a atividade biológica. As espécies mais utilizadas como adubos verdes são as leguminosas, devido à sua capacidade de fixar o nitrogênio atmosférico, incorporando-o ao sistema, o que significa uma importante alternativa de suprimento às culturas. Dentre as espécies comumente utilizadas, destacam-se a mucuna anã, o guandu, as crotalárias e a leucena.

✓ Adubação orgânica e química

A prática de adubação tem por objetivo suprir a demanda de nutrientes pelas culturas e espécies vegetais, visando a garantir a sua adaptação no local e o seu crescimento. Quanto à adubação orgânica, todas as fontes de material orgânico que não contenham elementos tóxicos ou contaminantes podem ser utilizadas. É necessário lembrar que as fontes orgânicas não contêm todos os nutrientes em quantidades balanceadas. Portanto, pode ser necessário adicionar, também, adubos químicos. A adubação química é realizada por meio de fertilizantes químicos adicionados ao solo, que visam a suprir principalmente as demandas de fósforo e nitrogênio, necessários para o desenvolvimento das espécies vegetais. A adubação melhora, consideravelmente, as características físicas e biológicas do solo. Os maiores benefícios constatados são: redução do processo erosivo, maior disponibilidade de nutrientes às plantas, maior retenção de água, menor amplitude térmica do solo durante o dia e a noite, estimulação da atividade biológica, aumento da taxa de infiltração e maior agregação de partículas do solo.

✓ Calagem

A calagem tem como objetivos a neutralização do alumínio e do manganês, a elevação dos teores de cálcio e magnésio e o aumento da disponibilidade de nutrientes como o fósforo e o nitrogênio. A

Execução:







aplicação de calcário deve ser realizada, pelo menos, dois meses antes do plantio do porta-enxerto ou das mudas (Figura 5.4). O calcário deve ser aplicado e incorporado a uma profundidade de 20 cm. A dosagem a aplicar deve ser referente à necessidade corretiva para elevar o pH a 6,0. Dentre os benefícios da calagem, destacam-se: melhoria da estrutura pela granulação das partículas (estrutura, porosidade, permeabilidade, aeração), controle de pH (controle da acidez), eliminação do alumínio trivalente, aumento da disponibilidade e assimilação do Cálcio, Magnésio, Fósforo e Molibdênio, redução da solubilidade do Alumínio, Ferro e Manganês (esses elementos, além de dificultarem o aproveitamento de alguns nutrientes pela planta, ainda podem se tornar tóxicos) e estímulo ao desenvolvimento da vida microbiana.



Figura 5.4 - Calagem

Fonte: CASA DO PRODUTOR RURAL - ESALQ/USP (2016)

5.2.3 Práticas Mecânicas

As práticas mecânicas de conservação utilizam estruturas construídas através da disposição adequada de porções de terra (com o objetivo de diminuir a velocidade de escoamento da enxurrada, facilitando a infiltração da água) e de obras nas margens e leitos dos cursos d'água. São exemplos de práticas pertencentes a esse grupo: preparo do solo e plantio em nível; sulcos e camalhões em pastagens; enleiramento em contorno; terraceamento; bacias de captação; subsolagem; adequação de estradas rurais; enrocamento; gabiões etc. A seguir, são descritas algumas dessas técnicas de conservação.

✓ Cercamento / Isolamento

Consiste na implantação de cercas ao redor de Áreas de Preservação Permanente (APPs) das nascentes ou outras a serem recuperadas, objetivando o seu isolamento ou proteção contra os fatores causadores da degradação, de modo a contribuir positivamente com o processo de regeneração natural ou com o estabelecimento de plantios que tenham sido realizados.





✓ Subsolagem

A técnica de subsolagem faz uso de um equipamento chamado subsolador acoplado a um trator (Figura 5.5). Essa prática tem por objetivo romper as camadas compactadas do solo, estejam elas na superfície ou localizadas em maior profundidade, geralmente entre 20 e 50 cm. Visa a promover a aeração e a estruturação do solo, de modo a torná-lo mais permeável, favorecendo, assim, a infiltração de água e a penetração de raízes das plantas, contribuindo para o sucesso das práticas vegetativas de plantio, de condução da regeneração natural e para a recarga dos lençóis freáticos. A compactação do solo, na maior parte das vezes, é resultante do modo como ele foi utilizado, podendo ocorrer em função do que nele foi plantado anteriormente, dos equipamentos utilizados e das condições de umidade do solo no momento do seu preparo, da ocorrência de pisoteio em áreas de criação de animais etc.



Figura 5.5 - Técnica de Subsolagem

Fonte: AGRIMAIS - SERVIÇOS CANAVIEIROS (2016)

✓ Terraceamento

O terraceamento é uma prática mecânica de combate à erosão, fundamentada na construção de terraços com uso de trator de esteiras ou trator com arados de discos acoplados, dentre outros, com o propósito de direcionar o volume de escoamento superficial oriundo das águas das chuvas (Figura 5.6). Em suma, o terraço consiste em uma estrutura transversal ao sentido do maior declive do terreno, composta de um dique e um canal, tendo a finalidade de reter e infiltrar a água da chuva nos terraços em nível ou escoá-la lentamente para áreas adjacentes, nos terraços em desnível ou com gradiente. A função do terraço é a de reduzir o comprimento da rampa, área contínua por onde há escoamento das águas das chuvas e, com isso, diminuir a velocidade de escoamento da água superficial, reduzindo assim a ocorrência de atividades erosivas.







Figura 5.6 - Terraceamento

Fonte: INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ (2010)

✓ Construção de bacias de captação de água da chuva

Bacias de captação de água da chuva são bacias ou tanques implantados/escavados mecanicamente (escavadeiras) no solo, em formato semicircular (geralmente em formato de cunha), instaladas em pontos estratégicos da área de drenagem. Objetivam a redução da velocidade de escoamento das águas, promovendo a sedimentação dos sólidos suspensos nas águas pluviais. Essas estruturas são importantes formas de retenção e promoção da infiltração das águas das enxurradas. Ao cair a chuva, essas bacias se enchem com as enxurradas, evitando que a água escorra rapidamente e provoque erosões, armazenando-a durante curto período e promovendo uma infiltração lenta. Ao cessar a chuva, a água que fica retida na bacia penetra no solo, abastecendo o lençol freático e as nascentes a jusante.

✓ Adequação ambiental de estradas

A prática de adequação de estradas envolve um conjunto de atividades com a finalidade de recuperação, manutenção e conservação das estradas de terra que têm interferência direta sobre o escoamento superficial e sobre a ocorrência de processos erosivos em áreas de recarga de nascentes e em locais utilizados para o desenvolvimento de agricultura, pecuária, silvicultura, dentre outros cultivos. Essa ação tem por objetivo evitar as atividades erosivas, a degradação do meio ambiente, o carreamento do solo para os cursos d'água e disciplinar as enxurradas oriundas das precipitações, visto que as estradas são, normalmente, caminhos preferenciais das águas das chuvas e grandes desencadeadoras de processos erosivos. Dentre as intervenções que podem ser utilizadas para adequação ambiental de estradas, destacam-se: realocação do trecho, quebra de barranco, eliminação de banco de areia, eliminação de buracos, construção de lombada, construção de caixa de retenção ou bacias de captação de águas das chuvas, construção de caixa dissipadora de energia e construção de bueiros.







DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES, METODOLOGIA, CRONOGRAMA E 6 **EQUIPE**

A seguir, apresenta-se a estruturação metodológica geral das atividades a serem desenvolvidas e, na sequência, a descrição detalhada das atividades e produtos esperados.

ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA GERAL 6.1

Neste item está estruturada e descrita a forma pela qual se recomenda a elaboração dos Termos de Referência (TDR) para aquisição futura de serviços e consultorias demandados pelos projetos hidroambientais selecionados na Bacia do Rio das Velhas, no sentido de atender as disposições constantes no Termo de Referência do Ato Convocatório nº. 001/2016.

De forma geral, a metodologia proposta para o desenvolvimento dos Termos de Referência tem seu embasamento na perspectiva de uma condução articulada entre a Proponente, a AGB Peixe Vivo, o CBH Rio das Velhas e os demandantes dos projetos, de forma a possibilitar que os trabalhos sejam elaborados harmoniosamente entre todos os interessados no processo e que os objetivos traçados sejam alcançados com êxito.

Nestas condições, apresentam-se as atividades que possibilitarão desenvolver o trabalho, a saber:

- Atividade 1: Planejamento das Ações;
- Atividade 2: Atividades de Comunicação e Mobilização Social;
- Atividade 3: Atividades de Reconhecimento;
- Atividade 4: Elaboração dos Termos de Referência;
- Atividade 5: Apresentação dos Termos de Referência e última coleta de sugestões;
- Atividade 6: Entrega da versão final dos Termos de Referência.

Em função da análise do Edital, notadamente do Termo de Referência, apresenta-se a inter-relação entre os diversos temas a serem conduzidos e a sequência lógica entre atividades, subatividades e produtos a serem desenvolvidos, conforme apresentado na Figura 6.1.







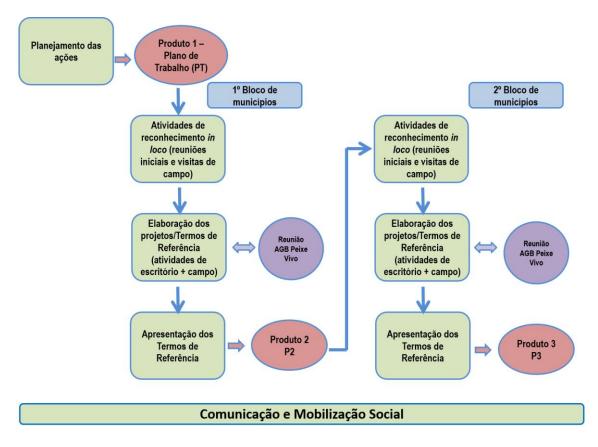


Figura 6.1 - Fluxograma Metodológico de Desenvolvimento das Atividades

A seguir, são descritas as atividades a serem desenvolvidas na elaboração dos Termos de Referência.

6.1.1 Planejamento das ações

Inicialmente, foram realizadas reuniões introdutórias entre a AGB Peixe Vivo e a COBRAPE, assim como entre a empresa, o CBH Rio das Velhas e os respectivos Subcomitês envolvidos no contrato, com o objetivo de esclarecer o escopo dos serviços a serem executados e discutir a metodologia a ser adotada na condução dos trabalhos.

Nesse sentido, com fins de consolidar o conteúdo do primeiro produto a ser entregue — **Plano de Trabalho (PT)** —, foram realizadas reuniões nas sedes da AGB Peixe Vivo e do CBH Rio das Velhas, em Belo Horizonte/MG, bem como houve participação da COBRAPE em reuniões ordinárias dos Subcomitês de Bacia Hidrográfica das UTEs contempladas neste trabalho.

Na primeira reunião, realizada na data de assinatura do contrato, em 22 de junho de 2016, na sede da AGB Peixe Vivo, foram discutidas as diretrizes gerais para o desenvolvimento do trabalho e repassadas para a equipe da COBRAPE as demandas e informações complementares dos projetos a serem desenvolvidos. Nesta reunião estiveram presentes o Coordenador Executivo e a Coordenadora Técnica do contrato – representando a COBRAPE –, assim como o Diretor Técnico e uma Assessora







Técnica – membros da AGB Peixe Vivo – e representantes da Mobilização Social do CBH Rio das Velhas.

Na segunda reunião, realizada no dia 28 de junho de 2016, na sede do CBH Rio das Velhas – a qual contou com a presença de técnicos da COBRAPE e de membros da equipe de Mobilização Social do CBH Rio das Velhas –, foram apresentadas, de forma panorâmica, as principais demandas de cada uma das 06 (seis) UTEs contempladas neste contrato, de acordo com as expectativas dos Subcomitês envolvidos. Na oportunidade foram distribuídas cartilhas e materiais informativos sobre as UTEs e projetos anteriores de educação ambiental, para que pudessem servir de referência e apoio didático. A lista de participantes e a ata desta reunião constam do Apêndice I.

Para dar encaminhamento às atividades iniciais relacionadas à elaboração dos Termos de Referência, foi estabelecido um cronograma de reuniões e visitas de reconhecimento das áreas, em consonância com as datas das reuniões já agendadas com os membros e conselheiros de cada Subcomitê envolvido.

Na Tabela 6.1 é apresentado o cronograma de reuniões realizadas pelos Subcomitês das UTEs contempladas por este TDR, das quais a COBRAPE participou. Ressalta-se que ao longo destas reuniões, a Contratada foi obtendo informações importantes para consolidar o presente Plano de Trabalho.

Tabela 6.1 - Cronograma de reuniões junto aos SCBH

Data	Unidade Territorial Estratégica (UTE)/Subcomitê	Município
30/06/2016	Onça	Belo Horizonte/MG
01/07/2016	Nascentes	Ouro Preto/MG (localidade de Engenho D'Água)
04/07/2016	Carste	Matozinhos/MG (Distrito de Mocambeiro)
06/07/2016	Itabirito	Itabirito/MG
12/07/2016	Águas da Moeda	Nova Lima/MG
-	Arrudas	-

Ainda na etapa de Planejamento das Ações, será organizado um banco de dados secundários contendo planos, mapas, estudos, pesquisas etc. que abordem as características físicas, biológicas e socioeconômicas das regiões a serem contempladas. Esses dados servirão como subsídio para a elaboração dos TDRs, como também irão orientar o que deverá ser checado em campo. De posse de dados secundários e uma prévia caracterização das áreas a serem vistoriadas, será possível um planejamento mais eficiente, otimizando tempo e recursos, possibilitando o fiel cumprimento dos prazos e garantindo a qualidade dos TDRs.

Nesse sentido, na Tabela 6.2 constam as principais fontes bibliográficas que podem ser consultadas para desenvolvimento dos trabalhos.

cobrape





Tabela 6.2 - Referências bibliográficas para a elaboração dos Termos de Referência

Dados gerais

HidroWeb - Sistemas de Informações Hidrológicas (Agência Nacional de Águas).

Lei Estadual № 13.199 de 29 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.

Decreto Estadual Nº 41.578 de 08 de março de 2001. Regulamenta a Lei Nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Lei Estadual Nº 12.503 de 30 de maio de 1997. Cria o Programa Estadual de Conservação da Água

Lei Federal nº 12.651 de 25 de Maio de 2012, Institui o novo Código Florestal.

Lei Federal nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Mapoteca do IGAM.

STRAHLER, A.N.; STRAHLER, A. H. Geografia Física. 3 Ed. Barcelona: Ediciones Omega, 1994.

Atlas Digital das Águas de Minas (UFV; SEAPA, SEMAD).

VAZ, C. L.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. P.; MOURA, A. C. M. **Modelo de análise espacial para avaliação da susceptibilidade à degradação das águas na bacia do Rio das Velhas/MG.** In: Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, XIX, 2011, Maceió. Anais. Maceió: ABRH, 2011. 19 p.

Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Consórcio Ecoplan/Skill. 2015.

Comunicação Social

Ministério do Meio Ambiente. Governo Federal. Cartilha sobre Comunicação e Informação Ambiental. 2006.

RODRIGUES, C.S.S. **Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação.** Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.2008

Mobilização Social

PICOLI, S.A. A Educação Ambiental como estratégia de mobilização social para o enfrentamento da escassez de água. Escola Nacional de Saúde Pública. 2015.

SEPÚLVEDA, R. **Subcomitês como proposta de descentralização da gestão das águas na bacia do rio das Velhas: o Projeto Manuelzão como fomentador.** Universidade Federal de Minas Gerais. 2006.

WSTANE, Carla. **Gestão de Águas Urbanas: Mobilização social em torno de rios invisíveis.** Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.2013.

Bacias de Contenção

CARVALHO, A.R. Bacias de captação de enxurradas. I Congresso Brasileiro de Agroecologia. 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Barragens Sucessivas de Contenção de Sedimentos – tecnologias e práticas hidroambientais para convivência com o semiárido. Fortaleza. 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Práticas inovadoras de controle edáfico e hidroambiental para o semi árido do Ceará.** Fortaleza. 2010.

OLIVEIRA, J.B.; ALVES, J.J.; FRANÇA, F.M.C. Barragens Sucessivas de Contenção de Sedimentos em Microbacias Hidrográficas do Semiárido do Ceará. ICID+18- 2nd International Conference: Climate, Sustainability and Development in Semi-arid Regions. Fortaleza. 2010.

PADILHA, J. A. Uso da água nas bacias do semi árido brasileiro. O conceito "base zero". São Paulo. 2004.

Cercamento de nascentes e áreas de preservação

BELGO – Guia de construção de cercas de arame farpado.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA BAHIA. **DERBA-ES-OC-03/01**. Obras Complementares – Cercas.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES. **DNER ES 338/97**. Obras Complementares. Cercas de arame farpado. Rio de Janeiro, 1997.

Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR. **Norma DNIT - Obras complementares - cercas de arame farpado - especificação de serviço**. Brasil. 2002.

Conservação do Solo

GRIEBELLER, N.P.; CARVALHO, D.F.; MATOS, A.T. Estimativa do custo de implantação de sistema de terraceamento, utilizando-se o sistema de informações geográficas. Estudo de caso: bacia do rio Caxangá, pr. Campina Grande, PB, 2000.

IBGE. Manual Técnico de Pedologia – 2ª Edição. Rio de Janeiro. 2007.







KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. A conservação do Cerrado Brasileiro. Brasília. 2005

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **A conservação da água via terraceamento em sistemas de plantio direto e convencional no Cerrado**. Planaltina. 2002.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Práticas de conservação do solo e recuperação de áreas degradadas**. Brasília. 2003.

NARDIM, C.F.; SILVA, A.H.; JÚNIOR, R.A.P.; RODRIGUES, S.C. Uso de medida física para recuperação de áreas degradadas em ambiente de cerrado. Resultado para o uso de barreiras com material de baixo custo na recuperação de voçorocas. Recife. 2010.

Adequação de Estradas

BAESSO, D.P. Especificações técnicas de serviço. Florianópolis.2001.

CRUZ, A.V. Estradas vicinais: abordagem pedológica, geotécnica, geométrica e de serventia de dois trechos rodoviários não pavimentados no campus da UFV – MG. Viçosa- MG. 2005.

EMPAER-MT. Recomendações técnicas para adequação de estradas rurais. Cuiabá. 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Adequação de estradas rurais. São Paulo.2003.

JÚNIOR, I.D.G. **Estradas rurais: componente mobilizador do PEMH**. II Fórum ambiental de Alta Paulista. Tupã - SP. 2006.

Mata Ciliar e recuperação

CENIBRA. Cartilha de recomendações técnicas: Fomento Florestal Cenibra. Belo Oriente - MG.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARÍ E JUNDIAÍ. **Preservação e recuperação das nascentes**. Piracicaba-SP. 2004.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cadernos da Mata Ciliar. São Paulo. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISAS RODOVIARIAS (IPR). Manual de vegetação rodoviária: Implantação e recuperação de revestimentos vegetais rodoviários. Brasil. 2009.

Neste Plano de Trabalho também está contemplado o cronograma físico-financeiro das atividades e produtos. O Plano de Trabalho foi consolidado registrando os entendimentos entre a Empresa Contratada e a Contratante, após a fase de discussão, avaliação e negociação do conteúdo das atividades a serem realizadas.

6.1.2 Atividades de mobilização e comunicação social

É premissa para a elaboração dos Termos de Referência o envolvimento das comunidades inseridas nas áreas de intervenção dos projetos, seus demandantes e demais interessados. Para isso, compreende-se que a comunicação e a mobilização social são imprescindíveis e estão fortemente interligadas. Objetiva-se, assim, que a partir da utilização de ferramentas de comunicação, alinhadas a ações de mobilização social, todos os interessados nos projetos se sintam realmente inseridos nas discussões acerca da elaboração dos TDR.

A comunicação social, portanto, consiste em sistemas de transmissão de mensagens para um público vasto, disperso e heterogêneo. Abarca processos de informação, persuasão e entretenimento de indivíduos e grupos. É uma ferramenta de integração, instrução, troca mútua e desenvolvimento (LADANISKI, 2010). Nesse sentido, após as reuniões iniciais com a Contratante e com o CBH Rio das Velhas e a participação da COBRAPE nas reuniões ordinárias dos Subcomitês, houve a necessidade de criar ferramentas de comunicação social para estreitar o contato entre a empresa, os demandantes e os demais interessados que participaram dessas reuniões.

Dessa maneira, as ferramentas de comunicação previstas por este Plano de Trabalho são:







✓ Boletim informativo

O Boletim consiste de um breve relato das atividades realizadas, seguido de um registro fotográfico das reuniões e visitas de campo. Trata-se de uma ferramenta de comunicação auxiliar com o objetivo de ampliar o contato com os demandantes dos projetos hidroambientais. Os Boletins Informativos serão distribuídos como mensagem eletrônica, enviados por e-mail para todos os membros, suplentes e demais interessados de cada UTE. O primeiro Boletim Informativo sobre a elaboração dos TDRs já foi disponibilizado para todos os participantes das reuniões, membros e conselheiros dos Subcomitês e para os mobilizadores sociais do CBH Rio das Velhas e para a assessoria técnica da AGB Peixe Vivo. O 1º Boletim Informativo é apresentado na Figura 6.2, Figura 6.3 e Figura 6.4.







I BOLETIM INFORMATIVO

CONTRATAÇÃO DE PROJETOS HIDROAMBIENTAIS NA
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

UNIDADES TERRITORIAIS ESTRATÉGICAS (UTE)

O início das atividades do contrato firmado em 22/06/2016 entre a AGB Peixe Vivo e a COBRAPE para desenvolvimento e elaboração de **Termos de Referência** para contratações de projetos e ações hidroambientais na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas se deu com uma reunião de partida no dia 28/06/16, na sede do CBH Rio das Velhas, em Belo Horizonte.

Nesse momento foram discutidas as demandas apresentadas pelos seis Subcomitês contemplados no contrato e ficou acordado que a COBRAPE acompanharia as suas reuniões ordinárias. Ainda, quando possível, aproveitaria a oportunidade para realizar visitas *in loco* junto com os demandantes, com o objetivo de conhecer a área de atuação dos projetos. As reuniões realizadas foram fundamentais para conhecer as expectativas e os anseios dos demandantes, assim como para o levantamento de importantes informações dos projetos, contribuindo para que os TDR a serem elaborados representem as características e nuances de cada UTE. Apresenta-se, a seguir, a agenda das reuniões realizadas pelos Subcomitês, seguida de registros fotográficos.

Data	Unidade Territorial Estratégica	Município
30/06/2016	Onça	Belo Horizonte e Contagem
01/07/2016	Nascentes	Ouro Preto
04/07/2016	Carste	Matozinhos
06/07/2016	Itabirito	Itabirito
12/07/2016	Águas da Moeda	Nova Lima
-	Arrudas	Belo Horizonte

Execução cobrape Contratante Realização Realização

Figura 6.2 – 1º Boletim Informativo (Página 1)









I BOLETIM INFORMATIVO

DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETOS HIDROAMBIENTAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS REUNIÕES COM OS SUBCOMITÊS



Subcomitê Ribeirão Onça



Subcomitê Nascentes



Subcomitê Carste



Subcomitê Itabirito



Subcomitê Águas da Moeda

Realização

Execução cobrape

Contratante



Figura 6.3 – 1º Boletim Informativo (Página 2)











I BOLETIM INFORMATIVO

DESENVOLVIMENTO E ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETOS HIDROAMBIENTAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

VISITAS DE CAMPOS NAS ÁREAS DAS UTES





UTE Nascentes

UTE Carste

Vale ressaltar que as visitas de campo foram realizadas inicialmente nas áreas de intervenção dos projetos hidroambientais das UTEs Carste e Nascentes. As próximas, junto aos demandantes das UTEs Águas da Moeda, Itabirito e Ribeirões Arrudas e Onça, estão em fase de planejamento.

O contrato para o desenvolvimento e elaboração dos Termos de Referência para as 06 (seis) Unidades Territoriais Estratégicas tem duração de 05 (cinco) meses. No primeiro mês será elaborado o Plano de Trabalho. Nos dois meses seguintes serão elaborados 3 TDRs concomitantemente, assim como nos dois últimos. A ordem de prioridade dos TDRs a serem contemplados em cada lote está sendo avaliada e discutida junto com o CBH Rio das Velhas, levando em consideração as especificidades de cada projeto e outras questões inerentes à sua elaboração.

Acreditamos, assim, que um bom trabalho é construído a partir da colaboração e apoio de todos os atores envolvidos.

Para comentários, dúvidas e sugestões, entre em contato com Thaís Pereira, no email: thaispereira@cobrape.com.br ou pelo telefone: (31) 3546.1974



Contratante





Figura 6.4 – 1º Boletim Informativo (Página 3)









✓ Convites

De acordo com o Termo de Referência do Ato Convocatório AC nº. 001/2016, a empresa Contratada é responsável pela mobilização dos membros/conselheiros dos Subcomitês que atuam nas 06 (seis) UTEs, assim como dos demandantes e das demais pessoas interessadas nos projetos. Pensando na importância da comunicação social nesse processo, a COBRAPE irá elaborar o layout dos convites para envio, em meio digital, aos atores ora mencionados. Caso haja necessidade de seu envio em formato impresso, essa ferramenta também deverá ser utilizada.

Na Figura 6.5 é apresentado um modelo ilustrativo de convite.



Figura 6.5 - Modelo de Convite

✓ Central telefônica

Como complementação às ferramentas de comunicação, visando criar um canal de contato direto com os demandantes, a equipe técnica da COBRAPE estará disponível para atendimento telefônico pelo número (31) 3546-1974, em horário comercial, para esclarecimentos de eventuais dúvidas. Questões mais específicas e que tenham relação direta com as atividades dos SCBHs, do CBH Rio das Velhas ou da AGB Peixe Vivo não serão respondidas pela Contratada e a orientação será a de procurar a instituição/órgão de competência. Essa questão deve ser registrada, pois no processo pode haver debates que ultrapassem o escopo do contrato e das atividades previstas. A Central

Execução:







Telefônica objetiva, assim, que os demandantes/interessados tenham o assessoramento necessário para compreender as etapas e demais detalhes acerca da elaboração do TDRs.

√ Formação de grupos de trabalho

Levando em consideração as especificidades de cada projeto hidroambiental demandando, sugerese, quando necessário, a formação de um Grupo de Trabalho (GT) composto pelos seus demandantes e demais interessados. O GT tem como objetivo estreitar o contato e as discussões entre a COBRAPE e esses atores, de forma que os mesmos possam acompanhar a equipe técnica da Contratada durante as atividades de elaboração dos TDR. O contato entre as partes se estreitará via telefone e mensagens eletrônicas, além de visitas de campo e reuniões.

6.1.3 Atividades de reconhecimento in loco

Após as reuniões iniciais com a AGB Peixe Vivo e o CBH Rio das Velhas, a COBRAPE participou de reuniões junto a 05 (cinco) dos 06 (seis) Subcomitês demandantes dos projetos. Nos casos das UTEs Nascentes e Carste, foi possível a realização de visitas de campo no mesmo dia das reuniões.

O reconhecimento das áreas de projeto *in loco* permite um melhor entendimento das demandas dos proponentes, assim como o levantamento de dados e informações necessários à elaboração dos TDR.

Nesse cenário, é fundamental a devida articulação prévia e em campo entre a Contratada, os demandantes dos projetos e os demais atores interessados/envolvidos no processo, a exemplo das Prefeituras Municipais, Associações, Universidades, proprietários locais e membros da comunidade, dentre outros. A participação desses grupos mostra-se de suma importância para o êxito dos trabalhos, permitindo um melhor entendimento dos problemas existentes e dos projetos propostos, assim como a elaboração de TDR em consonância com a realidade e os anseios locais. Dessa forma, busca-se um maior envolvimento e apropriação dos projetos pelos seus beneficiados, evitando-se desentendimentos futuros quanto ao escopo das propostas demandadas.

Deve-se ressaltar o cuidado a ser tomado pela Contratada no sentido de não criar expectativas que não possam ser cumpridas no futuro. Nas reuniões e visitas de campo, sempre acompanhadas pelos demandantes e demais interessados, deve ficar claro que o foco principal dos projetos hidroambientais é a melhoria da qualidade e quantidade das águas, uma vez que os recursos arrecadados com a cobrança pelo seu uso na bacia visam à conservação dos recursos hídricos e do meio ambiente.

As visitas de campo também têm como finalidade a checagem *in loco* dos dados secundários e informações que possam ser relevantes no desenvolvimento dos projetos, bem como o levantamento de dados primários que não estão disponíveis e que serão necessários para auxiliar a identificação dos problemas, ou mesmo confirmar e dimensionar os problemas já apontados pelos demandantes, possibilitando a definição, dimensionamento e avaliação da viabilidade técnica e econômico-financeira das intervenções. Ainda, a sua intenção é estreitar as relações com os demandantes e entender melhor as suas demandas, com vistas a melhor delinear o escopo dos projetos.

Execução:







Cabe ressaltar que mesmo tendo sido feita uma análise prévia das demandas de projeto pelo CBH Rio das Velhas e pela AGB Peixe Vivo, as mesmas poderão sofrer algumas adequações, de acordo com a realidade diagnosticada *in loco* e a análise de viabilidade das alternativas de intervenção passíveis de serem empregadas.

Quanto à logística de campo, uma vez que está prevista a entrega de 3 TDR a cada 2 meses (meses 3 e 5), a realização das visitas iniciais deve ser realizada nos meses 2 e 4, ou mesmo antes, sempre que possível. Ressalta-se, conforme já comentado, que algumas dessas visitas já foram realizadas quando das reuniões de partida junto aos Subcomitês, devendo ser programados retornos ao campo sempre que necessário.

As distâncias entre Belo Horizonte, onde se situa o escritório da filial da COBRAPE, e os municípios a serem visitados constam da (Tabela 6.3).

Tabela 6.3 – Distâncias entre Belo Horizonte e os municípios onde serão desenvolvidos os projetos

Município	Distância a Belo Horizonte (km)
Ouro Preto	95,2
Itabirito	56,7
Nova Lima	20,9
Belo Horizonte	0
Contagem	19,5
Matozinhos	51,4

Fonte: GOOGLE MAPS (2016)

Informações preliminares a respeito das regiões a serem visitadas são apresentadas na Tabela 6.4.





Tabela 6.4 – Principais características dos municípios contemplados pelos projetos hidroambientais

Características				Município		
locacionais	Ouro Preto/MG	Itabirito/MG	Nova Lima/MG	Belo Horizonte/MG	Contagem /MG	Matozinhos/MG
Microrregião	Ouro Preto	Ouro Preto	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Sete Lagoas
Mesorregião	Metropolitana de	Metropolitana de	Metropolitana de	Metropolitana de	Metropolitana de Belo	Metropolitana de Belo
	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Horizonte	Horizonte
Latitude/Longitude	20º 23' 28" S / 43º	20° 15' 10" S / 43°	19° 59' 09'' S / 43°	19° 49' 01" S / 43°	19° 55' 55" S / 44° 03' 14"	19° 33' 28" S / 44° 04' 51" O
	30′ 20″ O	48' 03" O	50' 49'' O	57' 21'' O	0	
Municípios limítrofes	Belo Vale, Moeda, Itabirito, Santa Bárbara, Mariana, Piranga, Catas Altas da Noruega, Ouro Branco e Congonhas.	Ouro Preto, Moeda, Santa Bárbara, Rio Acima e Nova Lima.	Belo Horizonte, Sabará, Raposos, Rio Acima, Itabirito e Brumadinho.	Vespasiano, Ribeirão das Neves, Contagem, Ibirité, Brumadinho, Nova Lima, Sabará e Santa Luzia.	Belo Horizonte, Betim, Ribeirão das Neves, Esmeraldas, Ibirité.	Pedro Leopoldo, Prudente de Morais, Capim Branco, Esmeraldas, Baldim, Jaboticatubas, Funilândia.
Distância à capital do Estado (Belo Horizonte)	95,2 km	56,7 km	20,9 km	-	19,5 Km	51,4 Km
Cidade(s)-polo mais próxima(s)	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte
Principais vias de macroacesso	BR-356, MG-443.	BR-356 e MG-030.	BR-356 e MG-030.	BR-356, BR-040 e Rodovia Fernão Dias (BR-381).	BR-262, BR-040, BR-381 e MG-432.	BR-040 e MG-424
Área	1.245,114 km ²	542,6 km ²	429,1 km²	331,4 km ²	195,3 km²	252,3 km ²
População Total (2010)	70.281 hab.	45.449 hab.	80.998 hab.	2.375.151 hab.	603.442 hab.	33.955 hab.
Pop. Urbana (2010)	61.120 hab.	43.566 hab.	79.232 hab.	2.375.151 hab.	601.400 hab.	30.877 hab.
Pop. Rural (2010)	9.161 hab.	1.883 hab.	1.766 hab.	-	2.042 hab.	3.078 hab.
População estimada (2015)	74.036 hab.	49.768 hab.	89.900 hab.	2.502.557 hab.	648.766 hab.	36.719 hab.
IDH-M (2010)	0,787 (Alto)	0,786 (Alto)	0,813 (Muito Alto)	0,810 (Muito Alto)	0,756 (Alto)	0,774 (Alto)

Execução:







Características	Município									
locacionais	Ouro Preto/MG	Itabirito/MG	Nova Lima/MG	Belo Horizonte/MG	Contagem /MG	Matozinhos/MG				
Bioma	Campos Rupestres e Matas de Araucárias	Cerrado e Campos rupestres	Cerrado	Cerrado	Cerrado	Cerrado				
Clima	Tropical de altitude	Tropical de altitude	Clima Subtropical Úmido	Tropical com estação seca e Tropical de Altitude	Tropical de Altitude	Tropical				

Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013); IBGE (2016); CIDADE-BRASIL (2016); DER/MG (2016); GOOGLE MAPS (2016)







Ressalta-se que as reuniões iniciais *in loco* serão conduzidas pelo Coordenador Geral e/ou Coordenador Técnico do contrato, e acompanhadas pelos profissionais de campo.

Após as visitas iniciais, a COBRAPE dará prosseguimento aos trabalhos de escritório, com vistas a organizar/sistematizar as informações coletadas nas reuniões com os demandantes dos projetos e no campo. De acordo com a quantidade e a qualidade dos dados levantados, será avaliada a necessidade de retorno ao campo para levantamentos complementares.

Sugere-se que, após a definição das propostas de intervenção a serem contempladas nos TDR para atendimento às demandas de cada UTE, seja realizada reunião com a AGB Peixe Vivo e com os profissionais de mobilização do CBH Velhas para a sua discussão. Dada a prévia experiência da Agência na contratação de projetos e obras hidroambientais e do CBH Velhas na dinâmica de atuação dos Subcomitês, é fundamental que as propostas a serem apresentadas aos demandantes sejam previamente discutidas com ambos, com o objetivo de potencializar as chances de sucesso da sua aprovação. Após este alinhamento, será dado prosseguimento ao trabalho de elaboração dos TDR, que serão devidamente compatibilizados com a capacidade de aporte financeiro do CBH Rio das Velhas/AGB Peixe Vivo.

Independente do tipo de projeto, o diagnóstico das áreas de estudo deve contemplar informações suficientes para o entendimento dos problemas que levaram à proposição das demandas, assim como da importância dos projetos no contexto da sua área de inserção e da bacia hidrográfica. É importante que a escala adotada no diagnóstico e as informações contempladas no mesmo sejam suficientes para permitir uma ampla visualização do objeto de estudo, de forma a possibilitar o adequado desenvolvimento dos projetos e o prognóstico dos impactos decorrentes da sua implantação. Deve-se atentar para a existência de diagnósticos recentes sobre cada UTE da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, fruto da atualização do seu Plano Diretor de Recursos Hídricos (finalizado no ano de 2015), os quais devem servir de suporte e referência para o desenvolvimento do presente trabalho.

Os conteúdos elaborados ao longo desta etapa serão entregues, num primeiro momento, em versão preliminar. Na sequência, após a sua avaliação, adequação e aprovação pela Contratante, serão elaborados os produtos finais (Produto 2 (P2) e Produto 3 (P3)) que contemplarão, cada um, 3 TDR, totalizando o quantitativo previsto de 6 projetos.

6.1.4 Elaboração dos Termos de Referência

Após as reuniões iniciais e visitas de campo, a COBRAPE iniciará as atividades de descrição dos projetos e respectivos Termos de Referência, conforme comentado no item anterior. Ressalta-se que a ordem de elaboração dos TDR, a serem divididos em dois lotes, se dará em função do estágio de detalhamento dos projetos propostos e das visitas de campo que já foram realizadas. Sendo assim, essa ordem seria:







- Lote 1: UTE Nascentes, UTE Carste e UTE Onça;
- Lote 2: UTE Águas da Moeda, UTE Itabirito e UTE Arrudas.

A elaboração dos TDR será conduzida principalmente no escritório da Contratada, havendo, caso necessário, retorno ao campo para coleta de informações complementares. É fundamental que a quantidade/qualidade das informações levantadas seja suficiente para a elaboração dos projetos, considerando-se a realização de diagnósticos ambientais e participativos, levantamentos de campo expeditos e georreferenciados, dentre outros aspectos.

Conforme comentado anteriormente (Item 5), a elaboração dos projetos hidroambientais previstos nesta contratação envolvem serviços de cunho técnico e social. O primeiro envolve experiência nas áreas de engenharia, biologia e meio ambiente; já o segundo se volta para trabalhos afetos à educação e mobilização social. No cenário de recuperação do meio ambiente e da qualidade/quantidade das águas, ambos os trabalhos assumem importância particular. Sendo assim, a consciência ambiental dos demandantes dos projetos reflete o primeiro passo para o seu êxito, devendo a comunidade local também ser envolvida para o pleno alcance dos objetivos propostos à época da sua implantação.

Conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência – do Ato Convocatório nº 001/2016, todos os TDR deverão contemplar o conteúdo mínimo exposto na Tabela 6.5.

Tabela 6.5 – Conteúdo mínimo dos Termos de Referência para contratação de serviços e consultorias demandados pelos projetos selecionados na bacia do Rio das Velhas

	Item	Descrição
ı	Introdução	Informações básicas presentes em Atos Convocatórios adotados pela AGB Peixe Vivo e apresenta minimamente as atuações do CBH Rio das Velhas e da AGB Peixe Vivo.
II	Contextualização	Contextualização da atividade, localizando-a na bacia hidrográfica e informando sobre a sua importância significativa no contexto da problemática da respectiva região.
Ш	Justificativa	Descrição do enquadramento do projeto e fundamentando-o junto ao diagnóstico preliminar realizado, aprovado pelas instâncias do CBH Rio das Velhas e/ou junto às ações inscritas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia e/ou relacionando-o às Deliberações do CBH Rio das Velhas que tratam da aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança.
IV	Objetivo	Ressalta o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados na implementação do escopo do projeto.
V	Declaração do escopo do projeto	Apresentação objetiva e clara através de tabela onde o executor tem perfeito entendimento de qual será a abrangência dos seus trabalhos.
VI	Área de atuação	Apresentação as áreas selecionadas, o público a ser contemplado com as ações e benfeitorias propostas. Neste item, também deverá ser descrita a estratégia de atuação, relacionando os recursos a serem mobilizados necessários ao futuro desenvolvimento do projeto, as parcerias propostas e as formas de divulgação das ações.
VII	Descrição do Projeto	Apresentação do escopo a ser desenvolvido, utilizando-se da metodologia proposta, demonstrando os resultados que se espera alcançar, em função dos objetivos formulados e apontando os benefícios a serem obtidos com a futura

Execução:







	Item	Descrição	
		implementação do projeto.	
VIII	Especificações técnicas do projeto	Todos os serviços devem ser suficientemente especificados, fazendo uso de instrumentos textuais, gráficos, tabelas, croquis, desenhos em 2D ou 3D, plantas, dentre outros. As intervenções físicas de engenharia ou similares devem constar de georreferenciamento dos trabalhos. Além disso, deve descrever a metodologia para futura implementação do projeto, discriminando, se for o caso, as etapas que levarão aos resultados pretendidos, incluindo ações não estruturais de mobilização social, reuniões, consultas públicas, oficinas, etc.	
IX	Produtos esperados e prazo de execução	Descrição dos resultados parciais e finais esperados no futuro desenvolvimen do projeto, relacionando-os com um cronograma das atividades a sere desenvolvidas no prazo de execução do projeto. Deverá ser apresentado u cronograma financeiro e proposta forma de pagamento, coerentemente com cronograma de atividades.	
х	Referências, Anexos e Apêndices	Documentos finais que, eventualmente, irão compor o documento técnico.	

Fonte: Adaptado de AGB PEIXE VIVO (2016)

Poderão ser acrescentados outros itens aos TDR, quando requisitados pela AGB Peixe Vivo ou quando a COBRAPE julgar necessário. A título de exemplo, indica-se a importância de ser dado um maior destaque às atividades de mobilização social a serem realizadas na fase de execução dos projetos. Sugere-se que a sua realização se inicie anteriormente à implantação das obras/intervenções e continue ao longo de todo o período da contratação. Também devem ser previstas oficinas de capacitação e educação ambiental, que sejam desenvolvidas a partir de metodologias diferenciadas e concebidas de acordo com o público a ser alcançado, envolvendo atividades teóricas (palestras, aulas expositivas etc.) e práticas (dia de campo).

Também deverá ser elaborado o **Orçamento do Projeto**, como item integrante dos TDR, o qual conterá a discriminação de todos os custos relativos às etapas, atividades e/ou produtos a serem desenvolvidos e o custo total do projeto. Tais custos deverão estar coerentes com as verbas disponíveis no enquadramento realizado no PPA dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia para o período 2013-2015. Sempre que possível, serão considerados serviços e materiais disponíveis na região, visando à redução de custos de execução e fomentando a melhoria de condições socioeconômicas locais, como emprego e renda. Os orçamentos serão entregues em versão impressa e eletrônica (planilhas em Office Excel).

É importante destacar que o orçamento do projeto irá conter a discriminação de todos os quantitativos necessários para a implementação das atividades e serviços previstos no mesmo, como os quantitativos de homem/hora, hora/máquina, frete para o deslocamento de máquinas e materiais, insumos aplicados nas áreas de intervenção etc. Todos os preços utilizados no orçamento serão devidamente referenciados, tendo como base tabelas de insumos e prestação de serviços (nacionais, estaduais ou até mesmos municipais, caso existam) e, em situações excepcionais, a definição dos preços será realizada por meio de cotações em empresas, dando-se preferência para fornecedores locais (próximos às áreas de intervenções), visando à redução dos gastos com o transporte de insumos e maquinário.

Execução:







Complementarmente, será anexado ao orçamento um memorial de cálculo detalhado, utilizado na definição dos custos associados aos projetos propostos.

Apresentação dos Termos de Referência e última coleta de sugestões

Ao término da elaboração dos Termos de Referência e após anuência da AGB Peixe Vivo e do CBH Rio das Velhas, a COBRAPE enviará a minuta dos TDR para os membros de cada Subcomitê, para os demandantes dos projetos e demais atores envolvidos no processo, de forma a compartilhar o trabalho realizado e receber um parecer prévio sobre o mesmo. Em seguida, a COBRAPE realizará a apresentação dos TDR aos demandantes dos projetos para sua validação e última coleta de sugestões, devendo os mesmos ser adequados de acordo com a pertinência das colocações apresentadas.

A responsabilidade de realizar os convites individuais ou mesmo coletivos para os entes interessados no projeto é da Contratada, sendo o apoio necessário prestado pelo CBH Rio das Velhas e respectivo Subcomitê envolvido. Além disso, a seleção do local, hora e data será previamente discutida entre a Contratada, o demandante e a Contratante, com o intuito de propiciar a participação do maior número de pessoas interessadas no processo. Ficará a cargo do demandante a cessão de local para realização do evento e, sob responsabilidade da Contratada, a disponibilização de recursos multimídia (notebook e projetor) e de coffee break.

As reuniões de apresentação serão conduzidas pela equipe da COBRAPE, com auxílio do profissional de mobilização social. As mesmas serão registradas por meio de lista de presença, gravação de áudio, registro fotográfico e lavratura de ata, tudo sob responsabilidade da Contratada.

6.1.6 Entrega da versão final dos Termos de Referência

Após a apresentação de cada Termo de Referência aos demandantes dos projetos e demais participantes, poderão ser realizados ajustes e complementações necessários, conforme a pertinência das contribuições dos presentes nas sessões. A partir de então, será realizada a formatação final dos TDR com vistas à contratação de bens, serviços e consultorias relativos aos projetos selecionados.

Todos os TDR irão seguir a padronização e a sequência estabelecidas pela AGB Peixe Vivo, seguindo as recomendações do Guia para Elaboração de Documentos (GED) que a AGB Peixe Vivo distribui às suas contratadas para fins de padronização da confecção dos produtos entregues, disponível no link: http://www.agbpeixevivo.org.br/images/2014/AGB/Guia%20de%20Elaboracao%20 de% 20Documento%20GED.pdf.

6.2 PRODUTOS E SERVIÇOS ESPERADOS E PRAZOS DE EXECUÇÃO

Na Tabela 6.6 são apresentados os produtos a serem entregues, com breve descrição do conteúdo e o prazo de execução para cada etapa.







A minuta de cada produto deverá ser apresentada em 1 (uma) via, enquanto as versões aprovadas pela Diretoria Técnica da AGB Peixe Vivo serão apresentadas em 3 (três) vias impressas e 3 (três) vias digitais em CD-ROM.

Tabela 6.6 - Produtos e prazos de execução do objeto do Ato Convocatório nº. 001/2016

Código	Produto	Descrição	Prazo de execução (meses)	Prazo de entrega (mês)
P1	Produto 1 – Plano de Trabalho (PT)	Descrição pormenorizada do planejamento geral do desenvolvimento das atividades de elaboração dos Termos de Referência, com detalhamento das estratégias logísticas e gerenciais.	1	1
P2	Produto 2	Três (3) Termos de Referência (TDR) e Orçamentos relativos aos(às) 3 primeiros(as) municípios/bacias cujos projetos serão contemplados com o trabalho. Este produto também deverá ter como anexo um relatório comprobatório, através de fotografias, lista de presença e similares, que os profissionais de campo realizaram as visitas de reconhecimento no início dos trabalhos e a oficina de apresentação da primeira versão dos TDRs para os respectivos demandantes, a fim de obter contribuições e aprovação para formatação final dos TDRs.	2	3
P3	Produto 3	Três (3) Termos de Referência (TDR) e Orçamentos relativos aos(às) 3 restantes municípios/bacias cujos projetos serão contemplados com o trabalho. Este produto também deverá ter como anexo um relatório comprobatório, através de fotografias, lista de presença e similares, que os profissionais de campo realizaram as visitas de reconhecimento no início dos trabalhos e a oficina de apresentação da primeira versão dos TDRs para os respectivos demandantes, a fim de obter contribuições e aprovação para formatação final dos TDRs.	2	5

Fonte: Adaptado de AGB PEIXE VIVO (2016)





6.3 CRONOGRAMA FÍSICO DE ATIVIDADES

Atividades		Meses							
		1	2	3	4	5			
1	Atividades iniciais								
1.1	Reunião introdutória Contratada-ABG Peixe Vivo								
1.2	Produto 1 – Plano de Trabalho (PT)								
2	Elaboração TDRs 1º lote de municípios		No. 100	50 10 50 80 10 80	7//	in (1)			
2.1	Reuniões iniciais in loco 1º lote		10-						
2.2	Visitas de campo 1º lote				1				
2.3	Produto 2 (P2)								
2.4	Apresentação P2	Si III			11				
3	Elaboração TDRs 2º lote de municípios								
3.1	Reuniões iniciais in loco 2º lote				, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	į į			
3.2	Visitas de campo 2º lote				3				
3.3	Produto 3 (P3)					-			
3.4	Apresentação P3								











6.4 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

PRODUTOS	P	RAZOS E DE	SEMBOLSO	S PREVISTO	S	Custo com		
PRODUTOS	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	BDI (R\$)		
Etapa I – Atividades iniciais								
Produto 1 – Plano de Trabalho (PT)	20%					60.122,43		
Etapa II – Elaboração TDRs 1º lote de municípios								
Produto 2 (P2)			40%			120.244,86		
Etapa III – Elaboração TDRs 2º lote de I	municípios							
Produto 3 (P3)					40%	120.244,86		
DESEMBOLSO PARCIAL (%)	20%	0%	40%	0%	40%			
DESEMBOLSO PARCIAL (R\$)	60.122,43	00'0	120.244,86	00'0	120.244,86	300.612,15		
DESEMBOLSO ACUMULADO (%)	20%	20%	60%	60%	100%			







6.5 EQUIPE TÉCNICA

EQUIPE CHAVE										
Nome	Formação	Cargo								
Carlos Alberto Amaral de Oliveira Pereira	Engenharia Civil	Responsável Técnico pela empresa								
Eliana Marzullo Ribeiro	Engenharia Civil	Coordenadora Geral do Projeto								
Rafael Decina Arantes	Arquitetura e Urbanismo	Coordenador Executivo								
Adriana Sales Cardoso	Arquitetura e Urbanismo	Coordenadora Técnica								
Carlos Eduardo Curi Gallego	Engenharia Civil	Profissional de Campo 1								
Marcelo Martins Pinto	Engenharia Agronômica	Profissional de Campo 2								
Christian Taschelmayer	Engenharia Cartográfica	Profissional de Geoprocessamento								
Cintia Ivelise Gomes	Serviço Social	Profissional de Mobilização Social								
EQUIPE COMPLEMENTAR										
Nome	Formação	Cargo								
Bruno de Lima e Silva Soares Teixeira	Engenharia Ambiental	Profissional de Campo								
Fabiana de Cerqueira Martins	Ciências Biológicas	Profissional de Campo								
Harlley Cavalcante Rodrigues Moreira	Engenharia Civil	Elaboração de Projetos e Orçamento								
Luiza Nunes Rocha	Engenharia Ambiental	Profissional de Campo e Profissional de Geoprocessamento								
Maiana Bahia Antunes	Graduanda em Engenharia Civil	Elaboração de Projetos								
Nathalia Basílio Barbosa	Graduanda em Arquitetura e Urbanismo	Elaboração de Projetos e Orçamento								
Sthefany Ayumy Tiengo Yamamoto	Graduanda em Engenharia Civil	a Elaboração de Projetos								
Thaís Cristina Pereira da Silva	Gestão Ambiental e Graduanda em Engenharia Ambiental									







7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO (AGB PEIXE VIVO). **Ato Convocatório nº. 001/2016. Contrato de Gestão nº. 002/IGAM/2012.** Contratação de consultoria especializada para desenvolvimento e elaboração de termos de referências para contratações de projetos hidroambientais na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas Disponível em: http://www.agbpeixevivo.org.br. Acessado em: Fevereiro de 2016.

AGRIMAIS – SERVIÇOS CANAVIEIROS. **Técnica de Subsolagem.** São Paulo. Disponível em: http://agrimais.com.br/servicos/ver/3/Grade%20aradora> Acessado em: Junho de 2016.

ALVARENGA, A. P.; BOTELHO, S. A.; PEREIRA, I. M. Avaliação da regeneração natural na recomposição de matas ciliares em nascentes na região sul de Minas Gerais. Lavras-MG. Cerne. 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO (ASSEMAE). **SAAE Itabirito inaugura ETE Marzagão**. Disponível em: < http://www.assemae.org.br/noticias/item/1658-saae-itabirito-inaugura-nova-ete>. Acessado em: julho de 2016.

BOTELHO, S. A.; DAVIDE, A. C. **Métodos silviculturais para recuperação de nascentes e recomposição de matas ciliares.** In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, 5., 2002, Belo Horizonte. Água e Biodiversidade: palestras. *Anais...* Belo Horizonte: SOBRADE, 2002.

BRASIL. Lei Federal nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que nº. 28 modificou Lei 7.990, de de dezembro 1989. Disponível de em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lei/l9433.htm. Acessado em: Junho de 2016.

CALEGARI, A.; MONDARDO, A.; BULISANI, E. A.; WILDNER, L. P.; COSTA, M. B. B.; ALCÂNTARA, P. B.; MIYASAKA, S.; AMADO, T. J. C. **Adubação verde no sul do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993. 346 p.

CASA DO PRODUTOR RURAL – ESALQ/USP. **Imagem da técnica de Calagem.** São Paulo. Disponível em: http://www.esalq.usp.br/cprural/. Acessado em: Junho de 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS (CETEC). Desenvolvimento de Metodologia para Recuperação de Dados Cartográficos para Utilização em Bancos de Dados Georreferenciados – Bacia do Rio das Velhas. 1999.

CHAVES, J. C. D. Benefícios da adubação verde na lavoura cafeeira. Londrina: IAPAR, 2000a. Folder.

CHAVES, J. C. D. **Modelo para utilização de adubos verdes na cafeicultura**. Londrina: IAPAR, 2000b. Folder.

Execução:







CIDADE BRASIL. **Cidades e municípios brasileiros.** Disponível em: http://www.cidade-brasil.com.br/>. Acessado em: Junho de 2016.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA RIO DAS VELHAS (CBH RIO DAS VELHAS). **Deliberação CBH Rio das Velhas nº. 10, de 15 de dezembro de 2014.** Aprova o Plano Plurianual de Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, referente aos exercícios 2015 a 2017 e dá outras providências. Disponível em: http://cbhvelhas.org.br/images/CBHVELHAS/deliberacoes/DN 010 2014 Aprova%20PPA%20 2015 2017 CBH Rio das Velhas.pdf - Acessado em: Fevereiro de 2016.

Manual do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Maio de 2016. 16 p.
Disponível em: < http://cbhvelhas.org.br/noticias/cbh-rio-das-velhas-lanca-manual-sobre-a-gestao-dos-
recursos-hidricos-2/>. Acessado em Junho de 2016.
Rio das Velhas. Disponível em: < http://cbhvelhas.org.br >. Acessado em: Fevereiro de 2016.
. Rio das Velhas. UTEs/Subcomitês. Belo Horizonte, Setembro de 2011. Disponível em
<http: cbhvelhas.org.br="">. Acessado em: Junho de 2016.</http:>
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH). Resolução CNRH nº. 114, de 10 de
junho de 2010. Delega competência à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias

junho de 2010. Delega competência à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2013/01/resolucao cnrh 114-.pdf>. Acessado em: Junho de 2016.

CONSÓRCIO ECOPLAN ENGENHARIA, SKILL ENGENHARIA (CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL). Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Setembro, 2013.

Pla	no Direto	r de	Recursos	s Hídricos	da	Bacia	Hidrográfica	do	Rio	das	Velhas	2015
Resumo Ex	ecutivo. C	BH R	io das Ve	lhas: Belo l	Hori	zonte, 2	2015. 233 p.					

_____. Histórico, processos e síntese dos resultados do PDRH Rio das Velhas. Apresentação. 56 p. Disponível em: http://200.98.167.210/site/arquivos/Apresentação.pdf>. Acessado em: Junho de 2016.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE MINAS GERAIS (DER/MG). **Distâncias entre municípios de Minas e Belo Horizonte.** Disponível em: http://www.der.mg.gov.br/saiba-sobre/distancias-entre-municipios-de-minas>. Acessado em: Junho de 2016.

DRZ GESTÃO AMBIENTAL. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Itabirito-MG. Produto 2 – Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico.** Itabirito: CBH Rio das Velhas, 2013. 399 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Manejo de regeneração de espécies florestais.** Belém, 2009. Disponível em: http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/>. Acessado em: Junho de 2016.

Realização:

Execução:







ESPINDOLA, M. B; REIS, A; SCARIOT, E. C; TRES, D. R. Recuperação de áreas degradadas: a função das técnicas de nucleação. 2006.

FERREIRA, R. A.; DAVIDE, A. C.; BEARZOTI, E.; MOTTA, M. S. **Semeadura direta com espécies** arbóreas para recuperação de ecossistemas florestais. Cerne, Lavras. 2007.

GANDOLFI, S.; RODRIGUES, R. R. Recomposição de florestas nativas: algumas perspectivas metodológicas para o estado de São Paulo. Curso de atualização de recuperação de áreas degradadas. Curitiba.1996.

GOOGLE. **Google Maps.** Disponível em: < https://www.google.com.br/maps/>. Acessado em: Junho de 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. Departamento de Proteção da Biodiversidade. Cadernos Da Mata Ciliar. Preservação e Recuperação das Nascentes de Água e Vida. São Paulo: SMA, nº. 1, 2009. 36 p.

GUIA RURAL. **Conservação de Solos: O plantio exibe seus frutos, Anuário**, Ed. Abril, Anuário 91. 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010.** Disponível em http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acessado em: Fevereiro de 2016.

_____. **Cidades.** Disponível em <<u>http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php</u>>. Acessado em: Junho de 2016.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (IGAM). **Monitoramento da qualidade das águas superficiais de Minas Gerais em 2013: Resumo executivo**. Belo Horizonte: IGAM, março de 2014. 68 p. Disponível em: http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/qualidade_aguas/2014/resumo-executivo-2013.pdf>. Acessado em: Fevereiro de 2016.

IGNÁCIO, E. D; ATTANASIO, C. M; TONIATO, M. T. Z. Monitoramento de plantios de restauração de florestas ciliares: microbacia do ribeirão São João. Mineiros do Tietê. São Paulo. 2007.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Práticas de terraceamento.** Paraná. 2010. Disponível em: http://www.iapar.br/modules/noticias/article.php?storyid=1013>. Acessado em: Junho de 2016.

INSTITUTO PRÓ TERRA. Restauração de área degradada de mata ciliar utilizando a técnica de nucleação no município de Jaú-SP. 2009. Disponível em: http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/Repositorio/378/Documentos/7_2011_Pro_Terra_Relat_orio_Executivo_Nucleacao.pdf>Acessado em: junho 2016.

LADANISKI, ASP. Comunicação e Estratégias de Mobilização Social. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MATTEI, V. L. **Avaliação de protetores físicos em semeadura direta de** *Pinus taeda* L. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 91-100,1997.

Execução:







PINTO, L. V. A. Características físicas da sub-bacia do Ribeirão Santa Cruz, Lavras-MG, e propostas de recuperação de suas nascentes. Universidade Federal de Lavras. 2003. 165 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.** Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acessado em: Junho de 2016.

REIS, A.; ESPÍDOLA, M. B.; VIEIRA, N. K.; HMELJEVSKI, K. V. **Técnicas para restauração através** da nucleação. **Apostila da disciplina: Recuperação de Áreas Degradadas.** 2011.

REIS, A.; TRES, D. R. **Técnicas nucleadoras na restauração de floresta ribeirinha em área de Floresta Ombrófila Mista**. Revista Biotemas. 2009.

REIS, A.; ZAMBONIN, R. M.; NAKAZONO, E. M. Recuperação de áreas florestais degradadas utilizando a sucessão e as interações planta-animal. Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. São Paulo. 1999.

RIO CONSTRUÇÕES. **Imagem de técnica de Semeadura Direta**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.rioconstrucoes.com.br>. Acessado em: Junho de 2016.

SOUZA. M. L.; COSTA, C. M. **Análise do método de nucleação na recuperação de matas ciliares**. Universidade Sagrado Coração, Bauru. 2010.

WINSA, H; BERGSTEN, U. Direct seeding of *Pinus sylvestris* using microsite preparation and invigorated seed lots of different quality. *Canadian Journal of Forest Researcch*. Ottawa. 1994.







8 APÊNDICES

8.1 APÊNDICE I – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO COBRAPE-CBH RIO DAS VELHAS, DIA 28 DE JUNHO DE 2016

	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
01	Fabiana de Cerguina Martins	COBRAPE	fabilina martins Q coprage com ibs	(31) 3546-1960
02	Bine di dina, S.S. Terregia	COBRA9C-	BRUNN SOARESPO CORRADE : COM : DR	(31) 3546-1974
53	Eliana Naryule Ribers	COBRAPE	chananbur a colonge com br	(31) 3546 1952
)4	Adriana Salus Cardese	COBRAGE	adrianacandos @ cobrape.com ion	(21) 3546-1964
05	Uliza Costa Namina	CBH Vellias	dina noquina a CBA Vellier og ke	81-32228350
96	year Alcantara	(BH Nio da Vellar	your alcontage (BIT Welleg. By. h	34-3222-6350
07	Luiza Nunus Rocha	Cobrapi	luizarocha@cobrape.com.br	(31) 3546-1974
08	Thais Cristina Pereria	Conape	thaispereira @ whape. com. br	31 3546 19714
200	Spalalla Reserde	Mailingae CBHR: a dodle	has izalab. resende (cithur sas exg.)	v. 3222-8350
		0 3	,	
		14		















M	un	ic	ίp	io:	

Unidade Territorial Estratégica (UTE):

Objeto: Contrato AGBPlace Vivo - COBRAPE

Assunto: Discussión das elemandas dos projetos hichambientais pana a bacia hichagráfia do Rio das Velhas con os mobilizadores do CBH Rio das Velhas

Data: 38/06/2016	Horário: ∤0;00	Local: Sede do CBH Rio das Vilhas				
Participantes						
Nome	Instituição	Nome	Instituição			
Adriana Sales landere	COBRAGE	you Alcantara	C BH Risdar Vellar			
Eliana M. Ribian	COBRAPE	halella Resende M	dilipogão CBH Velhos			
Bumo Seixuira	COBRAPE	3	0.3			
Fabiana Cerquina	COBRAPE					
Thais levina	Cosrape	1 1				
Luiza Nunes	Cobrape					
Aluza Certar	CBHUILLIAS					

- * Deza aprenta um brese panoramor sobre projeto da resitalização da lagor fluminense, apresentado pela onz ADAO de matozinhor. Este projeto inicial nente poi apresentado ao FIDHRO e abragado pelo suscernitê.
- * O hojeto Rede Asas do Caust per relatado nome uma ação voltada para EA, atualmente dem volvido junto às scolas da região.
- * A lagra flumirense encontra se assorvegda, ha uma presupação en entender quais as interenços sur ressoras e rivireis de acontererem, como : renamento, dessas sorreamento, etc.
- * Apó o studo ma bagoa fluminense, este servirá de sase para 6 studo também das outras lagoas. Vy













* Adriana aprenta dividas sobre o projeto do Arrudas, mostrando o mapa de zoneamento para a área. Principalmente em relação a área de prepara proporta.

* hasela Uplia somo poi a proposta do projeto, e auntres a messidade de sonherer a área e sergicar, por exemplo se há uma en rános navents ma segias, para peresta isolada, por uma única pessoa.

* Sobre prioridads ela reporça que o Avrudos poderá filar logo em seguida aos outros projetos, pors os conselheiros stas enrolvidos em outros projetos.

* Dojas da moeda: Unias de duas de mandos; bem lomolidação por teínicis da área, com uma certa presa para inicia o projeto. Trata se de radas hamento, por e' uma área de interna pressionamento ambiental. Dar a newsidade de inscrir esa área, para agregar informação para discussões puturas.

de asastecimento de agua.

Outra de manda: a publicida de para bunar sunsi

* Psumo questiona como será o Te para adendes a parte da comunicaçá. Isasela sularere a mersidade de ten um profissional da cirea para aperar soa parte importante do Tr. Apenos um Tre riasiliza o trasalho do sussomitê, mos rale a pena uma semias para













* Deiza e Jean deixaram as prioridades des projetes à critério da losrape a parti das reimos para aprisentações das demondas.

* Fasiana solicita on para criação dos suscemito para comple. mentar a documentação e soristar no histórico de cada um. Do carts ainda pamará pelo cris.

* glan nontextuacina a projetos do Hasinto a Naments, rejocando que emontramose sem arançolos, pocados na recuperação e problemação dos recursos, de maneira special, aos nemsos hídisas. Emiará informações complementais para a coscage, ants das rumiés.

* Deiza aponta a merenidade de rompresade como goi a depoiças da quaxiquação das aguas sustenamos, depinidos pero Plano iomo dane 3. como é o processo de polición da area?

* Isabela: Cnia, Arrudas e Aguas da moeda - aprisenta um bruse panorama sobre rada projeto e sua isperificialads. Onça: indastramento purhipativo de manente para todor a -haria - processo educativo contimo-o TR precisa reporçar a participativa da comunidade_ reporçando os tipos de publico: quitombo, area unsana, baria Pampulha.

- Avuidas: projeto menos - recuperquas de tima manente, mas que plimita que a unidade seja modelo para Mupeiar manente, com possisce ahuação de suolas_nismo que sha local, mas referre outras reuperações ao longo da saria 3/4













surgian se a demanda está werente som a atuae dissuras do suscemité.

ma, vale a pena, repensa- somo será a sonstruços do TR, de avordo, som as sperificarós; para que o trabalho fique viásel para o juhno sonhatante.

*TR yestalevendo as diretis do Plano Diretor.

* Instrumento de mosiliração social no enpoque de participação: produção de videos - autros formes de dialoga para chegas a romunisdade - Sais do padros, para provocar um diálogo a partir da experiência/viência - depoinentos práticos; esentos com suolas; permação de políticos na penta do processo, contextualização socie políticos / práticos - rampanhas/mídias atuais > genamentos

4/4







8.2 APÊNDICE II – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO SCBH NASCENTES, DIA 01 DE JULHO DE 2016

	0
1	CBH
	Rio das
	Velhas

ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERENCIA PARA PROJETOS HIDROAMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

Data: 01/07/2016

Local: Amociação Comunitária (Engenho D'agua Pauta: Discusso derundas projetos horbacabienhis

Ouro Pruso/M6 - UTE Noscentes

	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
04	FRANCISCO C VIAM	CEMEA	FCUIANA 2 2) GMAIL. COM	31-99313-6214
02	Layron G de bayon	Jaquar mining	waysa. Lawa @ jagua mining came be	31-995046104
03	Fabrola de P.F. Monato	SEC MUNC DE MEIO AMB)	faccologa @ yahoo.com.br	(34) 98887-9621
104	Thais Cristina ferevia	Cotrape	thais percina @ amoul, com. or	31 3546 1974
05	Penha Spariada Vicente	Secretaria minicipal de meio	penhapparecidavidente Eychoo. com. br.	(34) 355 <i>9-3253</i>
06	Town of Book.	Engelo Dom	7 7	7 7
07	Vanessa Rospecida Piniz	Engenho D'Agua	vdinizalmeidz@ vahoo-com.by	31_89225-2317
08	Eneldo sor Dinis	Engenho B'agna	Waldadinig 123 @ gmal com	31-982445369
09	Harlen Caroliente	COBRAPE	harllymoreing a columb co by	31-3546-1967
10	higa Nuns Rocha	COBRAPE	luizarocha @ cobrage, com.tor	(31) 3546 1974
11	Fabrura de Cerquena Martins	COBRAPE	tablemanastini Q conune, com or	(31) 3546-1960
12	deliana Sculpt Condese	CORRIADE	atrianatardoso concapitamion	(31) 3546-1964
13	Ma Apareida de Jouer	COPASA	anaucida soua @ conona com br	(31) 99979 9841
14	Brumo Seixelia	COBRA94	Druke someker a compania, can pr	(341 3546-1934
15	Elia Toledo Todd	VFOR-(MACIEL)	= lisatoledo @ gmail com	31-994102684
16	ElsaMª M. Pinto Caria Coelho	Engenho D'agua	elzamaria (a) wairit com br	31-9.9151-9590 .

Execução:



Contratante:



Realização:













ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERENCIA PARA PROJETOS HIDROAMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

Data: 01/07/2016

Local: 1000 Parto 100 - UTG Noscontes

Hora: 03:00

Pauta: 1000 Parto 100 - UTG Noscontes

	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
17	Maria Godniegues	Engenho Fágna		84038939
18	Maria cagastinha	Engents Jaqua		PH 2614 D1
19	Veldine hing lining	Engenha D'Agua	VALGINEILVIZANIZ & G.MAIL.COM	984462131
20	toxosa Cristina Guerra	Poto Engento Dagen	Riacho 1860 grail com	998613057
21	Capolino de Costro		mas liona Gogoloso, priloras	3222-8330
22	Chipitho de Aris	Canara Municipal	Chiquinhodiassis 43@ gmail com	9 8364-3153 /3552-855
23	Nadja Apolinação			
24	Han Atantara	EM. (BHPUdalela	Man alcantan & Others of	198873-4203
25	Yori Gerdy mouga	E general . Ret.	0	98403 8939
	,			
				31

Execução:



Contratante:



Realização:

















Combadilise Gibbed (colored to discussion			Assertica de Exmentira de apoir à Grandes de Soutes (Hotogophius Paler View
Município: Ouro /	reto/Distrito de	Ingenho D'agu	a
	stratégica (UTE): Na		
Objeto: Conhato	AGB PRIXE VIVO	Cobrage	
Assunto: Discussão d	las demandes das projek	Cosrape os billown billowns para or	UTE Nascenter
Data: 01/07/2016	Horário: 19h	Local: procincos	Comunitária
	Par	ticipantes	
Nome	Instituição	Nome	Instituição
Fabiana Cerquetra	COBRAPE		
Sammaul	nd-lyaco (DH)	ole	
Jan			
	- u		
* Apos apreento	rias de todor, a	Munião se inici nho/Neunias me	ia som a agnoia
€ Ronald foz i UBH Rio das Ver	ima brene apri	yertagas norre	1.7
patinents a bi brese discussor Parque Munici	avia hidroppójio sobre a elabe pal dos Ando,	uno para repa ca. New momen onação do Plan unhas, pois alop a importância	esse dos informs to, house rima o de monejo do imos pensose
A primeria part	a da neunios soi	hereign to as us	o sustangil 1











do uno dos secursos hídiseos em tragento D'aqua e poi explomada pelo An. hamuseo Viana, em uma discussos inyos tante sobre saude amsiental/sancamento Básico.

logo após, soi asulo o momento de perquitos/quistionamentes

* O segundo ponto de pauta goi a aprsentação do Projeto Hidroambiental scert Nasents, para elasoração do termo de Repeinia. Hedriana, voordenadora da emprsa costagez. Por umos contextualstração sobre o trabalho a se dismibildo, e ma experienta da emprsa em atende os experientos e demandos da comunidade.

* Jean, do CBH Rio das Verhas, regaça que o momento é para elasoração do TR e mais de exempas de um proje to dejinido.

* Romm se disponibilizion a anompombar a equipe da Costagee para sisita de campo mas el branias prisilegiadas. Reporça avida a nevosidade de manter o dialogo aserto com a comunidade, produtatos nurais.

* moradorg imporma sobre o seu interse un disponisilizar o guturo centro de tA, que ela stá cuand na comunido de do mariel.

* manulquobrape, fala sobre como está sendo desmobido em outros projetes e outros comunidades, principalmente, sobre a importámia de se diagnástico da região. * Roma eneura a neurias, asendo um resumo de principais

ARONN ENCEURA à Reunias posendo um resumo de principais
Porto a resem discubidos.







8.3 APÊNDICE III – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO SCBH RIO ITABIRITO, DIA 06 DE JULHO DE 2016

0
Rio das
Velhas

ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERENCIA PARA PROJETOS HIDROAMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

Data: 06/07/2016

Local: Pargue Georgias - Italian ko/M6

Pauta: Discussion de manches provides historian brenchis

	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
01	Fabiana de Cerguma Martins	CABRAPE	forth namonths @ cobrage con by	(31) 3546-1960
02	Adviana Sain landous	CORRAPE	adrian a ampso @ compresom br	(31) 3546-1964
03	MARCELO MARTINS PINI	COBRITE	pedagese ud com be	(31)32212820
4	Buro Seixing	COBPARE	brunnscapes @ CORDARK - COM. by	130 3546-1974
05	Radia Apolinação	SEMMA/PMOP	nadja apolinario@ovropretama.gov	(31) 98471 4845.
06	Manilda de Al meida	EMATER-MG	manilda al meida @ miter ug gov. br.	(31) 991 883338
7	Junio barlos de Deus	Sindicato Rural	bind external of Q amail, com	(31)986173795
08	COILON OF LIMA	ong Agua, als Acurrie		31997376709
09	color for Sunfor	VAI- V mino Austronfels		031) 968271600
0	ANDINO MARCOS GENEROLO COHO	Semann - Itabinito	GENEROSO @ PMI. Ma. GOV. WA	31.98785 - 1398
ĺ	Nathália Souza	Grendall	Milhalia. Souza 10 gerdau. com. br	(31) 98315 - 7336
2	Gara Vieira	Girdau	Sara being opedant com ber	98373-7158
3	Maua matozmios Supion	Smdlei'	Sindici & Sindia com ha	98468-0529
14	Eliand Margullo Riber	COBRAPE	dianantein a compre. com for	(31) 3546 1932
15	Rodingo Matta Madrado	Assitur	rushing pinma chado (a) g mail com	(31) 996361856
16	dires Fernando Clamaso	IEF/ESEC ARÊDES	LUIS ELIMACO @ MEIOAMBIENTE MEGOV. H	(31)3563-4974

Execução



Contratante



Realização













ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERENCIA PARA PROJETOS HIDROAMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

Data: 06/07/2016

Local: Parque Ecologia - Edubrilo /MC

Hora: 09:00

Pauta: Discritio de marriar projekt bides an historia

	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
17	CASSID MUNING FAW MARE	PROJULANOELZE UFUC	Cassis Muito & VF46, 52	999012211
18	Stan Alenton	18+1 Ple dos Vellos	you, alanton & (BHUllows en	
19	Fobíologale P.F. Monodo	SCRETARIA LUNC. MEID AMBIEUTE - FTABIRITO/MG	loecologa@yahoo.com.br	(31) 98887-9621
20	Jais Jans Limarais	SEMAIN	tais gumarces epinims. gavior actais pa e annul. com fernando. Tei jois a D pinimo Govibs	a. 999824523
27	Jerranda de OTeixeira	SEMAM	remanda terreita & primo Gov. 62 Con Dandade Oliveixat & Hotman Com	31.988965327

Execução:



Contratante:



Realização

















cobrape	Ata de	Reunião	Assessing to Committee the Assessing to Manager to Mana
Município: Italeini	to - M6		
	tratégica (UTE): 🎉 :	[taleinito	
Objeto: Contrate	Valle Paix Min	10000	
Assunto: Disamas	dus devendes des	1 Colsage.	às para a 10TE
Rio Etaleileito			p a a vic
Data: 06/07/2016	Horário: g:00	Local: Parmy Yus	elógico the Etabinito
	Parti	cipantes	y productive
Nome	Instituição	Nome	Instituição
Bu Seixein	COBRAPE		
Eliane N. Ribein			
Antino Mancos G. Colla		4	
you donting	E.M. (BH Madale		
A remière de a	sprestação da em	prese COBRATE &	da coleta de
		stutal a su imp	
do Río Italecrito	tea inicio às	d:00 de marka,	sendo gove mo
	The second secon	tacas ediscussão a	
		Rio Italeinito, pa	
		Hidrockietais e	
des projetos. Res	nather o principe	I algebinas do pro	jeto, que mo

coso à a malhara da qualidade e coratidade da aque, com auxi-Em un regudo moretto a Se Trais, de muitaria de Reio Askiete de Etypeinite, permeen alguas informações anua do Projeto Produtor de Agros, elaborado pelo mutaria. Explorando aura dos rungos a suga utilizados, das atireidades a ruem desar- 1/2













restrictos e dos conestoés de moleilização vorial e educação anteiental ineventos ao propto. Fai aleadado o olephineo de se ter constincia ma constitudade de água ma baria. Devante a Runião poi explesado aceda dos direndos:

- Cercuto de Moscatos
- Replacestasento
- Interviores com (austern a magnet acquipeas,
- Pagento por mieros onleientois (PSA)
- Reducijo de processos enosireos
- Rempurações de anos degradados.
- Codostro de Noscentis

Posteriorente a Da Adriva, da equipe terrica da COBRAPA, explicon volve o tralealho da enquera na UTE ITaleinito. Tomo encairbacto o h france do CBH Rio des Velhes Myrin a criação de um grapo de tralealho para occupadar e cijudar ina elaboracaso do termo de Repliência.

Sem seis a revice of encuou às 12:00.









8.4 APÊNDICE IV – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO SCBH ÁGUAS DA MOEDA, DIA 12 DE JULHO DE 2016



ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERENCIA PARA PROJETOS HIDROAMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

Data: 12/07/2016 Hora: 09:00

Local: CAC Jandin Canada Novahional BH (UTE Aguas da Marda) Pauta: December de namida e galekou hi

	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
01	Fabrana de Cerquina Marbis	COBRAPE	fabianarastins @ coprage. con, hr	(31)3546-1960
02	Luiza Nunus Rocha	COBRAPE	lurancha @ cobrape.com.bre	(31) 3546-1974
03	Bung Seixi is	CP 804-PF	DRINGSCAPES & CORPAGE. COM. OR	(21) 3546 - 1924
04	Jelly agre Viana	agua de hoeds	agreglilla Domail. wy	31-98777.8160
05	Loulo Singia F. Ni	Fechor En and	- b 2 + n p 2 O smail-com	
06	lily Glua elloura foros	P nora Anna / mounte	Superman 6 gmail com or	3542-5321
091	Custiani & D Perdigato	Emater/Mey	nova lima Cemater, ng. gov. br	3541 9605
08	That's C. Pererra	Cosrape	Chaipereira @ warage. wom. br	31 3546 1944
09	ANDREA AMARAL TROPIA	VALE / GER. PIEJO AMBIENTE	AUGUEL ATARAL TROPIA @ Vale com	31.98763.2900
10	monta A-Beld	11	marta lalo e vale com	31.99809.0155
11	Monro lobo	16 16	maus loso Vale-co-	31-99806-8034
12	Izabel Trewart	Echos, en anido!	izabel. Skwart @ gmail. com	21-991880939
13	Galella Reserra	Marilipago CAHRie do	Burto Simoner. allelass. carllelle	200.000 br 3000-8350
14	Jobiano Saler Parage		adrianacardosa@cobrage.com.br	3546-1964
15	Maximpa 9A axam	Agoas da Moeda	marcodam 2012 agmail-com	3581.1381.
16	GUILTERME PERON	Mobililação CBH VELHAS	GUILHERME, PERONOCAHUELHOS, ORG. BR	(31)3222 - 8350

Execução:



Contratante:



Realização:

















Município: Belo Horizonte

Unidade Territorial Estratégica (UTE): Aguas da Moeda

Objeto: Contratação AGB Peixe Vno/Cosrape 01/2016

Assunto: Dinumo das demandos dos projetos hidroambientais para a

Data: 12/01/2016 Horário: 09:30 Local: CAC Jandim Ganada

Participantes

Nome Instituição Nome Instituição

Thais Parara Columb

COHRIS dos Vidros

Mari Ligação

Mari Ligação

A reunido uniciou se nom a aprientação de todos os considados em requido, Isabela Rezende nontextualiza sorre o projeto hide ambiental e as demandas aprovidas/demandados pela UTE Águas da Moeda.

Adriana lardoso aprientou a empisa e as diírida que surgiram apos a lectura invial da demanda aprovado, ea resorga a nevendade de se rompressola exatamente as expertativas; as ajós que já existem para que o TDR realmente steja romente rom a proposta de trasalho posísel de ser realizado.

A sia liba comentar que a area da este signas da moeda, cuinda mas goi parosecida en menhum outro projeto, etá uma opan de expedatira que o projeto se iricie, Os













ou steja entre os prioritainis.

Para embasa e para se ter uma sompreusos melhos da área, o se Paulo 92 uma brese aprentació sobre a recipió de ferros, e ma baria holográfica. Durante a mo coprentação, ele regerça a relivância de projeto de

House também o momento de climanos sorre os principais metos asordados para elasorações do TDR.

O representante do Vale per uma lorniduação sobre as aneos que a empresa priva da doon para a EE feiches e mos emanninhamentes puturos para a área de expanso. Imporma anda que exitem studis termis qualizados pela empresa e que podem sir a contribuir para se ter

Uma compresso térnica da drea.

Para finalizar eli suopre que se for mereniro a Vale pode ni aprientar as propostas da empresa para a cirez.

Jasela retoma a proposta, rejoriando rara a importáncia de pemar de forma prática os pontos que seros asordados ma elosoraços do TDR. O limite financeis precio a se legado en romoderaços.

Andrea, Vule, palor some o trasalho de educação omsientos.
Regener que é importante ronherer és projetes e aros ja
existente, tanho de empresos quanto de grapos puseicas.
A pembitoda de se ter um articulados ambies toe, capas de
concesa com soes atores sociais e pemar em un movimos
to amplo som mosibilaçãos sociaam sientos.

Imeris as reds sociais como canais strate gras de

hasella enema a reunias dando orientaços gerais













Paulo emena dando a suastos de que se fozer lema avaliação preliminar da área, para aponta possicio aíseos emergenciais de atuação.

A lossagre disponisilizar temis para reolizaren um rampo para ofinizaren a rimorlizaren a circa para pere hhermento microl

Initialmente, o campo picon marcado para o mis de pulho, thando em romideração 3 prozes legais do conhato. Itabella megere que a UTE Agrios da Moeda entre no primeiro lote para elaboração do TDR no lugar da UTE ama. Ha piron de ranvisar com o mentres dos surromitê para explia que mora diretriz.

Inta proprida: 19/09/2016







8.5 APÊNDICE V – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO SCBH RIBEIRÃO DO ONÇA, DIA 30 DE JUNHO DE 2016

CBI Rio d Velh	Data: 30 / 06 / 2016 Local: Land Review	ios de referencia para projetos h Bairro gardim Celicidade	IDROAMBIENTAIS DA BACIA HII Hora: <u>10 : 30</u> Pauta: <u>Dhamas pana dal</u>	
		,		
	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
14 0	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE

	NOME	mornoição	E IVITALE	TEEL OILE	
01	De an gelad de carlle	Nedec e artie.		3445.74 11993797	120
02	Miguel Emilio Vieiva	Nucleo N. S. Predade		3433-1019	
03	00- José Legerino Vier	SCBH. Rib. Grace	majozeferino Quahoo. Com. br	3433-4019	
04	Fabiola Simões	GERMA-P (Regional Pampull) FABIOLA-FIGUEIRED Q PBH-60U BR	3277 7111	
05	Inolation Reserve / 43	rilização CBH Rio denvel	orte callende a sonscer college col	by 3000-8350	
96	ana Paula de Castro bus	cap Soil S.F.X.	castroassistentesocial @ amil.com	131)9.8611-7476	
97	ITAMAN DE PAULA SANTE	COMUPRA	TTAMAR @ COMO PRA , ORG. BR	(31) 9992809 47	
98	CARLOS ALBERTO FERRERASA	ASSOCIACES DOB. COLORANO E MILLAMEZ	abcolorado Doicombr	999738306 -	
	4.14		acassocial @PSFX.org.br.	96440617	
10	3058 AMEKEED DES	NUDEC.	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	3434 8081	
11	Enacibes a Tineste	Shuls 13H	MOBGER OF BH. WV. BX	327.93 FQ.	
12	Antonio score As		, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	999511739	
13	Morrejo Lius	YroYsu/SCBancs	Vima, marcio 6 Pagnist. com	9929+0256.	
14	Fabisina de Cerqueira Martin	COBBAPE	forming markes of cobrage want or	(31) 3546-1960	
15	Eliana Narzullo Ribaso	COBRAPE	cliana ribero a colompe com. br	(31) 3546 1952	
16	Abriana Sales Caudene	COBRAPE	adriana cardoso O cobrape. can br	3546-1964	

Execução:



Contratante



Realização:













ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERENCIA PARA PROJETOS HIDROAMBIENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

Data: 30 106 12016 Local: 1000 Retrian Cairro Jardim Felicidade Hora: 10:30 Pauta: Discusso para elasorgças des TR

	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
17	Buno de dine o S.S. pirelin	COBAR-	BRUNG COARCE COBRARC. COM. BR	(34) 3546-1974
18		COBRAPE	luizarocha @cobrape.com.br	(31) 3546 - 1979
		y		
				-
		<u> </u>		
		A)		
		0 = 7 = 2		

Execução:



Contratante:



Realização:

















Município:	Belo	Horizonte	146
------------	------	-----------	-----

Unidade Territorial Estratégica (UTE): Ribaras do Onça

Objeto: Contrato RGB Peixe Vivo/Cobrape

Assunto: Discussão das demandas do projetos hidroamsientais para a baria de Riberia's do Onça com os mobilihadors do SCBH Riberia do ença

Local: Casa Reavan/Jardin Felicidade Data: 30/06/2016 Horário: 10:30 **Participantes** Nome Instituição Nome Instituição

* Antes da empresa librape apresentar se, es mentores e considados simalizaram o momento de compantilhamento de informes sobre suas repertiras realidades.

* Basela, ternica do CBH lio das Velhas, aprsenta o esento: Emontro Amual de coordenadors do sese para portalera as ajois para prelevação da baria como um todo.

* O Jr. Antônio Ruas, coordenados do salideo Tamborie aprientou o esento II forum comunitário e a importânia dese esento para reporçar a participação social. Enjotizar a interse em wonher o projeto presisto para o corrego, uma is que a comunidade mas participou do proceso.













- * Eliana, da Vohape, 1/2 uma explanação sobre o trabalho que a emprea deservoher para o corrego forenda Velha. Aproxita para sularem pontos de duridas dos mora do 18.
- * mario emena o momento de aprentação do suBH e abre a pala para a equipe los rape relatar a proposta de trabalho do TR ma baria do orga.
- * Adriana, worde nadorna da larape para Masoração dos Tres. Imuia nontextualizando sorre o histórico do projeto. Todos os térmios se apresentaram e se deixaram à disposição para estareimentos adiaposição para
- * Resultados especados: manente presiamente identificados; peronte timento de monente pelos moradors locais; mapos gerados com localização de manente e identificação quanho ao partiros de presação; compartihamento de impormaçõe, etc.
- * maria fosé, conselheira do SCBH, rezerva muito a importancia de mante o diálogo dvicto e constante ao longo do processo de elaboração do TR.
- * Antônir Ruas, purque a aproximação das discussõs com a partir das renniés com instituições locais.
- * Inasela espose presiamente o contecto que qual será o contexto do TR; e mo gambo de goza soa discussar com a empresa dede o romego. Para um ela poz uma seex contectualização pobre a bosia do Velhas para que as pessos que riciam pela 1 mz, tenham uma i deia opeal sosse ela.

Realização:













* Dahla reparació o radostro de mosente elasoro do pelo Propam e o Ministèrio Prístico mo alto da bacia do Omo e que poderá orientado o trobalho para a bacia toda.

peresidade de integrar todos as microlarias em

um unico programa.

* Plano de monejo + capacitação + cadostramento

L'hotagonismo para o avidados de movents;

Lontemplem as jalas dos avidados es rejerências;

materiais com visibilidade para soos possoos, em un proceso ino radores de aducação e mobilizações social.

* Homan-sugere a ida aos cuidados e dialogan com els e suas expectativas em selações ao TR; para que os pessoas mos sejam explora dos, jo que mas sejas diretamente me ono, mos que sijam valorisodas boa valorisodos passo até pela sontratação Jinan ceira poua que esas pessoas pessam trabalhar, po exemplo, no la dostramento.

* Haman-diagnéstico do cuidors ao longo do processo. Repassar para els o processo de claboração do TR.

* Adriana sugere a criació de um 61 para qua mais próximo da clasoració do TR

* máncio reprisa o estende da chora presista para enteramento, suguindo o contato próximo com es úders dos pentas.

Enodulos de conhecimento
remuneração para quem trasacha na círca

sugere que após as seliniós iniciais, haja uma nova















* Compreende as prioridades da baira, alinhando as que jed joram deprindas anteriormente. Nesse sentido, Adriamo. aprisenta os dados da contratação, prozos, suscionisto encol

* Marlinia, representante da Capasa, sugre joze uma integração dos envolvidos mos TR.

* Dasela nugere que o TR tenha um profissional para per articulados para integração de projetes ma baria, sugere Uma proquisa de antres TR mo Breail. Pensar ma possi bilidade de um profissional com repetiência comprovada mos área e mas no diphoma, algo tambén beranto do pelo Hamas do Comupia.

* mário, vardenados do sestionya, encera a reunião retornando o spor principais, principalmente, no anyan deramento da comunidade local. Esquisa sobre isso, a porti, de outros experiências vividas. lomo regrenia a área para potencializar as áreos xerds.







8.6 APÊNDICE VI – LISTA DE PRESENÇA E ATA REUNIÃO SCBH CARSTE, DIA 04 DE JULHO DE 2016

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Thais Cristina Pereire	1 Robinson	thaispereina @ posnape. com, be	31 3546 1974
lunga Nunus Rocha	COBRAPE	Wizarocha @cobrape.com.br	(31) 3546 1974
Advance Sales Prider	COBRAPE	advianacardosa Cenbrape, combr	3546-1964
Pergesta Norwing	CBH ris das rellias	Quza mosurira Cartillian oc. bi	31.32428350
Pharipaofo J.L	11.9	danconfins Q yhu. com. b	31) GJZ812751
ilian Raula S. A. D. Ros	o copasa mg	Illian-andrade @ copasa.com. br	(31) 99359.2555
Jederson Jones de Oliveire	Parque Folgrand do Sundo	wederson peru@gmail.com	(81)3685-8592 /8575
Sizele KELMMORS DE S	· CATERO SUS A Glas		ps (31)3555 8320
+ Honson Gulhannal Sil	VG CBN Rpares/Conste/ LPD	A gellarsing withoume OL Qgmail com	(31)88442-1591
onceiçao hima kopes	Assoc Gra Lagon Vin / HECON	g ceicaolima lo pes@gmailo com	(31)986632091
palth Barloon life	ADAÖ	isabolabarbasa_18@holmail.com	131 99425-0737
roucinca de Pondo Montin	A DAO	Chi Kimhamoutin & gmail. Love	(31) 996473173
abiena de Cerquina Manhi	CORRAPG	Fabrimanashi Distrape con by	(31) 3546-1960













Município:	mocamb	diro-	Madosinhos/MG
------------	--------	-------	---------------

Unidade Territorial Estratégica (UTE): Carrite

Objeto: Contrato AGB Reixe Viro / Cobrape

Assunto: Discussión clas demandres des projetos hodicambinhais prin a VIE Caule

Data: 04/07/2016	Horário: 09:00	Local: ADAO/MOCO	mbliro		
Participantes					
Nome	Instituição	Nome	Instituição		
Muza Costa Noquera	CB41 Nio Vellias				
U. Y	A SCBN RIDENTE / CONSTO	SARRE			
Daviel Dur Te	SCBH Carste				
10.					

- O wordemador Do SIBH Earst, Daniel Duante, inicio a reunició apre sentando o unterto histórico do projeto Rede pas do caust e ma ma importância para a region, expondo o hasalho rea errado de bromonitoramento ambientae e astiridado de EA som as esolas da regias.

- Istalaran que esse hasalho realizado com & alums dos siolas stá dispertando o sentimento de pertencimento e a saloristação do meio ambiente e da lagor Fluminense.

- En continuidade a reunici, o coordinados aprentou os injumos. Logo em seguida, a impresa cosvape aprentou o trabalho a ser duenvolvido para elasoração do TR para a area da UTE larite.













- hamisea, membro do SCBH e uma dos importants lideranços logais, aprisentou um pamorama sobre o histórico e or primi pais do cumentos, que deram origem ao projeto de reuperaças da horgoa Pluminense.

Ela rejorça a meressidade de jozer um trasalho a compo para nonhere a regiot « se aproprian do nonheri mento que os persoas pormem e ralarizazos por isso. Se colocon à disposição e todos os equi pamentos mensainos para o hasalho ser demolvido. Ela suspere que os persoas da comunidade previoum fira rasendo do que stá aronterendo.

- Na aprentação goram detacado pontos como curência de serviços de pareamento sasis, como segotamento sanitário, no município.
- Daniel ginalità a aprisentação da francisia martino, represendo o midado nom a questro da mobilitação, pois house muita expertativa da nomunidade em relação ao projeto que job haria bramitado ha muitos anos.
- Clándia, da Apa, aprienta a suestão de articular bem com o dialogo para chabaração do TR, para minima a os possídis entos.
- Complementando a gala da Adriana, mando enjatiza a questa térnica do projeto, principalmente un sulações a proposta de demassoreamento. Focen ma possibilidade de realisar um maro diagnóstico para ex comprehada a complexidade da círca, para que as propostos estejam comente com a atual situação da happa.

-A reumició por encurada nom a vierta à suota.





